

Loteamentos clandestinos tornam-se mais difíceis

«Avos» terão parecer obrigatório das Câmaras Municipais

Pág. 20



Queriam ver bola, não era?

Pandemónio na Póvoa

Pela primeira vez na história do futebol português, um jogo do campeonato principal não chegou a começar porque o público, que já não podia comprimir-se mais na bancada, saltou para o campo e tornou insegura a realização da partida Porto-Portimonense. Aconteceu ontem, na Póvoa do Varzim, onde chegaram a vender-se bilhetes da jornada 12 como se dissessem respeito à ronda n.º 15...

Págs. 13, 14 e 15

Zeca Afonso:

Quem me tem valido é a sociedade dos amigos anónimos

Zeca Afonso: a sua voz já não canta e os seus dedos já não dedilham a viola. Gravemente doente, Zeca mantém a mesma lucidez e a mesma combatividade de sempre. Sente-se honrado por este Poder o ignorar. Acusa as editoras para quem trabalhou de não lhe pagarem aquilo a que tem direito. Diz, sem rodeios, que quem lhe tem valido é a «sociedade dos amigos anónimos». E afirma, para todos ouvirem, que é este o momento de voltar a ser combativo.

Pág. 16



Ela tem razão

Familiar de um dos milhares de desaparecidos do Sul do Líbano, ela ergue um revólver e um vapo improvisado, numa espécie de desafio total, diante dos restos de um incêndio, no termo do quarto dia consecutivo de motins que assinalam, na martirizada Beirute, o fim do ano. Sinal apocalíptico de uma era, esta mulher tem razão no seu patético desespero. Mas quem lhe reconhece?

1984 NACIONAL

O ano político em balanço

Págs. 4 e 5

Se os jovens pudessem...



Amélia, 18 anos, trabalhadora-estudante

«Deviam acabar com as greves»

- O que estuda e o que faz?
- Durante o dia trabalho como representante do Café Delta, e à noite estou a tirar o 5.º e 6.º anos do liceu.
- É difícil conciliar o estudo com o trabalho?
- Ao princípio é cansativo, tenho que dar muito de mim mesma para conseguir aproveitar as duas coisas. O trabalho reflecte-se no estudo, provoca um menor aproveitamento. Acabo por estudar de fugida.
- Com que problemas se debate o ensino nocturno?
- Temos problemas de vária ordem, mas o mais grave é a falta de professores. No caso concreto da minha turma, nesta altura do ano ainda não temos professora de Português.
- E ninguém toma providências?
- Já se tentou resolver a questão, mas o Conselho Directivo não tem ordem do Estado para colocar a professora.
- O Governo não apoia o ensino?
- Devia apoiar mais.
- De que forma, concretamente?
- Preenchendo os lugares vagos, por exemplo. Desburocratizando o ensino. O ensino está horrível.
- Para além do ensino, o que mais está mal neste país?
- A economia, o desemprego. No fundo está tudo mal.
- Na sua opinião, como se poderia sair de uma situação dessas?
- Uma maneira de melhorar a Economia era acabando com as greves.
- Não lhe parece que a greve é um direito que assiste a todos os trabalhadores?
- Sim, mas acabam por não conseguir o que querem, põem as empresas em situação económica difícil e ainda correm o risco de perderem os postos de trabalho.
- Sabe que o direito à greve só foi conseguido com o 25 de Abril? Não acha que acabando com ele se caminha, lentamente, para o tempo do fascismo?
- Talvez, mas se isso resolvesse os problemas económicos...
- A Economia é mais importante que a Liberdade?
- Não, mas condiciona-a.
- Se pudesse governar, o que mudaria?
- Não sei, isto não tem ponta por onde se lhe pegue. Mas, dos muitos problemas que há, eu começava, talvez, pelo da habitação. Há muitos jovens que querem casar e não têm casa.
- É difícil ser jovem, hoje, em Portugal?
- É difícil no sentido de projectar o futuro. Deviam ajudar mais os jovens.
- Trabalha e estuda. Ainda tem tempos livres? Como os ocupa?
- Nos poucos tempos livres que tenho costumo ver televisão, ouvir música, correr um pouco.
- Gosta da nossa televisão?
- Podia ser melhor. Repete muito os programas.
- Que género de música prefere?
- Gosto de toda a música, mas prefiro a estrangeira, principalmente Rock.
- Não gosta de música popular portuguesa?
- Gosto, mas não me diz muito.

Nicarágua

2. Democracia sim. Revolução também

António Marques

Que novo projecto é a revolução popular sandinista? — perguntarão muitos. Como pode essa revolução seguir o seu próprio caminho independente, quando a divisão do mundo em zonas de influência tem levado a que, muitas das vezes, os interesses dos povos sejam sacrificados em nome de «interesses nacionais», interrogam-se outros. Não pretendemos ter uma resposta a essas preocupações legítimas, e que são sempre de levantar enquanto a «terceira via» não tiver raízes fortes, capazes de suportar, numa fase inicial, as revoluções nascentes que ficam sujeitas às mais diversas pressões, por um lado, ou a algumas «ajudas solidárias» por outro, mas podemos lançar alguns dados para reflexão.

Uma grande escola democrática

Passados cinco anos e meio, a participação activa nas decisões, a experiência viva de compartilhar o exercício do poder nos assuntos políticos, económicos e sociais do país pelas grandes maiorias, transformou a Nicarágua numa grande escola de democracia participada.

Nada perceberá do que se passa na Nicarágua quem quiser ver nas organizações de massas a «ligação tradicional» ao «partido».

Certamente que as principais organizações populares reco-

necemos de governantes de novo estilo, diferentes desses que vemos noutros países, agarrados ao poder, ao dinheiro, às homenagens. Preferimos governantes «compañeiros» em vez de «excelentísimos senhores», presunçosos e de modos refinados, que se sentem acima da «arraigada mluda», afirmava-nos uma vendedeira do mercado Roberto Huembes de Managua.

Pode dizer-se que, neste país, o poder está à mão de qualquer um. Os principais dirigentes políticos e, de entre estes, os nove comandantes da Revolução (direcção política da FSLN), tanto



nhacem na FSLN a força dirigente de mudança no país, recorrendo a que se baseia na trajectória histórica de vinculação constante com os sectores populares e que teve a capacidade de transformar um inicial e reduzido grupo de guerrilheiros num imenso movimento popular em armas contra a ditadura, assim como tem tido a capacidade de mobilizar as grandes maiorias para as tarefas de reconstrução e defesa do país, nos momentos mais críticos.

Queremos governantes «compañeiros»

O que preocupa os partidos de oposição de direita e não só, é o facto de a Frente Sandinista ser um partido de massas, com trabalho permanente de organização e consciencialização popular e não um partido que se dedica, por altura das eleições, a juntar votos e a negociar o poder em gabinetes mais ou menos confortáveis.

Para uma nova sociedade



necessitamos de governantes de novo estilo, diferentes desses que vemos noutros países, agarrados ao poder, ao dinheiro, às homenagens. Preferimos governantes «compañeiros» em vez de «excelentísimos senhores», presunçosos e de modos refinados, que se sentem acima da «arraigada mluda», afirmava-nos uma vendedeira do mercado Roberto Huembes de Managua.

O presente já é nosso

O futuro pertence-vos, companheiro, disse eu a um animado membro da JS (Juventude Sandinista) do departamento de Matagalpa. «Não, o presente já é nosso. Somos a grande maioria da população. Mais de 50% têm menos de 19 anos». E continua:

«Dos nove comandantes, em 19 de Julho, quatro tinham menos de 30 anos, três menos de 35 anos e só dois ultrapassavam os quarenta. Ainda hoje, dois deles não têm 30 anos. O mais velho, o Cde. Tomás Borge, é tão «jovem» que só não pertence à JS porque os estatutos não o permitem. O futuro pertence-nos porque somos nós que o estamos a construir no presente». E não pára: «Sabes, compa — diminutivo de companheiro — para além da nossa participação na insurreição popular armada, hoje somos nós a grande maioria, que nos integramos nas milícias populares, no serviço militar patriótico, nos batalhões da colheita do café e algodão, assim como 80 000 participamos na Cruzada Nacional de Alfabetização e, em seis meses, ensinámos a ler e a escrever mais de 400 000 nicaraguenses, reduzindo a taxa de analfabetismo de 53% para 12%. Tem sido ainda a juventude a mais mobilizada para as campanhas de saúde pública — poliomielite, malária e diarreia infantil — conseguindo reduzir a taxa de mortalidade infantil de 120 por mil para menos de 90 por mil, agora. Nós não somos o «pau mandado» de um partido político como acontece com muitas organizações de juventude na Europa. A Frente é a vanguarda, mas nós temos o nosso poder.»

Assim é este país, onde toda a gente está a «fazer coisas» dentro da tarefa colectiva de participar para transformar.

Vemos os CDS — Comités de Defesa Sandinista — contando, no momento, com mais de 400 000 membros a nível nacional, que se organizam nos seus locais de residência, para dar resposta às necessidades, quer de vigilância, distribuição de produtos básicos, alfabetização, controlo de preços, etc.

A crítica às deficiências e burocracia

Os jovens, as mulheres, as crianças, os assalariados agrícolas, os pequenos camponeses, os trabalhadores da educação, das empresas, criaram as suas próprias organizações, que têm tido um papel destacado na crítica às deficiências governamentais e à burocracia.

As OP (organizações populares) participam na elaboração das leis do país, através dos seus representantes no Conselho de Estado — em Janeiro vai ser substituído pela nova Assembleia Nacional eleita — que são 44% do total dos seus membros.

Os interesses populares eram traduzidos em projectos de lei apresentados pelas OP, entre outras: lei de protecção ao brigadista, lei de promoção do desporto e da cultura, pela JS; reformas à lei do inquilinato, lei de protecção ao vigilante revolucionário, pelos CDS; lei sobre a relação mãe-pai-filhos, lei dos alimentos e lei da adopção, pela AMNLAE (Associação de Mulheres Nicaraguenses Luísa Amanda Espinoza); reformas ao Código do Trabalho, pelas centrais sindicais, etc.

Todas as semanas, o poder central e local é confrontado com as organizações populares e o povo em geral, através das chamadas «Cara ao Povo», onde durante várias horas os governantes enfrentam as preocupações, críticas e sugestões das populações «cara a cara».

Escolas de socialização política

Ao longo destes cinco anos e meio, as OP converteram-se nos principais instrumentos de organização e participação popular na gestão dos interesses colectivos em todos os âmbitos da vida social, nos bairros, centros de trabalho, escolas e comunidades rurais espalhadas pelo país.

As OP converteram-se em escolas práticas e permanentes de socialização política e consciencialização democrática.

É claro que esta dinâmica não está isenta de erros e contradições, mas é precisamente na dinâmica das OP que está muito daquilo que de novo a revolução popular sandinista representa como projecto inovador e transformador, que combina formas directas e representativas de participação e conjuga estas com a tradicional democracia socioeconómica.

política de A a Z

Sair da crise, restabelecer a confiança, renovar a esperança

Na mensagem que dirigiu às comunidades da diáspora portuguesa, aos trabalhadores emigrados, o Presidente da República, afirmou: «As palavras que vos dirijo neste momento são de esperança, mas não pretendem naturalmente iludir as realidades.»

O Cardeal-Patriarca de Lisboa deu à sua mensagem o título: «Natal de Esperança em Tempo de Crise». E explicou: «Há dias, perguntou-me alguém se considerava que, na sociedade portuguesa de hoje, ainda haveria espaço para a minha costumada mensagem de Natal». E D. António Ribeiro comentava: «A pergunta surpreendeu-me, até certo ponto, e só fui capaz de lhe responder, quando me apercebi da carga de angústia e desalento que a envolvia. Tratava-se seguramente de um caso de acentuada depressão psíquica, que se não faz regra, embora seja merecedor da consideração sempre devida a qualquer drama humano... Pretendia aquela pessoa dizer-me o que certamente outras diriam: que não é fácil anunciar uma boa nova de júbilo – a qual é por natureza a mensagem do Natal – num tempo de crise como a que agora vivemos.»

Aos portugueses emigrados, o Presidente da República falou recomendando: «Sem fecharmos os olhos às dificuldades, mas também sem os fecharmos à esperança...» O Cardeal-Patriarca falou reconhecendo: «A crise está à vista de todos, nada vale tentar ocultá-la ou diminuir-lhe as dimensões reais.»

O Presidente da República e o bispo de Lisboa, tal como outros bispos, com especial relevo para D. Manuel Martins, bispo de Setúbal, mostram-se preocupados com a crise, com a situação de muitas famílias, com o não pagamento dos salários aos trabalhadores, com as ameaças de desemprego e o desemprego concreto, o já existente. Como afirma D. António Ribeiro: «A recessão económica, que afecta várias nações, trouxe-nos um lamentável cortejo de consequências nefastas para muitas famílias: falta de trabalho a numerosas pessoas e outras sofrem a ameaça de o poder vir a perder; diminui o valor real dos salários, tantas vezes pagos com atraso; aumenta o custo da vida e não cresce, na mesma proporção, os meios disponíveis para lhe fazer face. Como sabemos já não são poucas as casas sem pão; e noutras que ainda o têm vai-se tornando difícil garanti-lo.»

Encerra-se um ano sob o signo da crise: crise da vida nacional a vários níveis e crise da esperança. Não há que fugir a esta dupla realidade. A crise tem duas faces: as dificuldades do presente e a falta de confiança na rápida resolução de uma situação que tem vindo a degradar-se e que, no conjunto das suas consequências negativas, representa um risco para a independência nacional que queremos e é uma ameaça para o regime democrático que temos.

Absorvido na tortuosa problemática da sua própria conservação e na manutenção da partilha do Poder, o

Governo PS-PSD foge – como denunciou a escritora Natália Correia – às realidades: do «Orçamento», da situação económica, da administração pública, da política cultural, da política social, da corrupção que alastra, da repressão, que começa a constituir um risco institucional.

Na medida em que um Governo não encontra, no seu cabedal político e na sua capacidade de gestão, soluções para os problemas nacionais, para os problemas das «pedras vivas», criam-se, pela lógica do apego às posições de Poder, as condições que podem conduzir à repressão defensiva (do Poder) e à intervenção que viole e violenta o exercício normal das liberdades. Não se esqueça que os direitos democráticos incluem os de oposição e contestação, os de manifestação e de resistência. Direitos que o Poder, obcecado em manter-se, tem tendência para ignorar, contrariar, asfixiar.

A incidência da crise material da sociedade portuguesa sobre a consciência dos perigos que ameaçam a vivência democrática está na origem do pressentimento de que existem riscos para a Democracia de Abril. Daí a crise da esperança.

Crise que surge da experiência das dificuldades reais e da consciência das ameaças potenciais. As declarações do pessoal político do «Bloco central», apesar de não apresentarem homogeneidade, têm evoluído, designadamente no que se refere ao discurso pouco limpo do professor Mota Pinto, para uma concepção autoritária do Poder, um propósito totalitário de marginalizar outras forças políticas e forças sociais, prática que se exemplifica na orientação adoptada na RTP e que é de prever seja consubstanciada nas alterações da legislação eleitoral.

Vindo somar-se, e reforçar, a contestação política e sindical – as declarações dos partidos, as afirmações das centrais sindicais –, as palavras da mensagem do Cardeal Patriarca, porque não afastam a esperança, as palavras do Presidente da República porque não excluem que o ano de 1985 seja: «um ano de mais prosperidade, de mais felicidade, e mais confiança», colocam o problema de uma orientação governativa diferente, de uma atitude política mais responsável, de uma consideração objectiva das realidades nacionais e dos interesses nacionais, de uma alternativa.

Disse D. António Ribeiro que a «... confiança na capacidade dos homens» constituía «um dado da ciência, e também da fé católica», e recordou que: «... o ser humano possui, dentro de si mesmo, virtualidades quase infinitas. As maravilhas do saber e da técnica do mundo contemporâneo bastam para mostrar de quanto são capazes os homens, quando mobilizam a sua inteligência e a sua vontade, e as põem ao serviço da civilização».

Estas palavras confiantes terão que aplicar-se, também, ao homem português. Com inteligência e vontade seremos capazes de vencer a crise, restabelecer a confiança, renovar a esperança, definir a alternativa.

Chegou a hora de exigir que os órgãos de Estado – como disse o Presidente Ramalho Eanes aos emigrantes – «saibam traduzir em actos concretos a solidariedade global entre os portugueses.»

Subsídios para a História da Indústria Siderúrgica Nacional (2)

A nacionalização

Sousa Marques

Sublinhados os aspectos porventura mais importantes e interessantes do aparecimento da siderurgia em Portugal, importa agora referir a história dos seus projectos de desenvolvimento depois de decididas ou construídas as instalações da Fábrica Integrada de Produtos Longos do Seixal (em Paio Pires) com um alto-forno, da Fábrica de Produtos Planos do Seixal (laminagem a frio de chapa importada – «Chapa a frio» como é designada na SN) e da Fábrica de Produtos Longos da Maia com produção de aço a partir de sucata.

Por Despacho de 10/12/1973, foi aprovada a construção de um novo alto-forno (1,5 x 10⁶ t/ano) e de uma aciaria LD. O estudo foi então entregue a dois grupos internacionais (Davy-Demag-Schloemann, por um lado, e Siemens-Mitsui, por outro), com o objectivo de, em 1983, se atingir um valor global de produção de 2,8 x 10⁶ t/ano (1,2 x 10⁶ t/ano de aço líquido para produtos longos e 1,6 x 10⁶ t/ano de aço líquido

para produtos planos).

Recorde-se e sublinhe-se, contudo, que a ampliação da Fábrica do Seixal já estava «aprovada» pelo governo fascista desde 1967, mas nunca tinha sido concretizada pelo grupo Champalimaud. No entanto, e aqui está a alma do negócio, o seu segredo, em troca da promessa da sua concretização o grupo conseguiu manter privilégios e descarados proteccionismos: isenções de impostos, política de preços visando o lucro máximo possível, controlo monopolista do mercado, protecção dos grandes armazénistas e intermediários, etc.

É já depois do 25 de Abril que se volta a falar da ampliação da Fábrica do Seixal. Nas vésperas do 28 de Setembro de 1974, o chamado Movimento Dinamizador Empresa Sociedade, que tinha sido constituído pelos grupos monopolistas com o apoio e a cumplicidade de agentes seus, instalados no aparelho de Estado, dizia reservar 18 milhões de contos (dos 120 que prometia in-

vestir) para o Plano Siderúrgico.

Champalimaud tinha, entretanto adquirido a Ferrominas, detentora das concessões de exploração dos jazigos de ferro de Moncorvo. Porém, os objectivos eram outros, como a própria vida mostrou. Não conseguindo, com a ajuda dos seus aliados, alterar o processo de democratização iniciado uns meses antes, o grupo Champalimaud não só nada fez no sentido de concretizar o Plano Siderúrgico, como para além disso, no caso da Fábrica da Maia, não investiu um centavo sequer de capital próprio, desequilibrando assim ainda mais a estrutura financeira da SN e causando-lhe grandes dificuldades financeiras imediatas e a prazo.

A nacionalização

É em Janeiro de 1975 que, pela primeira vez, publicamente, numa Assembleia de Trabalhadores da Fábrica do Seixal e da Sede, organizada e convocada pela Célula do PCP, se defende a

ideia da nacionalização da empresa e da concretização de um verdadeiro Plano Siderúrgico Nacional, duas condições necessárias e complementares para a defesa e desenvolvimento da empresa, do sector e da economia nacional.

Uns meses mais tarde, em 15 de Abril de 1975, a SN é nacionalizada (Decreto-Lei n.º 205-F/75, de 16 de Abril) e, no ano seguinte, através do Decreto-Lei n.º 853/76, de 18 de Fevereiro, passa a ter o estatuto de empresa pública.

Entretanto, a nível oficial, com as forças democráticas no poder, alguns passos foram sendo dados no sentido de realizar o Plano Siderúrgico Nacional (PSN). Assim, foi nomeada pelo III Governo Provisório, a Comissão do Plano Siderúrgico Nacional, onde participaram técnicos do Ministério da Indústria e Tecnologia, do Ministério das Finanças e da SN. Esta Comissão elaborou o relatório-base que, conjuntamente com os



DONA Maria Pia de Bragança acusou **Mário Soares** de seguir as pisadas históricas de Napoleão Terceiro, que depois de presidente da República foi regente de França. Numa mensagem de Natal dirigida ao Primeiro-Ministro português, D. Maria Pia, que se afirma pretendente ao trono de Portugal, considera que Mário Soares «obedece talvez a ordens ocultas e políticas» por não a reconhecer como «a verdadeira duquesa de Bragança, a legítima herdeira dos reis» de Portugal. Na sua mensagem, escrita em francês ao Primeiro-Ministro, Maria Pia recorda que Mário Soares foi seu advogado e «como tal conhece melhor que qualquer um os dados do problema e a força dos seus direitos e prerrogativas reais».

O jornal «Notícias» de Maputo afirmou que representantes dos partidos portugueses do centro e da direita sugeriram às autoridades moçambicanas a criação de organizações políticas a direita e à esquerda da Frelimo.

No segundo de uma série de artigos publicados no «Notícias» de Maputo a partir de sexta-feira, declara-se também que representantes das Forças Armadas portuguesas se amnifestaram defensores da «pacificação entre irmãos» em Moçambique, porque, acrescenta o jornal, «o importante são os interesses portugueses em território moçambicano, especialmente a barragem de Cahora Bassa». O articulista acrescenta que existem representantes das autoridades portuguesas que por várias vezes se pronunciaram sobre a «necessidade da reabertura do contencioso entre Portugal e Moçambique». Esse contencioso foi encerrado pelo falecido Primeiro-Ministro Francisco Sá Carneiro.



ELEMENTOS da Ex-CNARPE do distrito da **Guarda** manifestaram-se a favor da constituição de uma nova força política que seja alternativa ao actual quadro político-partidário. Identificando-se com o «movimento eanista» afirmaram, em comunicado distribuído à Imprensa, que a «implantação progressiva do movimento em todo o distrito é bem reveladora da esperança que os portugueses ainda depositam numa nova solução democrática». O documento refere ainda uma reunião recentemente efectuada na Guarda com a participação de membros da ex-CNARPE em vários concelhos do distrito onde «foram analisados os graves problemas que afectam os vários sectores da vida portuguesa».

O ex-presidente do município de Trancoso e antigo dirigente concelhio do PSD, Morgado Baptista, confirmou já que vai integrar a lista do secretariado distrital do movimento da ex-CNARPE. Morgado Baptista adiantou que a sede do movimento na Guarda vai ser uma realidade «dentro de dias».

O ministro da Administração Interna, **Eduardo Pereira**, presidiu, em Setúbal, a um encontro distrital de autarcas socialistas, durante o qual foi aprovada uma moção condenando a «gestão ruinosa da APU nos concelhos do distrito de Setúbal». Na mesma moção os autarcas socialistas verberam «a prepotência, as ilegalidades e a incompetência» nas câmaras sob gestão APU e propõem-se «relançar uma estratégia que vá de encontro aos interesses das populações, prosseguindo o diálogo com o PSD, tendo em vista encontrar as vias mais adequadas para concretizar os planos democráticos para o distrito». Na sua intervenção, o ministro Eduardo Pereira sublinhou que «a actuação do PCP nos últimos dois anos modelou a nossa opinião para que reconheçamos hoje a necessidade de uma coligação PS/PSD nos concelhos em que haja possibilidade de vitória».



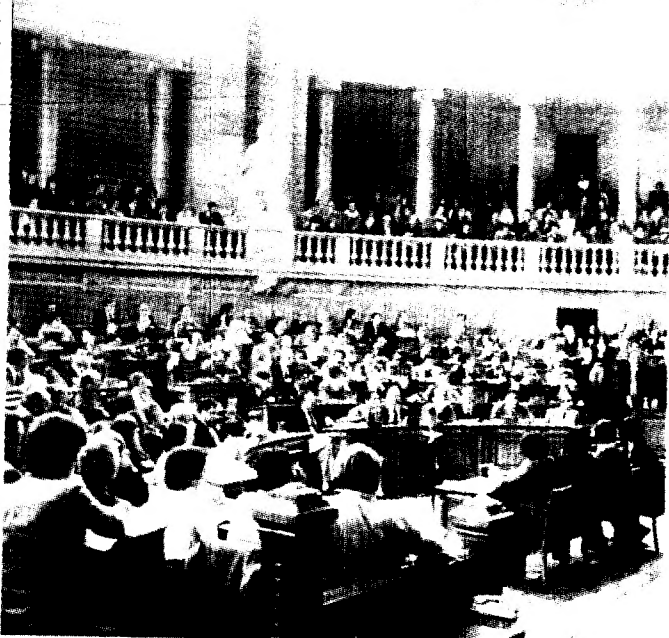
1984 NACIONAL

Dossier JOSÉ VILAÇA

Um balanço do ano político Um ano de insegurança

A Segurança Interna foi um dos grandes temas políticos de 1984. Através da legalização da actividade dos serviços de informações, através do debate polémico sobre a Lei de Segurança Interna proposta pelo Governo, mas também através da actividade policial que levou à detenção de meia centena de pessoas acusadas de ligações diversas às FP-25 e encabeçadas pelo tenente-coronel Otelo Saraiva de Carvalho, ainda antes da aprovação daqueles diplomas.

Em Agosto de 84, enquanto os portugueses ensaiavam as férias da crise, o Presidente da República promulgava a lei parlamentar que, aprovada no último dia da sessão parlamentar de Julho, criava os serviços de informações. Um sistema complexo, composto por três distintas instituições e com diferentes vocações, passou a controlar a «segurança» — o Serviço de Informações Militares, funcionando no Estado-Maior-General das Forças Armadas e resultante da transformação de outro já existente, o Serviço de Informações de Segurança dependente do Primeiro-Ministro e do MAI, o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa, dependente do Ministério da Defesa. Eles vieram juntar-se à dúzia de departamentos do Estado que já faziam, mesmo antes da Lei, a recolha e trata-



Segurança Interna congelada até Abril

mento de informações.

Complementar desta seria a Lei de Segurança Interna, que o Governo apresentou também à Assembleia da República e que foi discutida no mês de Julho. Provavelmente nunca um diploma terá sido tão fortemente e tão

justamente contestado. Desde a circumspecta Ordem dos Advogados até centenas de cidadãos anónimos, imensas vozes se juntaram ao coro dos contestatários. Mas, francamente, estranho foi o facto de ninguém no Governo, ter assumido, responsabilidade da

proposta. Almeida Santos, ministro de Estado, ter-se-ia oposto, Rui Machete, ministro da Justiça, apresentou propostas alternativas no Parlamento. Apenas Eduardo Pereira foi a S. Bento fazer um discurso a defender o indefensável. E, mesmo assim, furtou-se ao debate com os deputados porque depois de falar, e perante a perplexidade da Câmara, e da opinião pública, desapareceu.

A 27 de Julho os deputados da maioria disseram que sim à proposta. Com a expressa intenção de a modificar, completamente, em debate na especialidade. Mesmo assim, sete deputados socialistas — Cardia, Manuel Alegre, Edmundo Pedro, Margarida Marques, José Leitão, Eurico Figueiredo e Rui Dicciochi — disseram não e votaram contra, em nome da defesa das liberdades, enfrentando depois as fúrias do aparelho partidário.

Felizmente, a lei que era urgente e inadiável em Julho, com os calores do Verão deve ter-se transformado numa trivialidade, porque até hoje, e já lá vão cinco meses, continua esquecida numa gaveta de uma Comissão Parlamentar em S. Bento, à espera da conclusão do debate na especialidade. E as nossas constitucionais liberdades parece que se manterão até ao próximo mês de Abril, pelo menos.



De Espanha nem a frota pesqueira

Política externa CEE Espanha e África

Espanha, CEE e países africanos de expressão portuguesa foram os principais marcos da política externa portuguesa em 1984.

E em todos estes sectores as coisas terminam como começaram, num certo impasse, cujas saídas ainda não se vislumbram.

De Espanha continuamos a recear ventos e casamentos. E, também, a frota pesqueira, que deestroi o peixe que não conseguimos pescar. Por isso, as relações dão frias, os acordos bilaterais continuam congelados e em Madrid o Governo de Gonzalez tem de desmentir ameaças de intervenção da Armada. Esta situação manteve-se todo o ano e parece que terá de prolongar-se até negociarmos as condições particulares que regulem as relações entre os dois países após a adesão à CEE (reconhecendo-se ou não os direitos históricos reivindicados pela Espanha para pescar na ZEE portuguesa).

Mas entrar na CEE é, em si mesmo, uma dúvida. Os Dez ainda não se entenderam e não querem os países ibéricos sem que primeiro cheguem a acordo entre si. António Marta, o responsável português pela adesão bem dizia em Janeiro que antes do Verão (de 84!) as negociações de adesão estariam concluídas. Soares em Maio fixa uma data limite — 30 de Setembro e as negociações estão completas. Afinal já cá estamos no fim do ano, e este Governo apenas conseguiu declarações de todos os primeiros-ministros da Comunidade e um «constat

d'acord» que a conveniência política dos Dez, ou apenas de um deles, como a Grécia, pode fazer ir por água abaixo.

Dificuldades sentem-se também nas relações com Angola e Moçambique e a viajada diplomacia de Jaime Gama não as conseguiu deslindar.

Que há um contencioso político entre Lisboa e Luanda, afirmava já em Janeiro a Embaixada da RPA. Que ele se mantém é hoje, doze meses passados, evidente. Os porquês são mais complicados. De Luanda diz-se que há contemporização, quando não cumplicidade entre as autoridades de Lisboa e agentes da UNITA que na capital portuguesa conspiram 'luz do dia. O ministro Jaime Gama, em Fevereiro, prometia em Luanda que não seriam dadas nenhuma facilidade. Soares, por seu turno, sistematicamente acusa o PCP de sabotar as boas relações entre os dois Estados. E os angolanos ensaiam medidas de retaliação, ameaçando os contactos económicos bilaterais.

Quanto a Moçambique tudo correu bem quase até ao fim do ano. Mas depois do acordo de Nkomati, a acusação surge — a RENAMO, os «banditos armados», têm apoios em Lisboa. Parece que há inspiração ou conspiração, sul-africana, e um pouco de ingenuidade em Lisboa nestas acusações. Além, claro, da presença efectiva do líder da RENAMO Evo Fernandes na antiga capital do Império. A Jaime Gama agora compete esclarecer e recompor.

Mota Pinto

O político das medidas estruturais

Se houvesse que escolher um homem do ano da política portuguesa em 1984, a opção seria de certo o vice-primeiro-ministro Carlos Alberto Mota Pinto. E o facto político de 1984 seria decerto esse misterioso elenco de medidas estruturais, a que o líder do PSD vem entoando sistemáticas loas desde há um ano, sem que mais ninguém (ou ninguém, mesmo) saiba o que significam, o que são, ou, tão-só, quais são. A única conhecida em toda a sua extensão é... o fim da cobrança pela banca nacionalizada dos juros à cabeça!

Mota Pinto foi neste ano de 1984 o primeiro responsável de múltiplas crises políticas que se verificaram no seio da coligação, todas em nome das medidas estruturais. Com os socialistas ao longo do ano foi fazendo negócios. Trocou logo em Janeiro, o aborto pelas medidas estruturais. Passados uns meses desistia da remodelação governamental porque se tinha batido, para que se concretizassem as medidas estruturais. Deu mesmo um prazo — dois meses e teremos medidas

estruturais. Em Dezembro, assinava finalmente um novo acordo com o PS — compromete-se a congelar o seu candidato presidencial até Junho de 1985 e em troca recebe... as medidas estruturais.

Como ministro da Defesa tem um invejável registo. Demitiu o general Garcia dos Santos para disciplinar as Forças Armadas, mas este ano engoliu todas as insolências dos chefes militares, desde a greve de zelo da Força Aérea de Lemos Ferreira, até às afirmações de que as Forças Armadas são «a reserva moral da Nação» à boa maneira salazarista. E silencioso assistiu também ao recente mistério da apreensão da revista da Força Aérea, em circunstâncias tão estranhas e ainda por esclarecer.

Mas é este homem, amigo e inimigo de Ramalho Eanes, amigo e inimigo e outra vez amigo (a título póstumo) de Sá Carneiro, amigo por enquanto de Mário Soares, é este homem que propõe um hino e uma bandeira em cada escola portuguesa para estimular o pa-



Medidas estruturais

triotismo; é este homem que ao longo de 1984 está à frente do segundo maior partido português e que, aparentemente, acaba 1984

mais seguro e mais forte do que no início do ano.

Assim vai a política portuguesa.

MALHAS A. L.

Precisa de Vendedor/Comissionista para arredores de Lisboa

Possibilidades de Comissões anuais superiores a 1 500 000\$00. Só deve responder quem estiver bem relacionado nesta zona e conhecedor do ramo de malhas para homem e senhora. Contactar pelos telefones 681583/676396, nos dias três e quatro, de Janeiro de 1985, da rede do Porto.

BATAS PROFISSIONAIS

Atenção ao Dec.º Lei 261/84 de 31/7



Departamento de Confecções da

TINT. GUANABARA

Av. João XXI, 5-D - 1800 (Metro Arroios)
R. Infanteria 16, 55-C - 1300 LISBOA

OLHE O PERIGO DE FRENTE!





A vitória da Esquerda

Legalização do aborto

«Ser mãe é uma das mais belas vivências que uma mulher tem na sua vida. Por isso, a maternidade não pode ser reduzida a um 'acidente', a uma fatalidade biológica, a uma imposição legal sob a ameaça da repressão». Com estas palavras, a deputada comunista Zita Seabra introduziu na Assembleia da República uma das mais polémicas discussões políticas do ano de 1984 — a da legalização do aborto, ou da interrupção voluntária da gravidez como o PCP preferia dizer.

Se o aborto estava em causa, e também o direito da mulher a dispor do seu corpo, a comitiva polémica que atravessou a sociedade portuguesa nos princípios do ano ultrapassou largamente os limites da questão do aborto.

As paixões desencadeadas, o empenhamento demonstrado na luta contra e pró-aborto, o extremo de campos que se verificou, fizeram deste debate um confronto entre o velho e o novo, entre o passado e o presente, entre o imobilismo e a mudança. E por isso se pode dizer que quando na madrugada de 27 de Janeiro os deputados do PS e do PCP aprovaram um projecto socialista, moderado na linguagem, mas que admite também uma prática radical, a esquerda averbou a que terá sido a sua única vitória de 1984.

A pressão conservadora foi intensa, desde as ameaças de Mota Pinto de quebrar a coligação, até ao levantamento popular prometido pela Igreja. Em Braga a 21 de Janeiro, a 24 em Lisboa, milhares responderam ao apelo de um «movimento pró-vida». Na manhã da capital, na primeira linha seguiam Abecasis e Marcelo Rebelo de Sousa. Mas no Parlamento, a combatividade de Zita Seabra a rebater uma a uma as críticas da direita, na circunstância protagonizada pelo CDS, o silêncio amedrontado do PSD e os votos conjuntos de socialistas e comunistas fizeram aprovar a lei, aliás de acordo com o que já era o sentir popular.

O Tribunal Constitucional (por oito votos contra cinco) deixou-a passar, o Presidente da República, depois de sugerir, em nítida manobra de diversão, a realização de um referendo, acabou por promulgá-la. E ela aí está, em vigor desde 9 de Agosto, aqui e ali aplicada, com dificuldades pois as mentalidades são difíceis de mudar.

Mas de mudança pouco mais se pode dizer, com referência a este ano que agora termina. A crise paralisa imaginações, condena reivindicações, mobiliza militâncias, deixa-nos só sobreviver nesta apagada e vil tristeza. Apenas com esperança em melhores dias que estão para vir.



Zita Seabra, contra o velho e o imobilismo



De CNARPE ao Secretariado da ex-CNARPE

Ex-CNARPE

Da ameaça à promessa

Nos princípios deste mês, Herminio Martinho era formalmente eleito para o Secretariado Nacional provisório da ex-CNARPE, juntamente com José Carlos Vasconcelos, Dias de Carvalho, Marques do Carmo e Olímpio de Matos. Cumpria-se assim a primeira etapa de um trajecto iniciado depois da reeleição do actual Presidente da República, quando o seu mandatário em Santarém afirmava que a CNARPE, enquanto comissão de apoio, tinha acabado em Dezembro de 80, mas permanecia a disponibilidade de muitos dos seus apoiantes para lutar pelo cumprimento das promessas eleitorais de Ramalho Eanes.

A lenta construção do partido eanista não foi mais do que uma ameaça à partidocracia dominante até 1984. Mas este ano, logo em Janeiro, Eanes dá a primeira luz verde, ao afirmar no jantar comemorativo da sua reeleição que seria natural a existência de mais partidos políticos, ao mesmo tempo que se afirmava disposto a continuar na vida política depois do fim do seu segundo mandato.

A 5 de Maio, em Tomar, arranca-se com a organização do partido. É o «marco histórico». Até agora a rede tem-se estendido, aproveitando as estruturas e pessoas ligadas à CNARPE em 80 e hoje desligadas dos partidos.

Com o afluxo militante e ainda sem a tutela do Presidente da República, também as primeiras divergências se começam a sentir, por enquanto apenas no

Porto e devidas à considerada «excessiva» militância dos ex-socialistas.

Ideologia é que o eanismo ainda não tem. Há a constante referência à seriedade do general Eanes, o objectivo de moralização da vida política, um espaço político a conquistar oscilando entre a social-democracia e o socialismo. Mas disto só para o ano que vem é que se conhecerão os pormenores.

Aliás, também em 85 se vão conhecer as primeiras provas de força em que os «eanistas» terão de demonstrar que são mais do que uma agremiação de amigos do general Eanes. E delas, a principal será decerto a das presidenciais. Candidato os eanistas não têm, senão aquele de quem desconfiam — Maria de Lurdes Pintasilgo. Também ela amiga do Presidente, a sua candidatura ainda não desmentida e sempre acarinhada pelos sectores mais radicais ligados ao MAD, assusta os moderados. Talvez porque o partido eanista é muito novo para ter duas cabeças. Mas talvez também porque o seu perfil é demasiado socialista e pouco social-democrata.

Até os comunistas vão advertindo os eanistas que o novo partido só será útil se «ganhar o apoio de grande parte daqueles que votaram no PS e no PSD».

Se a ameaça se transformou em promessa, a ver vamos se é para cumprir.

Um presidente para 85: com farda ou com colete pronto a vestir?

Ele, afirma-se numa sondagem encomendada pelo seu próprio Governo, é a antítese do Presidente da República idealizado pelos portugueses... E mesmo assim, foi, durante o ano de 84 o mais consistente e o mais persistente candidato às eleições que se realizarão no final de 1985.

Trata-se evidentemente de Mário Soares, secretário-geral do Partido Socialista, acusado candidato «pronto a vestir» — por uns de ser condicionado em toda a sua actividade política pelo desejo de viver no Palácio de Belém. Mas se assim é, o «score» conseguido ao fim deste ano está longe de lhe ser favorável. A crise económica alastrou ao bolso de quase todos os portugueses, o Governo demonstrou-se particularmente fraco e incompetente, a coligação PS/PSD, apesar do empenhamento de Soares, foi uma permanente fonte de instabilidade política e a maior da Assembleia da República não passou de uma sombra sem ânimo e sem projecto.

A única vantagem que Soares ainda tem é... o não ter adversários. Depois da desistência em Julho passado de Freitas do Amaral, a direita está por enquanto sem um líder que possa unir o bloco conservador que apoiou Soares Carneiro. E à esquerda, entre o voluntarismo de Lurdes Pintasilgo,

o movimento cauteloso dos eanistas e o posicionamento ainda mais cauteloso dos comunistas, tudo está ainda por clarificar. A única ameaça a Soares, neste momento, é Meneses Alves...

No entanto, e neste ano que hoje termina, muitas candidaturas se perfilaram. Algumas para se autoliquidarem rapidamente, como a de Mota Amaral ou a de João Jardim. Ou ainda como a de Almeida Costa, que se afundou no pântano da política macaense, sem ter nem a paciência nem a resistência do chinês.

Outras, no entanto, mantêm vivas as suas potencialidades, como acontece com os militares, Lemos Ferreira e Firmino Miguel na primeira linha.

E curiosamente, tudo isto acontece num país em que a Presidência da República está longe de ser um posto de importância, em termos de poder político. Depois da revisão constitucional, é no Parlamento e no Governo que reside o poder. E o Presidente só terá real influência se acumular essas funções com as de líder partidário e enquanto tiver o apoio partidário. Como, aliás, o compreenderam Balsemão, de quem se fala entredentes; ou o general Eanes, quando pensa em 1990.



Nas sondagens, o pior dos candidatos mas é o mais persistente

A nacionalização

Continuação da pág. 3

anexos, foi publicado em 9 de Junho de 1975 e onde se previa que o PSN aumentasse a capacidade de produção do aço de 600 mil toneladas por ano para 2,2 milhões de t/ano.

Mais tarde, o IV Governo Provisório, através de um Despacho do Ministro da Indústria, João Cravinho, encarregou «a SN, empresa nacionalizada, da execução do PSN». Este Despacho (de 5/8/75) aponta para que a capacidade anual de produção de aço aumente para 3 milhões de toneladas até 1985, incluindo a construção de um alto-forno, uma aciaria a oxigénio, um trem semicontínuo misto para planos, instalações portuárias na foz do rio Judeu e o aproveitamento dos miné-

rios de ferro de Moncorvo e das cinzas de pirite.

A SN encomendou a feitura do plano director («master plan») a uma empresa francesa (SOFRESIO) e iniciou os trabalhos de selecção de fornecedores de equipamentos. Não sem que, entretanto, o VI Governo Provisório, sem qualquer fundamentação, tivesse impedido uma empresa soviética de participar no concurso. Como efeito, em Abril de 1976, o Governo comunicou que a proposta estava a ser analisada conjuntamente com as restantes, mas, dois meses mais tarde, deu o dito por não dito, ao declarar que a proposta não tinha sido considerada por ter chegado atrasada. Tivesse sido outra a atitude

e, certamente, através de acordos e sistemas de compensação e do desenvolvimento de esforços conjuntos tendo em conta interesses comuns, já se teria concretizado o plano de desenvolvimento e expansão da indústria siderúrgica portuguesa, garantindo-se ainda, a médio prazo, a colocação de excedentes. Mas não foi isto que se passou.

Em Janeiro de 1977, o I Governo (PS «sozinho») aprova a Resolução n.º 40/77, que define duas fases para a concretização do PSN. A primeira, consistiria na ampliação da Fábrica de Produtos Longos do Seixal, com um novo alto-forno e restantes instalações, com uma capacidade de produção anual de aço bruto de 1

a 1,2 milhões de toneladas, utilizando o minério de ferro de Moncorvo e com o arranque previsto para 1980. A segunda fase corresponderia à criação de um novo centro siderúrgico, localizado em Sines, para fabricação de produtos planos laminados a quente.

Passados quase oito anos, podemos hoje compreender que esta decisão pôs em causa e inviabilizou, de facto, a possibilidade de produzir, a curto prazo, em Portugal, chapa laminada a quente, quer para os utilizadores a jzante (construção naval, metalomecânica, indústria automóvel, etc.), quer para a própria Fábrica de Produtos Planos já existente no Seixal e que se abastece,

como é sabido, totalmente com produtos importados.

Em 1977 foram ainda tomadas decisões que deveriam ter desbloqueado o processo de utilização dos minérios de ferro de Moncorvo. Assim, em Abril, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 123/77, a CP foi autorizada a proceder às encomendas necessárias que garantissem o transporte do minério. Nesse mesmo mês, alguns dias mais tarde, foi constituída a Empresa Pública Ferrominas e definido o seu objectivo principal: estudo, pesquisa, exploração e tratamento dos minérios de ferro de Moncorvo. Finalmente, em Outubro desse ano, nova Resolução do

Governo (n.º 284/77) cometeu a Ferrominas, EP a responsabilidade total do projecto de Moncorvo, incluindo a operação de peletização a instalar no Seixal e cuja produção anual de peletes deveria atingir, no mínimo, 1,5 milhões de toneladas.

Passados mais de sete anos, podemos agora compreender a distância que vai das resoluções ministeriais aparentemente carregadas de boas intenções às suas consequências concretas quando, simultaneamente, não se tomam as adequadas medidas económicas e financeiras que permitam concretizar os investimentos que se prometem e se dizem de interesse nacional.

1985: um ano de duplas eleições

O ano que amanhã começa será, em termos políticos, um ano de duplas eleições: as presidenciais, que há muito começaram a mexer, e as autárquicas, que têm passado mais ou menos despercebidas. Aguardada com alguma expectativa é a actuação do actual Presidente da República que, não podendo recandidatar-se ao cargo, já revelou não pensar retirar-se da vida política. De qualquer forma, é previsível que o futuro político de Ramalho Eanes esteja ligado ao novo partido político que se anuncia também para 1985 e que, como se sabe, arranca das estruturas organizativas da ex-CNARPE (Comissão Nacional de Reelection do Presidente Eanes).

Quanto aos prováveis candidatos à Presidência da República, além da ex-Primeira-Ministra, Maria de Lourdes Pintasilgo, e do actual chefe do Governo, Mário Soares, sabe-se apenas que o PSD deverá optar por um candidato autónomo que, dificilmente, ou mesmo que impeça, Soares de chegar ao Palácio de Belém.

No final da Primavera, termina o prazo constitucional para o Presidente da República poder dissolver o Parlamento, não havendo no entanto indicações de que Ramalho Eanes venha a exercer esse direito. A ser assim, admite-se que 1985 vá até ao fim com a actual composição da Assembleia da República.

Por outro lado, com a confiança presidencial e a confiança parlamentar, o Governo tem condições institucionais para permanecer em funções até 31 de Dezembro de 1985, a não ser que as estratégias presidenciais do PS e do PSD obriguem a uma demissão extemporânea do Executivo.

Mas o próximo ano será tam-

bém ocasião para a escolha de novos autarcas ou a reeleição de outros. Menos polémicas do que as presidenciais, as eleições locais podem no entanto vir a assumir um tom de maior controvérsia. É que o PS deseja coligação com o PSD para derrubar a APU e o CDS, enquanto os sociais-democratas preferem que nada fique escrito e que as alianças sejam determinadas localmente e em tempo oportuno. Por isso, alguns «desentendimentos» se prevêem neste campo. O PS afirma que não faz sentido que os dois partidos estejam coligados a nível do Governo e não o estejam a nível local e o PSD deseja manter a autonomia de que disfruta, não querendo amarrar-se a compromissos nacionais.

Também em Julho de 1985 os portugueses vão ver no concreto os reflexos do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) que nessa data entra em vigor, substituindo o Imposto de Transacções e outros menos conhecidos.

Alguns produtos vão subir de



preço, outros vão baixar, não sendo ainda possível fazer uma previsão rigorosa sobre se os portugueses vão beneficiar ou não, no dia-a-dia, com a introdução deste imposto.

O segundo acordo de coligação governamental institui entre tanto muitas novidades para 1985, desde a nova Lei das Renditas, a nova Lei da Caça, passando por um novo regime de acesso à Universidade e pela reestruturação das carreiras dos trabalhadores da administração pública.

Até Fevereiro, deverá ficar reestruturado o sector empresarial do Estado, ou seja, deverá ser revista a situação das empresas

públicas, elaborada uma Lei do Estado de Sítio e do Estado de Emergência, a definição de um quadro, multisectorial de novas medidas de combate ao problema dos salários em atraso.

Até Março, devem ficar concluídas novas leis eleitorais para a Assembleia da República e para as autarquias, reestruturada a Marinha de Comércio (já foram extintas a CTM e a CNN) e aprovada na especialidade a Lei de Segurança Interna.

Até Abril, prevê-se uma Lei-Quadro da Criação de Novos Municípios, a revisão do Código de Processo das Contribuições e Impostos e do regime de faltas por doença, uma nova lei do emparcelamento agrícola e novidades em matéria de regionalização administrativa.

Até Maio prossegue a revisão da legislação laboral, será publicada uma lei de bases de política agrícola e do arrendamento rural e florestal e haverá um plano de fomento agrícola, florestal e pecuário.

Até Junho define-se um conceito de massa salarial comum a todas as empresas e controla-se rigorosamente a sua evolução nas empresas públicas e reestrutura-se o sistema financeiro, revendo a Lei Orgânica do Banco de Portugal.

Por todo o ano vão eliminar-se privilégios, constituir-se os quadros excedentários de funcionários, reestruturar-se as carreiras dos trabalhadores da administração pública e, inevitavelmente, aumentar-se o preço de bens essenciais.

O soarismo é uma prática degenerescente da democracia

- diz Carlos Brito

«O soarismo, mais do que uma doutrina, é uma prática. Foi uma prática degenerescente dentro do PS e é-o hoje dentro das instituições democráticas...» - sublinhou o líder parlamentar do PCP, Carlos Brito, em entrevista à RDP-Antena 1.

Desenvolvendo as suas considerações sobre o Soarismo, o dirigente comunista caracterizou-o, ainda, pela «intolerância, repressão e autoritarismo» e pelo «tratadismo ideológico». Ou seja - frisou - o soarismo «apresenta-se pragmático mas o que pretende é substituir os valores de esquerda e democráticos por valores de direita e autoritários».

Carlos Brito acentuou ainda como traços «soaristas» a cobertura a toda uma política de carácter contra-revolucionário, a falta de confiança no esforço nacional, a política de abdicação em matéria de política externa e o culto da personalidade que aparece tão bem tratado no livro «Soares, Portugal e a Liberdade».

Sobre Eanes, aquele dirigente comunista disse que a sua acção tem sido «estabilizadora da democracia».

Relativamente ao novo partido em formação, Carlos Brito admitiu que «crie uma situação completamente nova e que o actual quadro parlamentar fique vi-

ciado». Considerou, a propósito, que a demissão do Governo e a criação de uma nova alternativa não se esgota no aparecimento do novo partido. «Não estamos à espera do novo partido, mas o nosso ponto de vista essencial é de que é indispensável a participação do PCP no Governo. Nós admitimos a nossa participação de muitas maneiras...» - disse o dirigente comunista.

Carlos Brito disse ainda que «os problemas internos da maioria continuam» apesar da derrota da moção de censura do CDS. «O Primeiro-Ministro - acrescentou Brito - continua a fazer a sua campanha eleitoral, enquanto remete o PSD ao silêncio. Isto não pode deixar de agravar as tensões dentro da coligação e principalmente dentro do PSD que aparece como um partido colonizado pelo líder do PS».

O dirigente do PCP acusou ainda o Governo de pretender «uma ruptura das regras do jogo democrático» com as novas propostas de alteração das leis eleitorais. Lembrou que 1985 é ano de eleições presidenciais, autárquicas e provavelmente de legislativas antecipadas, para concluir que o Governo pretende com tal decisão «precaver-se nas penalizações que lhes serão impostas pelo povo português».

AVULSO

mercado dos veículos

automóveis ligeiros
peças e acessórios
veículos pesados
máquinas para movimentação de terras
caravanas
barcos
serviços

29dez.84/7jan.85
nos pavilhões da FIL

fins de semana, feriados	15H/24H
dias úteis	17H/24H
dia 31 dez./84	15H/21H

TALUDA: 108.000 contos

REIS

1985
ADOMINÁRIA
OTARIA
ONAL

4 DE JANEIRO

0 ZERO 0 ZERO 0 ZERO 0 ZERO 0 ZERO

**DIA 4 DE JANEIRO
ANDA A RODA
habilite-se!**

Antigo deportado em Angra e no Tarrafal**Manuel Alpedrinha vai hoje a sepultar**

Vítima de um ataque cardíaco faleceu, ontem dia 30 de Dezembro, o jornalista Manuel Alpedrinha. Do hospital de Cascais, onde foi conduzido e veio a falecer, o corpo foi trasladado para a Casa da Imprensa (Rua da Horta Seca, ao Camões), onde o funeral sairá hoje pelas 15,30, para o cemitério do Alto de São João.

Como jornalista, Manuel Alpedrinha trabalhou nos jornais «República», «Diário de Lisboa», «A Capital», «Jornal do Comércio». Foi um profissional consciencioso que conquistou o respeito dos seus camaradas de trabalho e prestígio público. Mas Manuel Alpedrinha, que abraçou a profissão de jornalista após o seu regresso da deportação, foi sobretudo e logo nos primeiros anos da

Ditadura Militar o oposicionista combativo e corajoso, e coerente. Interrompeu o curso universitário para se lançar na actividade política. Ingressou no PCP em 1928, participou na reorganização de 1929 com Bento Gonçalves, foi membro do Secretariado nos anos 30.

Preso pela polícia política PVDE/PIDE, Manuel Alpedrinha foi julgado pelo Tribunal Militar Especial e deportado para a fortaleza de Angra do Heroísmo. Esteve em Angra do Heroísmo de 1932 a 1936, ano em que foi transferido para o Campo de Concentração do Tarrafal, onde permaneceu dez anos sujeito a vexames, perseguições, trabalhos penosos.

Quando regressou refez a sua vida, continuou fiel aos ideais e ao combate da sua juventude. Esteve presente em todas as lutas cívicas e progressistas contra o «Estado Novo». Foi, depois do 25 de Abril, um dos fundadores da União dos Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP), ao Conselho Directivo da qual presidiu. O seu último acto público foi ter feito parte da delegação da URAP que entregou, no Gabinete do Presidente da Assembleia da República, um abaixo-assinado a solicitar a criação e localização de um Museu de Resistência democrática e antifascista.

Era irmão do nosso camarada de Imprensa, Artur Alpedrinha, a quem apresentamos a expressão do nosso pesar.



Há meses, na Luz Soriano

Um velho amigo

5 de Outubro de 1968: a multidão entrara no Alto de S. João e, fora do cemitério, a Polícia de Choque preparava-se para forçar a dispersão. Num café de esquina da Paiva Couceiro, João Varela Gomes, recém-saído da prisão, perguntava, ansioso, se tinha sido bom o discurso de sua mulher, Maria Eugénia. De facto, a Polícia viria a carregar sobre os manifestantes à saída, levando-os de roldão Vale Escuro abaixo. Manuel Alpedrinha

sabia que não iríamos poder noticiar a carga policial. E de facto, apesar das voltas que demos à notícia, a censura acabou por cortar dela toda e qualquer referência aos factos. Por isso, Alpedrinha tinha-me sugerido que, em vez de tentar «forçar» os censores, pagássemos antes um pequeno anúncio, que seria publicado tão perto da notícia quanto possível, dizendo «a quem perdeu um sapato no Vale

Escuro, durante uma atribulada descida da zona», que podia vir buscá-lo ao jornal. Assim se fez, e não foram poucos os leitores que nos contactaram felicitando-nos por se ter conseguido, daquele modo, sugerir o que se passara. Eu era quase um miúdo, que tinha entrado meses antes para os jornais. Alpedrinha ficou a ser, desde então, o meu «velho amigo». Foi-o até ao fim — meu e do «Diário de Lisboa», como ainda há pouco tempo de-

monstrara, insurgindo-se contra uma campanha movida por falsos amigos para nos desprestigiar. Disse-me então, num abraço, uma coisa que não esquecerei: «Estamos a viver numa época de enganar, mas que tem a vantagem de pôr a claro muito entulho». Alpedrinha era assim: nunca quis perder a capacidade de se insurgir.

J.M.

Num acidente em estrada espanhola**Morreu o embaixador Freitas Cruz**

Freitas Cruz chegara a Madrid a 15 de Março, tendo entregado as cartas credenciais ao rei Juan Carlos em 26 de Abril

O embaixador de Portugal em Madrid, Freitas Cruz, morreu ontem ao fim da tarde, vítima de um acidente de viação ocorrido na estrada que liga a capital espanhola a Badajoz, perto de Trujillo, para onde o diplomata se dirigia a fim de passar o fim de ano com familiares e amigos.

O antigo ministro dos Negócios Estrangeiros viajava só, no seu automóvel, quando este chocou de frente com um camião, cujo único ocupante, Vitor Lopez Hernandez, saiu ileso.

Eram 18 horas em Espanha e 19 em Portugal.

João Carlos Lopes Cardoso de Freitas Cruz era casado, natural de Lisboa (onde nasceu em 1925) e licenciado em Direito.

Iniciou a carreira diplomática no Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 1948, tendo servido como secretário das Embaixadas de Portugal em Londres, Pretória e na delegação junto da NATO. Em 1970 ascendeu a embaixador, sendo nomeado

representante permanente de Portugal na OCDE.

Entre 71 e 74 esteve em Bonn, onde transitou para representante do nosso país junto da NATO. Em Novembro de 1978 assume as funções de ministro dos Negócios Estrangeiros, o primeiro diplomata de carreira no cargo depois do 25 de Abril.

Condecorado em 10 de Junho de 1981 com a Grã-Cruz do Infante D. Henrique, Freitas Cruz foi, antes de Madrid, nosso embaixador em Londres.

Diz Mário Soares:**País está próximo de ser ingovernável**

«Na altura própria, talvez em Julho ou mesmo mais tarde, discutirei esse assunto com o partido e o Governo», considerou Mário Soares, relativamente à sua eventual candidatura a Belém, em entrevista ao programa «Cartas na Mesa», da Rádio Renascença.

Referindo-se ao Orçamento-85, há dias aprovado no Conselho de Ministros, e que prevê um défice de 335 milhões de contos, Soares disse que ele marca «uma viragem no seu governo» e acrescentou: «É difícil fazer o Orçamento de Estado porque com os empréstimos, juros e amortizações, o País está próximo de ser ingovernável».

Para o Primeiro-Ministro, o CDS revelou grande «irresponsabilidade» durante o debate da moção de censura, Eanes e a Assembleia da República «não constituem qualquer obstáculo ao Governo» e o PCP «não tem tido capacidade de mobilizar as forças sociais para criar grandes entraves ao processo governativo».

Admitiu, entretanto, o Primeiro-Ministro ser necessária uma melhor coordenação do sector económico do Governo mas manifes-



«CDS, PCP, Eanes e AR não são obstáculos, mas...»

tou-se contrário à mudança de nomes. Haverá — disse — uma reestruturação orgânica do Governo para lhe dar maior operacionalidade (...) Isto é mais importante do que mudar pessoas que, na maioria dos casos, não tem tempo de conhecer os «dosiers».

Soares mostrou-se ainda aberto à criação de uma televisão privada em Portugal, desde que ultrapassados os entraves constitucionais, e insistiu que o País «vai entrar na Europa» sublinhando que tal facto deve dar-nos esperança, pois que «uma enorme modernização» vai ocorrer.

Relativamente aos salários em atraso, Mário Soares (que fará a passagem de ano na sua residência de Verão, na praia do Vau, Algarve) disse sentir-se também «angustiado»...

Segundo o Primeiro-Ministro, os «buracos» orçamentais deveriam-se ao facto de o Governo não

ter feito novos aumentos de preços e, quanto à corrupção (e a propósito da última homilia do cardeal-patriarca sobre moral pública) assegurou que a Alta Autoridade irá, em breve, trazer a público as investigações já efectuadas.

trabalhoMarinha Mercante**Sindicatos repudiam extinção da CTM e CNN**

Representantes de 21 sindicatos ligados à Marinha Mercante afirmaram que a extinção pelo Governo da CTM e CNN não é definitiva enquanto não for promulgada pelo Presidente Ramalho Eanes.

Em comunicado, os sindicatos referem que «a extinção dos dois maiores armadores nacionais pode lançar na miséria mais de 10 mil famílias, sendo cerca de metade reformados e pensionistas».

O documento refere que os encargos criados pelos trabalhadores das empresas de navegação são de cerca de três milhões de contos por ano a médias que para os reformados e pensionistas são de 10 mil escudos por mês, e para os trabalhadores activos é de 30 mil escudos.

Os 21 sindicatos — que disseram representar mais de 90 por cento dos trabalhadores do sector — acusam o Governo de, em contrapartida, permitir «que as empresas nacionalizadas do sector dêem trabalho a cerca de mil trabalhadores marítimos estrangeiros, que custam ao Estado 15 milhões de contos por ano».

O documento alerta para a situação, que considera de «alarme nacional», decorrente do facto de nove em cada 10 navios que escalam os portos portugueses serem estrangeiros «custando ao País anualmente mais de 500 milhões de dólares, ou seja, mais de 80 milhões de contos».

A Federação dos Sindicatos do Mar, por seu turno, considerou «inconstitucional» o projecto de decreto-lei que visa a extinção das duas maiores empresas armadoras da Marinha de Comércio, a CTM e a CNN.

Em comunicado, a Federação salienta que o projecto «merece o mais enérgico repúdio dos trabalhadores que sempre apresentaram propostas visando a recuperação daquelas duas empresas salvaguardando os postos de trabalho e a economia nacional».

CT apela ao PR

A USL/CGTP-IN também repudiou a extinção das duas empresas, com cerca de cinco mil trabalhadores, considerando que esta acção «faz parte dos ataques que este Executivo tem feito ao sector empresarial do Estado, em evidente prejuízo para o País e para os trabalhadores».

A USL, que reclama a anulação desta medida, afirma que «apoia incondicionalmente» a luta dos trabalhadores da CTM e CNN.

A Comissão dos Trabalhadores (CT) da CTM apelou entretanto para o Presidente da República não promulgar o decreto de extinção das duas empresas do sector naval «por ser contrário ao interesse nacional e dos trabalhadores».

UGT critica projecto sobre piquetes de greve

A UGT defendeu que a regulamentação do direito à formação de piquetes de greve terá de garantir o reforço da sua actualização.

O Conselho de Ministros aprovou na quinta-feira passada um anteprojecto regulamentador da formação dos piquetes de greve que será sujeito a debate público e recolha de subsídios e juízos críticos.

No Conselho de Concertação Social o governo apresentou um projecto de diploma sobre o assunto que não mereceu o acordo da UGT.

Um porta-voz da UGT disse que se o projecto não contemplar aspectos que já foram defendidos no Conselho de Concertação Social, em que não houve acordo, a organização manifestará frontalmente a sua oposição.

A UGT reivindica que o regulamento dos piquetes de greve admita a actuação dos seus elementos tanto no exterior como no interior das empresas e que possam ser formados por um número significativo de trabalhadores e de dirigentes sindicais.

A CGTP afirmou, aquando da apresentação do projecto governamental que este limitava o direito à greve e facilitaria a repressão patronal.

Para a CGTP o projecto de diploma ao limitar o número de trabalhadores no piquete de

greve impedia que todos os grevistas se organizassem por forma a persuadirem os não grevistas a juntarem-se-lhes.

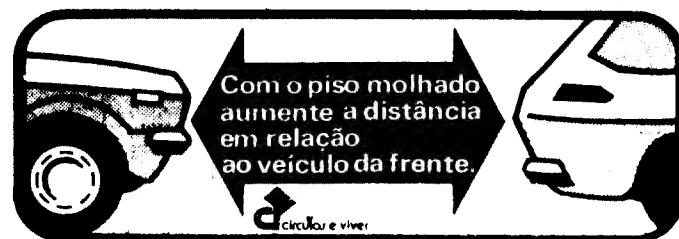
Cerca de 2500 trabalhadores da Torralta anunciaram uma greve às horas extraordinárias durante a passagem do ano caso a empresa não lhes pague até esta tarde o subsídio de Natal.

A greve, convocada pela Federação dos Sindicatos de Hotelaria e Turismo de Portugal, poderá afectar os trabalhadores das unidades da Torralta em Tróia, Algarve e Bragança, que cumprirão os horários normais sem contudo efectuar horas extraordinárias.

A decisão surge na sequência da recusa da empresa em receber os trabalhadores para análise da questão, segundo um representante da federação.

«Pensamos que a atitude dos responsáveis da Torralta se explica pelo facto de quererem pressionar os trabalhadores a diminuir a sua capacidade reivindicativa para a próxima revisão do acordo de empresa que expira em fins de Janeiro» — disse.

Por outro lado a União dos Sindicatos de Faro declarou apoiar a luta dos trabalhadores do hotel Eva assim, como a greve de 24 horas que vão levar a cabo a partir de hoje como forma de reivindicação dos seus direitos contratuais.



de ontem para hoje

Português homenageado em Moçambique

Um diploma de honra foi entregue anteontem, em Maputo, ao professor português de música Fausto Caldeira, em reconhecimento da sua participação no desenvolvimento da cultura moçambicana. A entrega do diploma foi feita por José Luís Cabaço, ministro da Informação de Moçambique, acompanhado pelo secretário de Estado da Cultura, Luís Bernardo Honwana. Fausto Caldeira, que trabalha há 32 anos em Moçambique, colaborou durante 14 anos na rádio local, tendo em 1975 optado pela carreira de professor de educação musical. O cidadão português, que é autor do hino da Frelimo, tem 73 anos e tenciona regressar em breve a Portugal.

Monumentos militares em seminário

A Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos marcou para final de Janeiro um seminário sobre os monumentos militares. A participação no

encontro está aberta «a todos os que estejam interessados num conhecimento mais aprofundado deste assunto».



Azeitão: suspeitas de fogo criminoso

Um incêndio deflagrou na madrugada de ontem, num armazém descoberto de Azeitão, destruindo 130 fardos de plástico e mil metros quadrados de restolho dos terrenos situados à sua volta. Os Bombeiros Voluntários do Barreiro foram chamados ao local por duas vezes, uma às 00.30 e outra às 05.30, pelo que se suspeita de fogo posto, pois o sinistro tinha sido inicialmente dado por extinto às 02.30. Da segunda vez, os bombeiros demoraram cerca de duas horas a combater as chamas, que chegaram a colocar em perigo outro armazém e uma vivenda. Nas operações intervieram dezasseis homens e duas viaturas dos Bombeiros Voluntários do Barreiro.

Solidariedade portuguesa na Austrália

A solidariedade da comunidade portuguesa em Melbourne, na Austrália, permitiu a uma família repor o recheio da sua casa destruída pelo fogo. A residência do casal Pais, que

tem dois filhos foi igualmente reconstruída pela solidariedade dos seus compatriotas. O incêndio ocorreu em Agosto último.

Viana do Castelo reivindica matadouro

Os presidentes dos municípios do distrito de Viana do Castelo reivindicaram a instalação de um matadouro industrial, no Alto Minho, destinado a servir os agricultores da região. Os dez autarcas defenderam a instalação do matadouro no triângulo definido pelos concelhos de Ponte da Barca, Ponte de Lima e Arcos de Valdevez e irão diligenciar junto do Governo para a concretização desse objectivo. A Junta Nacional dos Produtos Pecuários defende, por seu turno, a instalação de um matadouro em Vila Nova de Famalicão para cobrir os distritos de Viana do Castelo e Braga.

Votação viciada na Misericórdia de Bragança

As eleições para os corpos gerentes da Misericórdia de Bragança, realizadas no dia 12 do corrente, vão ser repetidas na próxima sexta-feira devido à irregularidade detectada no último acto eleitoral (participaram 89 votantes, mas foram contabilizados cem votos).

Garcia Lorca em Montelavar

Desde sábado passado, e até ao próximo dia 18 de Janeiro, o Grupo Amador Cénico e Cultural «Os Filhos do Povo» representará em Montelavar, no concelho de Sintra, a peça de Federico Garcia Lorca «A Casa de Bernarda de Alba». O grupo dirigido por Gil Matias, que faz da descentralização teatral uma prática diária e não mera figura de retórica, levará depois a peça a várias localidades da região. O grupo tem o apoio musical da Banda da Sociedade Filarmónica União



Montelavarense, sob a direcção do maestro A. Cairneta. As sessões têm início às 21 e 30.

Canais de irrigação deteriorados em Leiria

Uma delegação de agricultores do Vale do Lis, no distrito de Leiria, requereu ao secretário de Estado da Agricultura uma verba para reparação dos canais de irrigação que servem as suas terras. Os agricultores referem que a deterioração dos canais está a provocar uma diminuição acentuada da produção. António Ferraria porta-voz dos agricultores, disse que os regantes estão dispostos a procurar «todas as vias possíveis para o diálogo» e, se tal for necessário, a recorrer a formas de luta.

Uma lista que inclui o «roubo do século»

Assaltos a bancos e empresas renderam cerca de 200 mil contos

O ano de 1984 que hoje termina foi cenário de uma trintena de assaltos a bancos e tesourarias de empresas, atingindo cerca de 200 mil contos o montante das verbas roubadas.

De todos o mais célebre foi o perpetrado pelas auto-denominadas Forças Populares 25 de Abril, em 5 de Fevereiro, a uma carrinha de transportes de valores, roubando 108 mil contos.

O mais original terá sido praticado a 23 de Outubro, em Lisboa, quando um homem, sem máscara, roubou a dependência da Rua Prior do Crato, do Banco Nacional Ultramarino, saindo a pé calmamente para não mais ser visto.

O Banco Fonsecas & Burnay parece ter sido o alvo preferencial dos assaltantes, com seis roubos (um dos quais o dos 108 mil contos) e o Banco Nacional Ultramarino foi vítima de cinco.

Dos bancos portugueses apenas três não foram «visitados» pelos amigos do alheio: Fomento Nacional, Pinto & Sottomaior e Totta & Açores.

A lista cronológica dos assaltos a bancos e tesourarias de empresas é a seguinte:

— 23 Janeiro: quatro homens assaltam a dependência de Leiria do Banco Fonsecas & Burnay, roubando cerca de 500 contos;

— 25 Janeiro: três homens roubam a dependência de Caneças, do Crédito Predial Português, levando cerca de 650 contos;

— 30 Janeiro: quatro homens assaltam na estrada Albergaria-Marinha Grande uma carrinha em que seguiam dois funcionários do Banco Espírito

Santo & Comercial de Lisboa, fugindo com cerca de cinco mil contos;

— 31 Janeiro: cinco homens assaltam a tesouraria de uma empresa no Casal do Marco (Setúbal), roubando 11 mil contos;

— 5 Fevereiro: quatro homens que pertenceriam as FP 25 de Abril assaltam uma carrinha de transportes de valores, perto das instalações do Banco Fonsecas & Burnay, no Marquês de Pombal, Lisboa. Fogem com 108 200 contos no que é considerado o «assalto do século»;

— 28 Fevereiro: três homens roubam dois mil contos da dependência de Vilamoura (Algarve), do Banco Português do Atlântico, tendo morto um dos funcionários;

— 12 Abril: três homens roubam cerca de mil contos da agência de Caxarias (Vila Nova de Ourém), do Banco Fonsecas & Burnay;

— 30 Abril: dois homens assaltam a dependência da União de Bancos Portugueses na Avenida do Brasil (Lisboa), roubando quantia não especificada;

— 16 Maio: dois homens assaltam a dependência do Banco Nacional Ultramarino, de Barroelhas (Viana do Castelo), levando 400 contos;

— 31 Maio: quatro homens assaltam a agência de Carnaxide do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, levando exactamente 411 contos;

— 15 Junho: dois homens assaltam a agência de Setúbal, do Banco Fonsecas & Burnay, roubando 1500 contos;

— 17 Junho: quatro homens,

um dos quais foi detido, assaltam a agência de Beja, do Banco Nacional Ultramarino, roubando apenas 20 contos;

— 27 Junho: quatro homens assaltam a agência de Quarteira (Algarve), do Banco Fonsecas & Burnay, roubando quantia não divulgada;

— 29 Junho: três homens assaltam a agência na Fuzeta (Algarve), da União de Bancos Portugueses, roubando 500 contos;

— 9 Julho: dois homens assaltam a agência do Banco Português do Atlântico em Venda do Pinheiro, roubando quantia não especificada;

— 15 Julho: quatro homens assaltam a dependência em Estói (Algarve), da Caixa de Crédito Agrícola, roubando cerca de 600 contos;

— 1 Agosto: quatro jovens efectuem um assalto à agência do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, na Trofa fugindo com uma quantia não especificada;

— 17 Agosto: três homens assaltam a agência de Faro da União de Bancos Portugueses, roubando cerca de 500 contos;

— 22 Agosto: três homens assaltam, a dependência na Póvoa de Varzim, do Montepio Geral, roubando entre 400 e 500 contos;

— 26 Agosto: três homens assaltam a dependência na Póvoa de Varzim, do Montepio Geral, roubando entre 400 e 500 contos;

— 26 Setembro: três homens assaltam a agência de Vila Verde, Braga, do Banco Fonsecas & Burnay, roubando menos de 300 contos;

— 28 Setembro: três homens

assaltam um pagador de empresa de construção civil, em Sacavém, levando 2.000 contos;

— 23 Outubro: um homem sem máscara e sozinho assaltou a dependência do Banco Nacional Ultramarino, na Rua Prior do Crato, levando quantia não especificada.

— 23 Outubro: quatro homens e uma mulher assaltam a dependência do Banco Borges e Irmão em Trofa (Santo Tirso), levando «pouca quantia de dinheiro»;

— 31 de Outubro: cinco homens assaltam a tesouraria da firma Santos e Baptista, perto de Leiria, roubando 1.400 contos;

— 2 Novembro: Quatro homens e uma mulher assaltam a dependência do Banco Nacional Ultramarino, na Malveira, roubando apenas 60 contos;

— 2 Novembro: desconhecidos assaltam a agência do Crédito Predial Português em Valadares, Vila Nova de Gaia, não roubando dinheiro nem documentos, levando apenas moedas antigas sem valor;

— 29 Novembro: seis homens e uma mulher assaltam a empresa Salvador Caetano, em Vila Nova de Gaia, roubando 40.000 contos e ferindo duas pessoas.

— 30 Novembro: um homem assalta a tesouraria da fábrica Maconde, Braga, roubando 1.300 contos;

— 4 Dezembro: três homens assaltam a Caixa Agrícola Mútua em Pombal roubando mil contos.

— 21 Dezembro: três homens assaltam um funcionário da Caixa de Crédito Agrícola de Faro, perto de Faro, roubando cerca de 600 contos.

Comerciante assaltado à porta

Dois jovens e uma pistola para levar 2500 contos

Quando ontem à tarde um comerciante residente na Rua Luciano Cordeiro em Lisboa se preparava para entrar em casa sentiu que lhe encostavam uma arma às costas e o intimavam a entrar sem fazer barulho.

Eram dois jovens com características orientais, um dos quais empunhavam uma pistola e foi sob a mira desta arma que a vítima se viu obrigada a abrir uma

gaveta onde guardava dois mil e quinhentos contos, que de imediato passaram para as mãos dos assaltantes.

Segundo se presume os dois jovens terão seguido o comerciante desde o estabelecimento até à residência e deviam estar a par da vida privada da vítima, pois sabiam o suficiente para executar o golpe sem qualquer dificuldade.

O assalto cometido pelas 14 horas, não foi presenciado por ninguém no prédio e não houve recurso a violência física, para além da ameaça, pois o comerciante não terá oferecido resistência.

A Judiciária, que fica a escassas centenas de metros, tomou conta da ocorrência e analisa os aspectos menos comuns do caso.

Carne picada: fresca e à vista

Só a pedido e à vista do comprador será permitida a venda de carne picada fresca, nos termos de um diploma dos Ministérios de Justiça, Saúde, Agricultura, Comércio e Turismo e Qualidade de Vida.

O diploma entrará em vigor em 1 de Abril próximo, regulamentando

do, pois, a preparação e comercialização da carne picada fresca destinada ao consumo. Realça, por outro lado, que, para a sua preparação só poderão ser utilizadas carnes de bovino, suíno, ovino, caprino e equino.

O decreto-lei considera que, «face ao aumento significativo do

consumo de carne picada, fresca, torna-se indispensável regular alguns aspectos da sua preparação e comercialização, salientando ser necessário impor padrões de qualidade aceitáveis que em Portugal, por exemplo, «deixam bastante a desejar».

A regulamentação define ainda

Bomba à porta da CGD em Castelo Branco

Uma bomba deflagrou na noite de sábado junto ao edifício da Caixa Geral de Depósitos, em Castelo Branco, provocando prejuízos materiais, confirmou uma fonte policial.

Segundo a mesma fonte, a bomba de fraca potência e de fabrico artesanal rebentou junto a um passeio cerca das 22 e 30 de sábado.

Não se verificaram danos pessoais mas registaram-se vidros e portas destruídas, disse a mesma fonte.

as proibições relativas à preparação de carne picada e as penalidades por violação ao disposto no que se refere ainda à conservação e condições de higiene entre outros aspectos.

Sobre a sua preparação o diploma proíbe a utilização dos restos d a limpeza da carne.




Avisamos os nossos estimados clientes que os nossos armazéns se encontram encerrados para balanço nos dias 2, 3 e 4 de Janeiro

AEG-TELEFUNKEN PORTUGUESA, S.A.R.L.

Rua João Saraiva, 4-6 - Lisboa — Rua Manuel Pinto de Azevedo, 65 - Porto

Autocasião/84 está na FIL

Os «segunda-mão» para gente rica

Turim, Paris ou Londres têm os seus salões automóveis, onde os fabricantes apresentam as suas novidades e, em protótipos, ajudam-nos a adivinhar o futuro. Em Portugal, sinal da crise económica, têm-se vindo a realizar diversas feiras de usados. Mas, ainda no campo dos contrastes, os «em segunda mão» expostos na FIL não estão ao alcance de qualquer bolsa.

Desde há anos, os comentários repetem-se, o espanto original vai cedendo ao hábito: uma iniciativa que visaria implementar a venda de automóveis usados é, pelos preços praticados e modelos expostos, convertida num salão de carros de luxo e grande potência, de algumas das marcas mais conhecidas mundialmente. Os preços são, por isso, proibitivos para quem procura as «quatro rodas da fortuna» que lhe possibilitem o passeio ao domingo ou as férias motorizadas.

«Vendem-se mais facilmente os carros mais caros do que os utilitários», constata o «DL» um homem da AIP que cedeu o espaço da FIL à meia centena de expositores que apresentam perto de duas centenas de carros. E, a julgar pelo que está exposto até 7 de Janeiro, na Junqueira, os comerciantes esperam fazer muito negócio. Os utilitários, veículos de cilindrada média, não ultrapassam, seguramente, os 20 por cento. Em contrapartida, há «stands» que apresentam apenas carros acima dos 800 contos. Uma bagatela...

Um sector de contrastes...

Paradoxalmente, o preço de venda ao público de automóveis de passageiros e mistos usados é calculada em 290 contos, ponto de referência bem baixo da generalidade dos modelos em exposição no Autocasião/84.

Ainda no capítulo dos números, estima-se, de acordo com a Associação do Comércio Automóvel de Portugal (ACAP), que o número de veículos automóveis usados transferidos de propriedade em 1983 tenha atingido as 208 mil unidades, com menos de

1/4 destas transferências realizadas em «stands». Esta quantificação tem um duplo significado.

Por um lado, esse número ultrapassa em muito o total de vendas de novos modelos que, no total de passageiros e comerciais é, em cálculo de 1983, de cerca de 120 mil. Por outro lado, revela que a maioria das transacções foram feitas por «vendedores de café» que, ao contrário da maioria dos «stands», não oferecem garantia pelo estado de conservação dos veículos.

Aliás, a ausência de inspecções periódicas aos veículos automóveis é um dos pontos que merece grande crítica aos comerciantes, a par das vendas de



Quem quer comprar este Rolls-Royce? Embora não pareça, é em segunda mão

«salvados» pelas companhias de seguros que, de acordo com a ACAP, acompanhadas dos respectivos documentos, servem para dar cobertura aos veículos furtados. Nos casos em que se

verifica a recuperação, e por não haver inspecção, os «salvados» estão na origem de muitos dos acidentes de origem mecânica.

Mas, num sector de contrastes, a par de velhos «chaços», repintados à pressa, coabitam os mais recentes modelos, alguns deles importados a coberto da legislação que favorece os emigrantes.

«Rolls-Royce» de ocasião...

Mas, a importância dos automóveis usados é cada vez maior, até porque é cada vez mais idoso o parque automóvel nacional. A crise económica e as altas taxas que fazem do automóvel o maior contribuinte do Estado português, são seguramente os responsáveis. A linguagem fria dos números denuncia esta situação. Em relação aos automóveis de passageiros é visível a tendência ao envelhecimento: assim, enquanto em 1977 não chegavam a 1/7 os automóveis em circulação com mais de dez anos, hoje mais de 2/7 das viaturas caem neste escalão etário.

Em 1983, os veículos automóveis de passageiros de 12 a 13 anos representavam 9,66 por cento do total em circulação, obtendo a percentagem mais alta. No total, os veículos em circula-

ção, entre os dez e os 13 anos, ultrapassavam os 30 por cento. Para este ano, e dado que até Outubro houve uma quebra de 7,5 por cento na venda de novos automóveis de passageiros, a percentagem será, sem dúvida, bem maior, com as inevitáveis consequências: maior insegurança do trânsito, acréscimo da importação de peças e componentes, subida dos gastos de manutenção e reparação, elevação dos níveis de poluição e incremento do mercado clandestino de peças e reparações.

Mas, a tudo isto permanece indiferente a exposição que se encontra na FIL. Os «Mercedes» são a moda, e desde um velho 190 SL, à espera de colecionador afortunado, ao 280 SE verde garrafa, a pedir mais de nove mil notas de D. Pedro V, há uma variedade impressionante de modelos, cores e anos de fabrico.

Um «Range-Rover», com de mão rica... Apenas uns quantos veículos faziam juz à iniciativa. Entre eles, o mais singelo era o pequeno Honda vermelho que, apesar da sua economia, era ofuscado pela presença dos outros... os grandes modelos das grandes marcas.

Nuno Ribeiro (texto)
José Tavares (fotos)

IDADE DOS VEÍCULOS EM CIRCULAÇÃO EM PORTUGAL EM 31-12-83 (Est.)

PASSAGEIROS - COMERCIAIS - MOTOCICLOS

Discriminação de idade	Unidades em circulação	%
AUTOMÓVEIS DE PASSAGEIROS		
Até 1 ano	92 280	8,46
De 1 a 2 anos	85 130	7,80
De 2 a 3 »	79 060	7,24
De 3 a 4 »	58 100	5,32
De 4 a 5 »	51 550	4,72
De 5 a 6 »	52 700	4,83
De 6 a 7 »	75 850	6,94
De 7 a 8 »	97 150	8,90
De 8 a 9 »	83 250	7,62
De 9 a 10 »	87 050	7,97
De 10 a 11 »	77 800	7,11
De 11 a 12 »	76 050	6,96
De 12 a 13 »	70 750	6,48
Mais de 13 »	105 490	9,66
	1 082 000	100,00

Governo tem legislação para combater «pirataria»

Carreiras «Expresso» vão ser metidas na «linha»

O Governo tem para publicação no «Diário da República» (chegou a estar anunciada para hoje mas deverá ser em breve) diplomas que regulamentam os transportes rodoviários «Expresso» e de «Alta Qualidade». O objectivo é o terminar com a «pirataria» reinante no sector.

As medidas agora anunciadas deverão pôr os transportes em autocarros e comboio em pé de igualdade. Tal resultará da abolição da classificação de concorrente do transporte rodoviário, existente para os comboios desde há 36 anos.

O serviço designado por «Expresso» foi criado em 1983, mas devido à falta de regulamentação específica permitiu uma desordenada proliferação de «operadores» sem qualquer legitimidade, bem como um incontroado lançamento de novos serviços, que cada vez mais se afastavam das características que deviam ter, entrando em directa concorrência com o transporte regular e causando deste modo sérias perturbações no sector.

O «Expresso» distinguiu-se da carreira convencional por ser mais rápido, ter menos paragens e mais qualidade e preços mais elevados. O diploma, a que a agência NP teve acesso, disciplina o seu funcionamento, exigindo um conjunto de condições mínimas para o acesso e incentivando a formação de associação

de empresas, onde poderão ser incluídas as agências de viagens e de turismo.

Também o transporte de «alta qualidade», criado em 1982, se desenvolveu à margem de quaisquer disposições legais e por isso também agora é regulamentado para acabar com os piratas.

O Governo reconhece que tanto os «expressos» como a «Alta qualidade» proliferam desordenadamente nos últimos anos em manifesta concorrência ilegal à actividade prestada pelos concessionários de serviços de transportes públicos nos percursos rentáveis e de suporte económico destas empresas, com manifesto prejuízo para os concessionários e para o fisco.

A regulamentação a publicar no «Diário da República» tem como objectivo terminar com a indisciplina que grassa no sector.

Entretanto, as associações de transportes turísticos já manifestaram o seu acordo com a nova regulamentação.

«Os novos diplomas vêm preencher uma lacuna legal e fazer justiça a um numeroso grupo de agentes de viagens que, arrostando com enormes dificuldades e através de muitos anos, souberam criar e desenvolver um serviço actual, digno e económico para oferecer aos turistas nacio-

nais e internacionais», afirma-ram.

Igualdade com o comboio

A partir de amanhã, autocarro de passageiros e comboio são iguais em termos de concorrência, com a abolição da classificação de concorrente do transporte rodoviário que durava há 36 anos.

Durante muitos anos, o caminho-de-ferro constituiu o modo de transporte colectivo por excelência, por ser o mais rápido, o mais cómodo e o mais eficiente em toda a extensão da sua rede, enquanto o transporte rodoviário estava ainda muito longe de poder competir com o caminho-de-ferro, quer em velocidade, quer em comodidade.

O aparecimento de carreiras regulares de transportes públicos rodoviários nas zonas servidas pelo caminho-de-ferro, oferecendo melhores condições, poderia provocar a asfixia completa da CP que, devido ao custo elevado do material de circulação, não podia competir com os autocarros.

Por isso, em 1948, o regulamento de transportes em automóvel (RTA) continha cláusulas proteccionistas em relação ao caminho-de-ferro, sem que daí resultasse, todavia, entrave no desenvolvimento normal do transporte rodoviário.

O RTA permitia assim a concorrência do transporte rodoviário nas zonas servidas pelo caminho-de-ferro, mas com exigência de contrapartidas aplicáveis às carreiras classificadas como concorrentes, para moderar essa concorrência.

A situação dos transportes públicos alterou-se e hoje, tal como os caminhos-de-ferro, também as empresas rodoviárias de transportes colectivos de passageiros, prestam um serviço público com características sociais, em que a rentabilidade deixou de ser o factor determinante da exploração.

Por isso, decorridos 36 anos sobre o RTA, o Governo considera agora inadequada a filosofia que justificou um tratamento desigual para as carreiras classificadas como concorrentes ao caminho-de-ferro.

Neste sentido, o que o Governo pretende com a publicação do diploma que faz abolir a classificação de concorrente no RTA é acabar com essa desigualdade de tratamento.

Proliferaram desordenadamente

Os serviços de transporte vulgarmente designados por «Expressos», satisfazendo a necessidade de um transporte rápido e de qualidade, proliferaram desordenadamente por todo o País à

margem da legislação vigente no sector dos transportes.

São explorados em grande parte por agências de viagens e de turismo, algumas claramente constituídas para exercer apenas essa actividade, e também por empresas concessionárias de transporte público colectivo de passageiros, forçadas na sua maioria a entrar no mercado para responder à concorrência nos percursos mais rentáveis, suporte económico das suas redes de exploração.

Desta situação resultou um conflito entre os dois grupos de agentes económicos envolvidos, que se reflectiu nas posições irreconciliáveis das respectivas associações — Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo (APAVT) e Associação Nacional de Transportes Rodoviários pesados de passageiros (ANTROP) — na prolongada discussão dos diplomas, a publicar, destinados a regulamentar os novos serviços de transporte de «Alta qualidade» e de «Expresso» criados em 1982 e 1983.

Obtido o consenso, os diplomas inserem os novos tipos de serviço no sistema de transportes vigente, de modo a não constituir um factor perturbador do sistema, mas antes contribuir, ordenada e racionalmente, para a satisfação da necessidade de um transporte rodoviário rápido e de qualidade.

ARTIGO DE FUNDO

MÁRIO CASTRIM



QUARTA-FEIRA, 13 — Um barco checoslovaco com tripulação húngara transporta aviões para a Nicarágua. Trata-se de aviões altamente sofisticados que desequilibram a balança de forças regional. O nosso país não pode permitir tal situação. Um corpo de intervenção especial encontra-se apto a intervir imediatamente naquele país.

QUINTA-FEIRA, 14 — É a independência do nosso país que está ameaçada. O barco soviético, com tripulação checoslovaca e transportando material checoslovaco aproxima-se rapidamente das costas nicaraguenses. Os nossos aviões de reconhecimento sobrevoaram a Nicarágua, sendo porém mentira que o tenham feito, como justamente afirmou o nosso representante na ONU. O que aconteceu foi simplesmente que o fizeram, tudo o mais não passa de calúnia sandinista.

SEXTA-FEIRA, 15 — Fomos surpreendidos com a reacção da opinião pública nacional e internacional. Como se costuma dizer em linguagem militar, a frente perdeu contacto com a retaguarda.

Sabemos que o barco húngaro, com tripulação soviética, começou a descarregar os caixotes com aviões húngaros, altamente sofisticados. A força de intervenção especial encontra-se apta a invadir a Nicarágua de um momento para o outro. Aguardemos os próximos acontecimentos.

SÁBADO, 16 — Afinal, existem dúvidas sobre o conteúdo dos caixotes desembarcados. Falam uns em material cirúrgico — pinças, bisturis, seringas, esparadrapos. Referem-se outros a material agrícola — arados, charruas, ancinhos, enxadas de funcionamento electrónico. Dizem outros que os caixotes continham gafanhotos para a luta biológica nos campos — e que foi isso que provocou a confusão com os aviões sofisticados.

DOMINGO, 17 — A culpa é da Imprensa. Se a Imprensa não dissesse o que os caixotes continham, os caixotes continham, pura e simplesmente, aviões sofisticados. Os caixotes não transportavam aviões de guerra apenas porque os meios de informação disseram que não transportavam. O nosso país sofreu assim um sério desaire.

SEGUNDA-FEIRA, 18 — Uma coisa, é certa: os próximos caixotes podem não transportar aviões, nem helicópteros, nem tanques: podem desembarcar aspirinas, leite em pó, carne congelada, pregos e parafusos, triciclos e bonecas — mas a nossa força de intervenção especial invade a Nicarágua de qualquer modo. Sim, porque se a gente não intervir, para que diabos quer uma força de intervenção...

Assassinado na Cisjordânia um alto dirigente da OLP

Um membro do Comité Executivo da OLP e antigo presidente da Câmara da cidade de Hebron, na margem ocidental do Jordão, Fahd Al-Kawasmeh foi abatido a tiro à porta da sua casa, em Amã, no sábado passado.

Um porta-voz não identificado da OLP acrescentou que o ataque ocorreu depois do almoço e que Al-Kawasmeh foi atingido por um atirador desconhecido que usou uma pistola com silenciador.

Kawasmeh foi deportado para a Jordânia pelos israelitas há vários anos, acusado de ter contactos com a OLP. Foi eleito para o comité executivo da Organização de Libertação da Palestina durante a reunião do Conselho Nacional Palestino no mês passado, em Amã.

Os jornais israelitas de hoje lamentam o assassinio de Kawasmeh, afirmando que tal acto mostra o perigo que os palestinos «moderados» enfrentam na busca da paz.

Considerado um «moderado», Kawasmeh tinha contactos estreitos com os israelitas, na medida em que fora presidente da Câmara de Hebron, entre 1976 e 1980, ano em que as autoridades israelitas o expulsaram.

«Kawasmeh não foi vítima da guerra mas vítima do receio da paz», escreveu o jornal «Al-Hamishmar», diário do partido MAPAM, na oposição.

O «Jerusalem Post» afirmou que o assassinio pode servir de advertência para os palestinos «moderados» e para o rei Hussein da Jordânia.

Hussein culpa agentes de Israel

O rei Hussein, por seu lado, qualificou o assassinio do membro do comité executivo da Organização de Libertação da Palestina (OLP) de «um acto terrorista cometido por agentes de Israel».

«O assassinio de Kawasmeh resulta de um processo desenhado por Israel, que o expulsou do campo de batalha na sua terra natal», diz Hussein na mensagem de condolências enviada ao líder da OLP, Yasser Arafat.

O monarca jordano classificou

os autores do crime contra Fahd Kawasmeh de «cobardes», porque — sublinhou — pretendem alcançar os seus objectivos pelo terrorismo».

Arafat culpa a Síria

O presidente da OLP Yasser Arafat, chegou ontem à capital jordana para o funeral de Kawasmeh e acusou imediatamente a Síria de estar por detrás da sua morte.

Arafat, que efectuava uma visita ao Iémen do Sul, interrompeu-a e seguiu para Amã, tendo condenado à chegada os «traidores e mercenários» pelo assassinio.

«Façam saber aos assassinos mercenários e aos dirigentes de Damasco que os protegem e dirigem que não serão capazes de destruir o querer e a determinação do nosso povo ou fazer parar a revolução palestina», disse Arafat, citado pela agência jordana PETRA.

As relações entre Arafat e o presidente Hafez Al-Hassad esfriaram no ano passado, depois da Síria ter apoiado rebeldes da OLP que se opunham à orientação do dirigente da OLP.

«Setembro Negro» reivindica

O grupo palestino «Setembro Negro» reivindicou em Paris a autoria do assassinio do membro do comité executivo da OLP.

Um telefonema anónimo ontem à noite, para a agência noticiosa France Press, reivindicava a autoria do atentado que vitimou Fahd Kawasmeh, abatido a tiro à porta da sua casa em Amã.

O autor do telefonema afirmou estar a falar de Roma e disse que o «Setembro Negro» era responsável «pela morte de Fahd Kawasmeh que conspirou contra a Revolução a favor de Arafat (dirigente da Organização de Libertação da Palestina) e do rei Hussein da Jordânia».

Atentados bombistas na RFA

Aparente ressurgimento do «Exército Vermelho»

Uma bomba causou hoje de madrugada danos no edifício da Embaixada francesa em Bona — anunciou a Polícia alemã federal, uma mulher telefonou para os residentes daquela área e vizinhos da Embaixada francesa, para que abandonassem a zona.

A Polícia avalia em 100 mil marcos os estragos causados pela bomba no edifício da embaixada e nas fronteiras dos prédios próximos.

O porta-voz da Polícia referiu desconhecer ainda quem colocou a bomba.

Já ontem outra bomba tinha danificado instalações dos serviços de segurança dos Estados Unidos em Dusseldorf e, no sábado, especialistas impediram que uma bomba explodisse num armazém em Wiesbaden, utilizado pelas forças militares norte-americanas. O grupo esquerdista «Exército Vermelho» reclamou na altura a responsabilidade deste atentado.

Forte vigilância em França

As estações e aeroportos fran-

ceses encontram-se hoje sob forte vigilância policial devido à ameaça do Exército Secreto para a Libertação da Arménia (ASALA). A ameaça surgiu sexta-feira numa chamada telefónica para uma agência noticiosa em Beirute efectuada por um desconhecido que afirmou pertencer à ASALA.

A organização, afirmou a voz anónima, «decidiu fazer explodir uma avião da Air France, em pleno voo, com todos os passageiros a bordo».

Acrescentou que esta decisão «será levada a cabo dentro de muito pouco tempo».

Fontes policiais francesas disseram que as ameaças formuladas pelo grupo arménio contra a companhia aérea francesa «foram levadas muito a sério» pelas autoridades.

Paris decidiu de imediato reforçar todas as medidas de segurança nos aeroportos, bombos e estações ferroviárias para impedir eventuais actos terroristas.

As autoridades consideram estas precauções «absolutamente necessárias» e recordam, a propósito, um atentado efectuado em 1983 na véspera de

ano novo com um balanço de cinco mortos e pelo menos 50 feridos.

O atentado ocorreu dia 31 de Dezembro de 1983 quando um engenheiro explosivo rebentou ao final da tarde no comboio Marseille-Paris, quando circulava a 150 quilómetros horários entre as estações de Valence e Lyon.

Três pessoas morreram e outras sete ficaram gravemente feridas devido ao rebentamento da bomba colocada, segundo os peritos, entre a segunda e a terceira carruagem.

Alguns minutos depois, registou-se uma segunda explosão na estação Saint Charles de Marselha, donde havia saído momentos antes um comboio.

O atentado, que teve lugar num momento de grande afluência de pessoas, provocou a morte de duas delas e 40 feridos.

Bomba desactivada em base norte-americana

A Polícia alemã-federal desactivou sábado uma bomba incendiária nos terrenos da base

da Força Aérea norte-americana em Wiesbaden, desconhecendo-se o motivo porque esta não explodira.

As autoridades informaram que cartas foram escritas para vários órgãos de Comunicação Social reivindicando o atentado assinadas pela facção do Exército Vermelho, organização extremista também conhecida por Baader-Meinhof.

As cartas indicam que a acção, levada a cabo pela «Unidade na Luta Contra a Frente Anti-Imperialista», destina-se a mostrar a solidariedade com «os nossos companheiros presos em greve da fome desde 4 de Dezembro».

A facção do Exército Vermelho tem reivindicado ultimamente várias acções, nomeadamente atentados bombistas contra uma escola da NATO na Baviera, um quartel dos EUA em Frankfurt, o quartel britânico em Osnabrueck e um centro de computadores.

Encontram-se neste momento em greve da fome cerca de três dezenas de presos condenados por actividades terroristas que pretendem ser transferidos todos para uma mesma prisão.

EUA praticam para o Chile uma «política de silêncio»

— afirma «The Washington Post»

Os Estados Unidos praticam uma «política de silêncio» no Chile, conduzida pela Embaixada norte-americana em Santiago, afirmou o jornal «The Washington Post» na sua edição de domingo.

Num artigo reproduzido em mais 500 diários norte-americanos, o jornalista Jack Anderson questiona-se sobre a atitude «extremamente temerosa» da Casa Branca e da Secretaria norte-americana de Estado, face ao regime do general Augusto Pinochet.

Anderson refere um relatório da Embaixada norte-americana em Santiago que afirma que «as manifestações de protesto no Chile não derrubarão o governo

de Pinochet num futuro próximo».

«A hipótese de uma intervenção norte-americana perante violações de direitos humanos está completamente afastada», sublinha o colunista de «The Washington Post».

«Se os Estados Unidos pressionassem o governo chileno, este retiraria-lhe alguns favores, como, por exemplo, a sua participação em manobras navais ou o voto favorável a Washington nas Nações Unidas», acrescenta.

Segundo Anderson, o embaixador norte-americano em Santiago, James Theberge, teria aconselhado a Casa Branca a «manter a sua influência dimi-

nuta» relativamente à situação política no Chile.

Tomem tranquilizantes

O ministro chileno do Interior, Sérgio Onofre Jarpa, assegurou sábado que o governo militar está mais sólido que nunca e deu a entender que Pinochet se propõe manter no poder até 1989.

Ao fazer o balanço de 1984, Onofre Jarpa afirmou que se seguirá o caminho traçado pela Constituição de 1980 e aconselhou a oposição a «desligar-se da companhia comunista».

«Entendo perfeitamente que os dirigentes de oposição estejam apressados para que o governo lhes entregue o poder, mas creio que devem tomar tranquilizantes, porque o país não tem pressa alguma em fazê-lo» — disse Jarpa.

Jarpa comentou assim recentes declarações do presidente da Democracia Cristã, Gabriel Valdés, de que «a situação actual não permite esperar até 1989».

Salientou que «enquanto não se conseguir uma definição da oposição pouco se vai avançar, embora isso não signifique que o governo vai deixar de cumprir os seus compromissos sobre o estudo e despacho das «leis fun-

damentais do sistema político».

«Mas o que não podemos continuar a fazer é discutir sobre a democracia com os sectores aliados do comunismo» — advertiu Jarpa, acrescentando que «o Chile Continuará a avançar para a plenitude democrática, dentro da constituição e das leis».

Sobre a vigência do estado de sítio no Chile, o ministro salientou que «o governo foi obrigado a recorrer a essa faculdade constitucional devido à subversão marxista e ao terrorismo».

Onofre Jarpa insistiu no seu balanço de fim de ano em que «há muito tempo que não se verificava no Chile uma situação tão sólida como a que se regista na actualidade».

Quatro mil seiscentos e nove chilenos estão proibidos de regressar ao seu país, informou sábado o director da Polícia de Investigações, Fernando Paredes.

Paredes disse este número é exacto e que «qualquer outro número é fruto da especulação criada à volta deste tema».

Numa conferência de Imprensa, Fernando Paredes afirmou que «se chegou a falar de 100 mil e de um milhão de exilados, proibidos de entrar no Chile por ordem do general Pinochet, no poder desde 1973».

UGT NA RTP

HOJE APÓS O TELEJORNAL

Top do «Calor da Noite» Das 2 h às 6 h na Rádio Comercial (OM e FM)

DISCOS DA MINHA PREFERÊNCIA:

- 1)
- 2)
- 3)

NOME:

MORADA:

Cole este cupão num postal e envie para o programa «No Calor da Noite», Rádio Comercial, R. Sampaio e Pina, 26 — 1000 LISBOA.



Caminhos de Ferro Portugueses Informação

FESTAS DE NATAL E ANO NOVO

ALTERAÇÕES DE HORÁRIOS

Informam-se os Senhores Passageiros de que, no período do Natal e Ano Novo, serão efectuadas circulações especiais até ao dia 5 de Janeiro de 1985.

Entretanto, serão suprimidas algumas circulações nos dias 24, 25, 31 de Dezembro e 1 de Janeiro de 1985.

Para informações mais detalhadas, os Senhores Passageiros devem consultar as nossas Secções de Informação ou os avisos afixados nas estações.





General golpista Olvis Arias, quando anunciava que não abandonaria o cargo de comandante-chefe do Exército boliviano. Pouco depois render-se-ia a receber ordem de prisão

Presidente Suazo ganhou

Militares golpistas renderam-se na Bolívia

O general José Olvis Arias e outros chefes militares que, no passado, se rebelaram contra o presidente Suazo, renderam-se nas primeiras horas de ontem.

A Central Operária Boliviana (COB) tinha acusado recentemente o general Olvis Arias de promover um golpe institucional e exigiu a sua demissão. O Governo do presidente Suazo fora já alvo de um golpe de Estado em Junho passado, quando o coronel Rolando Saavedra liderou um grupo militar que manteve sequestrado num bairro de La Paz, durante dez dias.

Também em Junho, Suazo agitou-se a satisfazer as exigências da «Escola de Comando do Estado Maior do Exército», quando da revolta dos oficiais contra o então comandante geral, Simon Sejas Tordoya.

A nomeação de Tordoya, homem de confiança de Suazo e muito prestigiado no seio do Exército, para chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, reforça a posição do presidente boliviano — concluem os observadores em La Paz.

Fontes militares contactadas pela agência EFE revelaram que, durante o cerco ao Quartel General, os oficiais rebeldes estiveram completamente isolados do exterior, sem telefone, luz, água ou alimentos.

Após a rendição, o novo chefe de Estado-Maior do Exército, general Raul Lopez, ordenou a prisão de Olvis.

A guarnição do Quartel General de Miraflores não ofereceu resistência às tropas de assalto leais ao Governo.

Não há clemência para Walter Reder

Os familiares das vítimas da matança de Marzabotto em 1944, durante a Segunda Guerra Mundial, rejeitaram ontem qualquer acto de clemência a favor do criminoso nazi Walter Reder, responsável pelo assassinato de 1938 civis nessa localidade.

Cerca de 300 familiares das vítimas e sobreviventes da matança, chegados de toda a Itália, reuniram-se ontem na Câmara Municipal de Marzabotto para decidir por votos sobre um acto de clemência a favor da liberdade do ex-oficial nazi das «SS» Walter Reder, austríaco de 69 anos, condenado em 1951 a prisão perpétua na Itália por um tribunal militar pelo assassinato provado de 270 pessoas.

Reder está gravemente doente. Num processo anterior foi-lhe comutada a pena de prisão perpétua em reclusão até Julho de 1985. Em várias ocasiões pediu clemência.

Dos presentes, apenas um se pronunciou a favor da colocação em liberdade antecipada de Reder. A votação de ontem em Marzabotto tem apenas valor moral.

Acordo de Nkomati fez emergir rede conspiratória em «certas capitais»

O presidente moçambicano, Samora Machel, considerou sábado passado que a assinatura do acordo de Nkomati fez emergir as ligações principais da rede internacional de conspiração organizada contra Moçambique.

Samora Machel, que falava numa recepção oferecida aos quadros do aparelho de Estado por ocasião da passagem de ano, disse que «os verdadeiros sujeitos desta conspiração se encontram sediados em certas capitais da Europa Ocidental».

Referiu ainda que eles beneficiam da cumplicidade de personalidades e organizações em alguns países vizinhos de Moçambique, «dos quais recebem o apoio logístico necessário».

Embora o presidente moçambicano não tenha mencionado nomes dos países vizinhos cúmplices dos grupos armados que actuam no país, emigrantes moçambicanos acusaram a República Sul Africana de violar o acordo de Nkomati, assinado a 16 de Março passado.

Samora Machel disse que «os conspiradores, comandados pelo imperialismo, visam mudar o curso da história do país e criar condições para o regresso dos que sempre foram os inimigos

jurados do povo moçambicano».

«Destruir e matar tem sido a sua civilização, a sua moral» — salientou o líder moçambicano, acrescentando que «o facto se deve à perda de esperanças em derrubar o governo da FRELIMO ou mesmo da partilha do poder».

Fazendo uma breve retrospectiva sobre a economia do país, Samora Machel afirmou que persistem os efeitos da difícil situação económica internacional e da acção destruidora dos grupos armados.

Continuamos a enfrentar quebras significativas dos nossos níveis de exportação e decréscimos das nossas receitas em moeda estrangeira — acrescentou.

Ao referir-se ainda à economia do país, Samora Machel realçou o contributo significativo dado pela comunidade internacional, que «respondeu de forma extraordinária aos apelos do governo para apoiar as vítimas das secas e das cheias».

Botha amnistia

O chefe mercenário Mike Hoare, que se vendeu no Congo e tentou derrubar o governo das Seychelles, é um dos 85 presos

amniitados pelo presidente Botha da África do Sul, por ocasião do Natal.

Hoare cumpria uma pena de dez anos pelo seu envolvimento na invasão das Seychelles à frente de um grupo de mercenários sul-africanos, em Novembro de 1981.

Ao malograr-se a invasão, Hoare e os seus companheiros apoderaram-se de um avião comercial indiano e fugiram nele para Durban, onde foram presos.

As autoridades sul-africanas não revelaram se, em consequência da amnistia, Hoare será posto em liberdade imediatamente, depois de ter cumprido apenas um quarto da pena. Mas sua mulher disse ao «Times» de Londres que espera tê-lo em casa já em Janeiro.

Desanuiamento para consumo externo

O Prémio Nobel da Paz, bispo Desmond Tutu, afirmou que os pactos de não agressão que a África do Sul firmou com os Estados vizinhos não têm utilidade, enquanto o regime de Pretória reprime o seu próprio povo, noticiou o jornal tanzaniano «Sunday Times».

O jornal citou o bispo anglicano como tendo dito: «de nada serve ter o desanuiamento para consumo externo, quando ele não é utilizado em relação ao povo nativo».

Aquele lutador anti-«apartheid» partiu sábado da Tanzânia, após encontros com o presidente Julius Nyerere e dirigentes da Igreja, com destino a Lusaca.

Tutu foi citado como tendo afirmado que a África do Sul «na realidade forçou» Moçambique a assinar o acordo de Nkomati e está a usar os mesmos métodos contra os negros no país, governado pela minoria branca.

Adiantou que mudanças significativas só poderão ocorrer através de conversações entre os dirigentes brancos e os representantes da maioria negra sul-africana. «Não o fazemos, enfrentamos uma perspectiva terrível, de derramamento de sangue e de maior violência».

O bispo exortou as nações ocidentais a exercerem pressões sobre a África do Sul para iniciar conversações com os negros e disse que a política dos Estados Unidos, dita de «envolvimento construtivo», constituía um malogro total.

Quatro sentenças de morte em Angola

Quatro angolanos foram no sábado à tarde condenados à morte, por crimes contra a segurança do Estado — anuncia a agência ANGOP.

Trata-se de Eurico Secundo, Afonso Katakú, Alberto Kiambasuca e Adriano Kimboto, todos eles naturais do Huambo, e o último foi julgado à revelia, por se encontrar em parte incerta.

O tribunal militar da nova região, sediado na cidade de Ndalatando, na província do Kwanza-Norte, condenou aqueles elementos à pena de morte do fuzilamento, devido a «crimes contra a segurança do Estado, traição à pátria, rebelião armada e sabotagem económica».

Um quintoréu, António Victorino Cuchileia casado, com 33 anos, também natural do Huambo, beneficiou de algumas atenuantes, e foi condenado pelo

mesmo tribunal militar a 22 anos de prisão maior.

Outros homens, Paulo Augusto, José Cacunda, Kalei Tchitoma, Angelino Ventur e Laurindo Augusto, acusados de se terem organizado ilicitamente para apoiar a UNITA, sob a liderança

de Afonso Katakú, coadjuvado por outros indivíduos, foram condenados a 17 anos de prisão.

O tribunal absolveu Sebastião Mateus Neto, José Mendonça Kakimongo e Manuel Luís, por ter provado não estarem ligados às actividades da UNITA.

O réu Carlos Castilho, implicado noutro processo, de maiores dimensões, aguarda novo julgamento.

A próxima sessão do tribunal militar da nova região será na cidade do Dondo, em data a anunciar.

FESTA DE FIM DE ANO
COMO MATAR O TUBARÃO
VICTOR HAIM JOAQUIM BENITE
o tradicional grande **SHOW**

● CARLOS MENDES ● MARIA GUINOT
ANTÓNIO VICTORINO DE ALMEIDA
CARLOS PAREDES ● PEDRO OSÓRIO ● IO APOLLONI
● ROGÉRIO PAULO ● JOSÉ JORGE LETRIA ●
ESMERALDA AMOEDO ● FERNANDO FARINHA ●
FRANCISCO NICHOLSON ● MAGDA CARDOSO ●
CELESTE AMORIM ● FRANCISCO SEIA M
CHICO GERALDO ● CARLOS PAULO ● JOSÉ FARIA
● ADELAIDE JOÃO ● ARMANDO CALDAS ●
MACEDO E BRITO ● LE-A-FAR ● MIGUEL SILVA ●
CONJUNTO BANZA ●
CONJUNTO CHILENO "SOM ANDINO"

MAIS DE UMA CENTENA DE PRÉMIOS
Viagem à União Soviética no 1.º de Maio 85
Viagem a Londres
Colaboração especial da Associação Portugal-URSS

SERVIÇO DE CEIAS
31 DE DEZEMBRO — às 21,30 h.
teatro da academia almadense
Telef. 275 21 75

Companhia de Teatro de Almada
Grupo de Campolide sub. MC/CMA

zé americano
e os
VAPORES DO REGO
maior e melhor
REVEILLON

EXPLOÇÃO DE ALEGRIA NA PASSAGEM DO ANO 1984-85

ESTÁDIO DO RESTELO
NO PAVILHÃO DE
"OS BELENENSES"
RESERVIAS DE MESA—TEL. 615982

COLABORAÇÃO

PEPSI **PEPSI** **PEPSI**

CERVEJA SAGRES

COMPRA O QUE QUISER PAGUE COMO PUDER!

SEM ENTRADA! SEM JUROS! SEM PRAZO!

consórcio nacional promogruppo

AV. 5 DE OUTUBRO, 275-1-01 TEL. 770210 772839 LISBOA



DESPORTO

Esta noite em S. Paulo

Carlos Lopes e Rosa Mota: surpresa será ausência no pódio

Carlos Lopes e Rosa Mota são os principais candidatos às vitórias na corrida de São Silvestre de São Paulo, onde se espera uma luta feroz pelo pódio, entre atletas portugueses, brasileiros e colombianos.

Carlos Lopes que declarou já em São Paulo que «deseja vencer a prova», recusando, no entanto, a qualquer previsão, porque «qualquer participante pode ganhar, como acontece em qualquer prova». Para conquistar a 49.ª edição da prova, Carlos Lopes terá de ultrapassar os colombianos Victor Mora e Silvio Salazar, e a grande esperança brasileira João da Mata, vencedor em 1983. Mora, vencedor de quatro edições da prova, em 1972, 1973, 1975 e 1981, vai tentar a quinta vitória, que passaria a constituir novo recorde da corrida, que se disputa desde 1925, na ruas de São Paulo. Recorde que, aliás, pertence já ao mesmo Mora, juntamente com o belga Gaston Roelants, também vencedor quatro vezes em São Paulo. «Estou preparado, mas esta será uma das corridas mais difíceis da minha carreira, pois vou de frontar adversários difíceis», declarou o colombiano, em vésperas da prova, uma das mais importantes corridas de São Silvestre que se disputam em todo o mundo.

Contudo, não será só Mora o único colombiano a fazer frente ao corredor português. Silvio Salazar (27 anos) vencedor de duas edições da prova, tentará alcançar a terceira vitória e acercar-se do recorde do seu compatriota.

Na competição feminina, Rosa Mota terá como principal opositora a brasileira Jorilda Sabino, que curiosamente costuma correr descalça, lembrando a sul-africana Zola Budd, embora segunda-feira, em prova de estrada, seja pouco provável que se abstenha de usar sapatilhas.

No último dia do ano de 1984, Lopes e Rosa estarão empenhados em percorrer os 12 640 metros mais depressa que o grande rol de opositores sul-ameri-

canos, alguns deles desejosos de ultrapassar dois medalhados olímpicos, para abandonarem o anonimato.

Na generalidade, tanto na competição masculina como na feminina, todos se mostram dispostos a «guerrear» os candidatos e, acima de tudo, a deitar por terra o favoritismo indiscutível dos representantes portugueses.

Apesar do valor dos sul-africanos, aguardam-se duas vitórias portuguesas numa corrida organizada há 59 anos pela «Gazeta Desportiva» de São Paulo, após uma iniciativa do jornalista Casper Libero.

Mamede vence em França

Fernando Mamede, recordista mundial dos 10 000 metros, obteve a sua terceira vitória esta temporada de Inverno bisando na corrida de Houilles, França.

Mamede, que no início da temporada de Inverno venceu duas provas de corta-mato em Paris e Sevilha, manteve a sua invencibilidade na corrida de Houilles batendo facilmente o inglês Tim Hutchings, vice-campeão mundial de corta-mato em Nova Iorque, atrás de Carlos Lopes.

O recordista mundial dos 10 000 metros ganhou a prova destacado batendo Hutchings e Dave Clark classificando-se em 4.º lugar o francês Jacques Boxberger, vencedor da prova em anos anteriores.

Zurique: Manuel de Oliveira em 9.º lugar

Manuel de Oliveira foi o 9.º classificado na corrida de S. Silvestre de Zurique. A prova, na distância de oito mil metros com um percurso pelas ruas de Zurique, teve a participação de 10 175 atletas.

No escalão masculino venceu o austríaco Dietmar Milonig, com 23 minutos, 6,28 segundos, seguido dos suíços Pierre Deleze

com 23.06,60 e Markus Ryffel, com 23.14,51.

O único atleta português concorrente foi Manuel de Oliveira, que cortou a meta na 9.ª posição, com 23 minutos e 49,06 segundos.

A sul-africana Zola Budd foi a vencedora da prova feminina.

José Frias: triunfo no Funchal

José Frias venceu ontem a Volta à Cidade do Funchal com o tempo de 19 minutos e 24 segundos, para os 7 mil metros do percurso.

Na segunda posição classificou-se Nêh Carreira com mais 28 segundos e na terceira Ivo Gonçalves com mais 1 minuto e 5 segundos.

O concorrente vencedor cedo se destacou dos restantes e dominou completamente a prova comandando-a desde o seu início. A pouco e pouco foi-se destacando dos demais concorrentes e logrou cortar a meta com cerca de 200 metros de vantagem sobre o segundo classificado. Participaram na prova cerca de 250 concorrentes tendo a equipa da Spiroc sido a vencedora colectiva.

Sesimbra: tudo azul

Manuel Matias e o Belenenses venceram a corrida de fim-de-ano realizada em Sesimbra, organizada pelo Grupo Desportivo de Alfarrim.

A prova, na distância de 10 000 metros percorridos nas ruas de Sesimbra, teve a participação de 508 atletas de 46 clubes. No escalão principal venceu Manuel Matias, do Belenenses, seguido do seu companheiro de equipa Ciriapno Lucas. Seguiram-se-lhes José Peixeiro (Alhandra), José Vieira (Belenenses) e Joaquim Pereira (Hotel do Mar).

Pr equipas o Belenenses foi a primeira, seguida da PSP, Sportivo de Loures e Ginásio Apolo.

Vencedores nos restantes escalões: **Femininos: 1.ª, Carla**

Figueiredo (A. A. Lisboa); Veteranos: 1.º, Manuel Joaquim (Cascais); Pré-Veteranos: 1.º, Jaime Gonçalves (A. A. Lisboa); Juniores: 1.º, José Sobral (Belenenses).

Algueirão: triunfo algarvio

O atleta do Esperança de Lagos, Armando Guerreiro venceu a quinta edição da prova de corta-mato do Algueirão, organizada pelo Clube Oriental de Pechão.

O vencedor cobriu a distância de 7200 metros no tempo de 23m d 32 segundos. Na segunda posição classificou-se Eudoro Pedro, da Casa do Povo de Moncarapacho, com 23,54 minutos, enquanto na terceira posição se classificou Jorge Candeias, do Esperança de Lagos, com 24.14 minutos.

Na competição para juvenis, juniores e seniores femininos, a vitória coube à atleta do Grupo Amador de Lagos, Fernanda Teixeira que percorreu os 3200 metros no tempo de 12.33 minutos. Também na distância de 3200 metros a prova de iniciados e juvenis masculinos e teve como vencedor Joaquim Santos, dos Jograis António Aleixo, de Estoi, no tempo de 10.33.

A competição que teve a participação de 518 atletas, incluiu ainda provas para infantis e iniciados, masculinos e femininos, em que triunfaram Carlos Juliano (Penha), Lourdes Viegas (Pechão), Henrique José (Moncarapacho) e Fernanda Martins (Estoi).

Vedetas na Amadora

António Leitão e Aurora Cunha são os grandes favoritos da S. Silvestre da Amadora que hoje se realizará e na qual participarão centenas de atletas federados e populares dando às ruas da nova cidade, alegria, colorido e movimento.

Trata-se de uma prova de grandes tradições no atletismo português e por isso mesmo merece, inquestionavelmente, todo o relevo possível. A população da Amadora vai ter momentos de alegria através da vivacidade dos atletas em prova e da luta que irá ser travada entre os «segundos planos» já que Leitão e Aurora Cunha certamente que chamarão a si triunfo o que não surpreenderá em face da sua conhecida e apreciada craveira. Amadora em festa na noite derradeira deste ano em que o atletismo deu imensas alegrias bem ao contrário de tudo o resto.



Queluz: depois do título a Supertaça

Basquetebol

Queluz arrecada «Supertaça»

Após um jogo (e uma exibição) simplesmente extraordinário em que era imperiosa a recuperação de 28 pontos de diferença, o Queluz venceu o Barreirense, por 121-78, na segunda «mão» da Supertaça de basquetebol e conquistou o artístico troféu que a Federação instituiu pela primeira vez. Realmente, não era de esperar que os «rubro-brancos» claudicassem de forma a verem destruída aquela considerável vantagem pontual e, consequentemente, permitissem ao campeão nacional adregar o resultado conveniente para lhe assegurar a posse do troféu em disputa.

Recordamos, ainda, que uma semana antes do primeiro jogo da supertaça, no Barreiro, na última jornada da 1.ª volta do «nacional» (de momento interrompido devido à quadra natalícia) a equipa de Manuel Fernandes tinha (também) batido facilmente (103-79) o «cinco» da linha de Sintra.

Parecia, portanto, inapelável a superioridade do Barreirense. Só que um jogo é sempre uma caixa de surpresas e a surpresa (não propriamente a vitória mas, nomeadamente, a diferença pontual) aconteceu: o Queluz venceu por 43 pontos, mais 14 do que os números absolutamente indispensáveis para os objectivos a alcançar.

É espantoso que estes desfechos aconteçam entre equipas de capacidade semelhante: não porque um foi o campeão nacional e o outro o vencedor da Taça de Portugal da época passada porque, entretanto, podem ter sofrido quebra de potencialidades. Mas, principalmente, pelas amostragens de valor, muito igual, que têm evidenciado no decorrer «nacional» em que

estão empatados em pontos, mais o F.C. do Porto, os três antecessores do Benfica que lidera, isolado, a prova máxima.

Jogaram e marcaram: **QUELUZ** (121): Baganha (2), Jordan (17), Santiago (5), João Cardoso (27), Artur Leiria (4), Keith (37), Beto (8) e Rui Pinheiro (11).

Barreirense (78): Eugénio (9), O'Neal (21), Mike (15), Ramos, Jorge Coelho (19), e Sílvia (14).

Torneio «ducados»: Ginásio o vencedor

O Ginásio Figueirense foi o vencedor, com alguma surpresa, do torneio «Ducados», realizado este fim-de-semana, no pavilhão dos «caras direitas» em Buarcos. E dizemos triunfador com surpresa do ponto em que os ginastas bateram na final o F.C. do Porto esse sim, o mais favorito. Será de sublinhar, contudo, que esta época, os ginastas, no «nacional» venceram todos os «grandes».

Resultados do torneio — 1.º jogo: Ginásio-Ovarense, 106-77. 2.º jogo: F.C. do Porto-Ovarense, 103-78. 3.º jogo: Ginásio-F.C. do Porto, 92-88.

Benfica reforça-se

Com destino ao Benfica, partiu de Joanesburgo para Lisboa o basquetebolista Rodney Dark, com 21 anos e 2.03 metros de altura.

De nacionalidade zimbabweana, o jovem Dark ficará, instalado, durante o período de experiência, no lar do clube da Luz, pretendendo mais tarde naturalizar-se português, já que tem família radicada no país.

CAMPANHA DE NATAL 84

A PHILIPS oferece-lhe as na compra de um televisor Philips

...e a casa M. L. FERREIRA dá 12 meses para pagar o restante!!!



Oferta limitada

M. L. FERREIRA

R. D. Estefânia, 48-A Tel. 545019 1000 Lisboa

Philips



RTP

concurso



NOME
Idade Profissão
Morada
Localidade Cod. Postal
Telefone
Freguesia Concelho
Tem televisor? N.º Licença
ACOMPANHANTE
Idade Profissão

IMPORTANTE: Preencher em letras maiúsculas, recortar pelo tracejado, colar em postal dos Correios e enviar para Concurso Um Dois Três Apartado 4315 1508 Lisboa Codex

DESPORTO

Andebol

Seleções «bem comportadas»

Terminou anteontem, o torneio internacional de andebol do Natal, organizado pela respectiva associação do Porto e que decorreu no Pavilhão das Antas. Foram três jornadas que satisfizeram plenamente os amantes da modalidade, que há muito não viam, pelo menos nesta cidade, reunida tão boa qualidade técnica, em três estilos, digamos assim de jogo diferente: jugoslavos de injeável qualidade técnica e forte porte atlético, portugueses de grande talento nos lances de ataque e argelinos (treinados por um técnico soviético) tendo na organização defensiva o seu ponto forte.

No jogo decisivo a equipa «A» de Portugal e o Sloga Doboj empataram a 23 golos, resultado que serviu melhor as ambições dos jugoslavos que, pelo melhor «goal-average», foram os vencedores do torneio.

As duas equipas nacionais tiveram um comportamento que o treinador jugoslavo, Stoj Glaves, salientou de «algo surpreendente por desconhecer o valor técnico do andebol português». O treinador argelino, o soviético Derounaz, salientou o bom nível do torneio e afirmou regressar «satisfeito com a hospitalidade dispensada em todos os contactos que tivemos». Os treinadores nacionais, responsáveis do comité de seleções, António Cunha e Fernando Oliveira, afirmaram que o torneio serviu perfeitamente os objectivos de auscultação dos valores portugueses e de preparação para as provas nacionais. Ambos defenderam a necessidade da efectivação de torneios idênticos em que estivessem representadas equipas das «quinas» para «valorização do andebol português».

Nos jogos de anteontem da última jornada, os resultados foram: Portugal «B», 18 — Argélia, 21 (6-14 ao intervalo) e Portugal «A», 23 — Sloga Doboj, 23 (14-14 ao intervalo).

Pontuação: 1.º Sloga Doboj 3 jogos e 8 pontos (86-63 em golos marcados e sofridos), 2.º Portugal «A», 3-8 (71-65), 3.º Argélia, 3-5 (59-61) e 4.º Portugal «B», 3 (62-89).

Nacional de futebol

Casos em torrente ao virar da página

O FC Porto é o campeão de Inverno do futebol português, embora não tenha jogado na 15.ª e derradeira jornada da 1.ª volta do campeonato. Além do adiamento do encontro do Porto com o Portimonense, marcado para a Póvoa do Varzim, a ronda foi assinalada pelo folgado triunfo do Sporting (4-0) em Setúbal, frente ao tradicionalmente difícil Vitória e pelo deslize do Boavista, que cedeu um empate (2-2) no Bessa, diante do Vizela. O Sporting igualou em pontos o FC Porto, mas o clube das Antas tem um jogo a menos.

O Benfica recebeu o Belenenses (na Luz) e nesta reedição de um «clássico» os visitantes venceram por 4-1, depois de aos 60 minutos de jogo se registar um empate (1-1). A entrada de Nenê, saudada pelo público da Luz, aos 75 minutos, deu outra vida à apagada equipa campeã nacional e o resultado elevou-se, nos dez minutos finais, para um volumoso 4-1, que esconde as dificuldades do Benfica. Manniche marcou dois golos e falhou uma grande penalidade, com Nenê a rubricar o último tento da turma da Luz, depois de Pietra ter feito o 2-1 que desfez a igualdade conseguida, aos 60 minutos, por Ronnie.

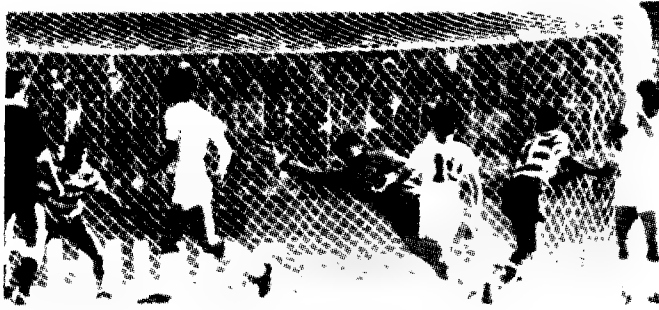
Em Setúbal, o Sporting alcançou um folgado êxito num estádio onde tradicionalmente tem dificuldades e vencia ao intervalo por 1-0 (golo de Litos). Jordão, Eldon e Sousa marcaram no 2.º tempo.

No Bessa, aconteceu surpresa, quando o Vizela conseguiu um empate (2-2) frente ao Boavista, que esteve duas vezes em vantagem mas se deixou igualar. Os axadrezados, lançados para um lugar na Europa, perderam um ponto que lhes pode ser precioso. Também deslize pode ser considerada a derrota do Braga (2-3) em Vila do Conde, com o Rio Ave. Ao intervalo, os bracarense venciam por 2-1, mas na 2.ª metade o cansaço dos visitantes levou o Rio Ave ao triunfo com a reviravolta no resultado.

Na Póvoa do Varzim houve «bronca», com o público em excesso praticamente a invadir o relvado do estádio e o árbitro Mário Luis a considerar não

existirem condições de segurança necessárias para um encontro entre o «líder» do campeonato e o 3.º classificado. Este é o 2.º jogo adiado do torneio em curso, depois do Varzim-Benfica, marcado agora para 9 de Janeiro.

Outra «bronca» aconteceu no Bonfim, quando a Rádio foi desalojada das suas cabanas habituais, em favor de membros do Governo, o que levou os profis-



Gabriel (à esquerda) salva um possível tento sadino sobre o risco fatal

sionais da Rádio a recusarem-se a relatar em directo o Setúbal-Sporting desde um local junto ao relvado.

Se o resultado nulo em Coimbra (entre Académica e Varzim) não surpreendeu, já o mesmo não se poderá dizer do empate (1-1) conseguido pelo Salgueiros, último da tabela, em Faro. O Farense foi melhor, mas o Salgueiros terminou a 1.ª parte a vencer através de uma grande penalidade, segurando a vantagem na 2.ª metade e apenas permitindo o empate.

Para a história

Números e nomes da jornada: Farense - Salgueiros, 1-1; Académica - Varzim, 0-0; Vitória de Guimarães - Penafiel, 1-0; Vitória de Setúbal - Sporting, 0-4; Benfica - Belenenses, 4-1; Boavista - Vizela, 2-2; Rio Ave - Braga, 3-2; Futebol Clube do Porto - Portimonense, não se realizou, por antecipada invasão do campo (Estádio do Varzim, por se encontrar interdito o recinto das Antas). O jogo terá lugar pelas 15 horas de 3 de Janeiro.

Disciplina

O Salgueiros («lanterna vermelha» do nacional), foi a equipa

mais indisciplinada na 15.ª jornada, que ficou incompleta. Entre os 15 cartões amarelos que foram exibidos, quatro jogadores do Salgueiros foram admoestados (Armando, Gilberto, Jorginho e Janita) no encontro com o Farense, no Estádio de S. Luís.

No encontro entre o Guimaraes e o Penafiel, a equipa visitante também teve três jogadores com amarelos: Bruno, Vilaça

quatro golos da vitória do Benfica na Luz sobre o Belenenses (4-1), somando agora 12 golos, contra 16 de Gomes, do FC Porto, equipa cujo encontro com o Portimonense foi adiado. A classificação dos melhores marcadores, após a 15.ª jornada da 1.ª volta do campeonato, é a seguinte: 1.º Gomes, FC Porto, 16 golos; 2.º Manniche, Benfica, 12; 3.º Djão, Belenenses, 11; 4.º Cadourin, Portimonense, 10; 5.º Manuel Fernandes, Sporting, 9; 6.º Tonanha, Salgueiros e Eldon Sorting, 8; 8.º Jaime Magalhães, FC Porto e Zinho, Braga 7; 10.ºs Pita, Vizela, Fontes Braga e Jordão, Sporting, 6.

Divisão 2

Resultados dos jogos da 13.ª jornada do «Nacional» da 2.ª Divisão, na Zona Norte: Lixa - Fafe, 0-2; Famalicão - Valonguense, 3-0; Lourosa - Espinho, 1-0; Sanjoanense - Chaves, 1-2; Paços de Ferreira - Feirense, 3-0; Alves - Tirsense, 2-1; Leixões - Gil Vicente, 2-0; Marco - Felgueiras, 1-0. Classificação: 1.º, Aves, 20 pontos; 2.º, Chaves, 18; 3.º, Leixões, 17; 4.º, Famalicão, 16; 5.º, Espinho, 15; 6.º, Paços de Ferreira, 14; 7.ºs, Tirsense, Gil Vicente e Felgueiras, 13; 10.º, Fafe, 12; 11.º, Lourosa, 11; 12.ºs, Lixa e Valonguense, 10; 14.ºs, Marco e Sanjoanense, 9; e 16.º, Feirense, 9 pontos.

Zona Centro: Estarreja - Águeda, 2-0; Torreense - Peniche, 1-0; Elvas - Marinhense, 3-0; Covilhã - Alcobaca, 0-0; Guarda - Benfica de Castelo Branco, 1-0; União de Leiria - Estrela de Portalegre, 0-1; Caldas - Mangualde, 1-0; e União de Coimbra - Beira-Mar, 3-1. Classificação: 1.º, Covilhã, 19 pontos; 2.ºs, Elvas e União de Coimbra, 17; 4.º, União de Leiria, 16; 5.ºs, Alcobaca, Estrela de Portalegre, Torreense e Caldas, 14; 9.º, Mangualde, 13; 10.º, Beira-Mar, 12; 11.ºs, Benfica de Castelo Branco e Estarreja, 10; e 14.ºs, Peniche, Marinhense e Guarda, 9 pontos.

Zona Sul: Cova da Piedade - Torralta, 1-0; União da Madeira - Sesimbra, 4-0; Atlético - Estoril, 2-1; Barreirense - Estrela da Amadora, 0-1; Lusitano - Marítimo, 2-2; Odivelas - Montijo, 1-1; Nacional - Amora, 2-0; Campinense - Olhanense, 1-1. Classificação: 1.º, Marítimo, 22

e Afonso.

O Académica-Varzim foi o único encontro sem golos e sem acção disciplinar e, nos restantes jogos, registaram-se dois cartões amarelos divididos para cada uma das equipas. Foi o caso de José António (Belenenses) e Diamantino (Benfica), no Estádio da Luz, de Coelho (Boavista) e Guerra (Vizela), no Estádio do Bessa, de Pires (Rio Ave) e Zinho (Braga), em Vila do Conde e de Mota (Setúbal) e Jordão (Sporting), no Bonfim.

Atiradores

Para além dos goleadores do Benfica-Belenenses e no Vitória de Setúbal-Sporting, eis os demais atiradores com êxito: Pita e Manuel Correia (Vizela), Almeida e Coelho (Boavista), Matias (Salgueiros) e Gil (Farense), Paulo Ricardo (Vitória de Guimarães), Serra e Fontes (Braga) e Rui Lopes (Rio Ave) que marcou três tentos no terreno de Vila do Conde.

Manniche (do Benfica) colocou-se na segunda posição da lista dos melhores marcadores. Manniche marcou dois dos

TOTO BOLA

a chave

FC Porto-Portimonense	1
Setúbal-Sporting	2
Benfica-Belenenses	1
Farense-Salgueiros	X
Académica-Varzim	X
Guimarães-Penafiel	1
Boavista-Vizela	X
Rio Ave-Braga	1
Lourosa-Espinho	1
Sanjoanense-Chaves	2
Atlético-Estoril	1
Barreirense-E. Amadora	2
Lusitano-Marítimo	X

Resultados definitivos: 3 acertantes com 13; cabendo a cada 8 467 367\$00; 114 com 12 (222 825\$00) e 2176 com 11 (11 673\$00).

O símbolo do jogo Porto-Portimonense foi obtido por sorteio, segundo os palpites dos órgãos de Comunicação Social que o nosso jornal publica todas as 5.ªs feiras.

TOTO BOLA

jogue connosco

Concurso n.º 1/85

Farense-FC Porto	2
Famalicão-Sporting	2
Beira-Mar-Rio Ave	2
Elvas-Belenenses	2
Leixões-Académica	2
C. Piedade-Vizela	2

Tirsense-Marco	1
Covilhã-P. Ferreira	1
Ol. Hospital-Gil Vicente	X
C. Indústria-Lourosa	1
Régua-E. Portalegre	1
Amarante-Silves	1
Marinhense-Lousanense	1

pontos; 2.ºs, Estoril e União da Madeira, 17; 4.º, Estrela da Amadora, 16; 5.ºs, Olhanense e Cova da Piedade, 15; 7.º, Atlético, 14; 8.º, Odivelas, 13; 9.ºs, Barreirense, Torralta, Lusitano e Montijo, 12; 13.ºs, Amora e Nacional, 10; 15.º, Sesimbra, 8; e 16.º, Campinense, 3 pontos.

Divisão 3

Desfechos dos jogos da 13.ª jornada do «Nacional» da 3.ª Divisão, na Série A: Merelinsense - Vieira, 2-0; Moreirense - Ponte da Barca, 1-0; Esposende - Vianense, 0-3; Monção - Macedo de Cavaleiros, 0-0; Montalegre - Valenciano, 1-0; Neves - Taipas, 1-3; e Bragança - Mirandela, 1-0. Líderes: Vianense e Moreirense, 18 pontos. Série B: Régua - Infesta, 2-0; Paivense - Vilanovense, 3-0; Martinho - Ermesinde, 1-0; Oliveirense - Valadares, 5-1; Freamunde - Cucujães, 7-1; Esmoriz - União de Lamas, 0-2; Amarante - Paredes, 2-0; e Trofense - Ovarense, 1. Líder: Freamunde, 19 pontos. Série C: Mealhada - Anadia, 1-2; Penalva - Seia, 1-0; Viseu - Santarcombadense, 4-0; Poiares - Belmonte, 4-2; Naval - Vildemoinhos, 1-1; Tondela - Viseu e Benfica, 1-0; Gouveia - Marialvas, 3-1; e Oliveira do Bairro - Luso, 1-1. Líder: Académico de Viseu, 21 pontos. Série D: Rio Maior - Almeirim, 1-0; Paroquial de Fátima - Alferrarede, 4-2; Portalegrense - Guiense, 2-1; Alcains - Lousanense, 1-2; Nazarenos - Nisa e Benfica, 3-0; Marinhense - Mirense, 0-0; Bombarralense - U. Tomar, 0-0 e Ponte de Sôr - União de Santarém, 0-1. Líder: União de Santarém, 21 pontos. Série E: Vialonga - Lusitânia, 0-1; Águia - Samora Correia, 0-2; Charneca - Cacém, 0-2; Tires - Sport Lisboa e Olivais, 2-0; Olivais e Moscavide - Sacavenense, 1-3; Oriental - Campomaiorense, 1-0; Vilafrankense - Santa Clara, 1-1; e Marialvas - Alameda, 1-0. Líder: Lusitânia, 19 pontos. Série F: Alvorense - Louletano, 2-3; Santiago do Cacém - Aljustrelense, 3-1; Silves - Estrela de Vendas Novas, 2-0; Esportivo de Lagos - Juventude, 1-0; União de Montemor - Quimigal, 1-1; Moitense - Comércio e Indústria, 2-0; Beja - Vasco da Gama, 0-2; e Quarteirense - Lusitano de Vila Real, 1-1. Líder: Juventude, 19 pontos.

Saucedo em Alvalade

O argentino Sérgio António Saucedo foi transferido para o Sporting Clube de Portugal por 90 000 dólares (cerca de 15 milhões de escudos). Saucedo, que na época passada foi o melhor marcador do campeonato equatoriano de futebol, encontra-se actualmente em Buenos Aires, para passar o fim de Ano com a família, seguindo depois para Lisboa. Fora recomendado aos «leões» por Yzaalde.

Da Silva: dispensa

O avançado brasileiro Da Silva foi dispensado pelo Vitória de Guimarães. Da Silva (29 anos), ingressou na Vitória de Guimarães em 1983, depois de ter estado ao serviço do Vitória de Setúbal. O futebolista tinha contrato válido até 31 de Julho de 1985.

No próximo fim-de-semana realiza-se a terceira jornada da Taça de Portugal, tendo sido antecipados para sábado, dia 15, os seguintes jogos: Sporting de Braga - Lusitano de Évora, Portimonense - Sporting de Espinho, Cova da Piedade - Vizela e União de Santiago do Cacém - Trofense, todos às 15 horas, e Tirsense - Marco, às 16 e 30.

Tribunal Cível da Comarca de Lisboa

17.º JUÍZO
17.º Juízo 1.ª Secção

ANÚNCIO

Pela Secção e Juízo acima indicados correm editos de trinta dias, contados da segunda última publicação do anúncio, notificando o requerido ALBERTO FERNANDES MORGADO, ausente em parte incerta e com última residência conhecida na Praceta da Índia, n.º 10, r/c Esquerdo - Rio de Moura, Sintra, de que, no processo de arresto, n.º 29-A requerido por João Norberto da Palma Carlos, advogado, com escritório em Lisboa na Rua dos Sapateiros, 123-2.º, por despacho de 14 de Dezembro de 1981, foi ordenado o arresto na quota social que o Requerido, Alberto Fernandes Morgado, possui na firma «Gelsol - Indústria e Comércio de Alimentos, Lda.», com sedena Docapesca, 90-91, Belém, Lisboa, e com o valor nominal de 300 000\$00 (trezentos mil escudos), da qual foi constituído depositário judicial António da Silva Pereira, legal representante da firma Gelsol, com domicílio profissional na Docapesca, 90-91, Belém, Lisboa. Mais se declara que tem o prazo de OITO DIAS, posterior ao dos editos, para agravar do despacho ou opor embargos, ou usar simultaneamente dos dois meios de defesa (art.º 405.º do C. P. Civil).

Lisboa, 19 de Dezembro de 1984

O JUIZ DE DIREITO,
as) António Costa Marques
O ESCRIVÃO-ADJUNTO,
as) José Alberto Esteves Salvado

ID. L. 31/12/84 - 2.ª Pub.

METALO RÁPIDA

SERRALHEIRO DE ODIVELAS

FECHE A SUA MARQUISE OU VARANDA COM FACILIDADE DE PAGAMENTO

Classificação

	J	V	E	D	B	P
1.º FC PORTO	14	12	1	1	38	6 25
2.º Sporting	15	11	3	1	40	11 25
3.º Benfica	14	10	1	3	31	14 21
4.º Portimonense	14	9	2	3	30	18 20
5.º Boavista	15	6	8	1	21	11 20
6.º V. Setúbal	15	4	6	5	16	21 14
7.º Farense	15	5	4	6	10	21 14
8.º Braga	15	5	3	7	22	24 13
9.º Belenenses	15	5	3	7	22	25 13
10.º V. Guimarães	15	5	3	7	17	24 13
11.º Académica	15	4	3	8	15	22 11
12.º Varzim	14	2	7	5	11	19 11
13.º Rio Ave	15	3	4	8	12	22 11
14.º Vizela	15	3	4	8	17	36 10
15.º Penafiel	15	2	5	8	12	25 9
16.º Salgueiros	15	2	3	10	22	37 7

Próxima jornada (13/1): Rio Ave-FC Porto (0-3); Boavista-Braga (2-2); Benfica-Vizela (2-1); V. Setúbal-Belenenses (2-2); V. Guimarães-Sporting (0-3); Académica-Penafiel (3-0); Farense-Varzim (0-0) e Salgueiros-Portimonense (3-4). No próximo fim-de-semana joga-se para a «Taça de Portugal».

LARGO DA REPUBLICA — POMBAIS — ODIVELAS
TEL. 982 60 68

ORLANDO & ALMEIDA, LDA.

Deseja a todos os seus clientes, fornecedores e amigos, um FELIZ ANO NOVO.

Rua de Arroios, 179-A e 156-B



DESPORTO

Póvoa: o milagre do povoamento

Depois de verificar a impossibilidade de dar início ao encontro, por manifesta falta de condições de segurança, aguardei que os delegados de ambas as equipas chegassem a um acordo. Como isso também não se verificou, julgo que resta cumprir o que diz o regulamento, ou seja, efectuar o jogo 24 horas depois, no mesmo local». Palavras de Mário Luís, o juiz escalabitano destacado para dirigir o FC Porto - Portimonense, que deveria ter lugar ontem, à tarde, no Estádio da Póvoa de Varzim, e que não se realizou porque o recinto, com capacidade para 33 896 pessoas (lotação oficial, registou a presença de mais de meia centena de milhares de entusiastas do desporto-rei.

A quem assacar culpas pelo sucedido? O FC Porto, diz que não é das suas responsabilidades o controlo das bilheteiras e das portas do estádio. Teles Roxo explica mais: **Não encontramos explicação para a presença de tanta gente dentro do estádio e muito menos junto do relvado.** A oposição do Portimonense seria entretanto veiculada pelo seu presidente, Manuel João: **não temos nada a ver com o sucedido, mas julgamos que isso se ficou a dever ao número excessivo de bilhetes que foram vendidos.** Dito isto, o dirigente algarvio fez questão de exibir para os jornalistas alguns desses bilhetes, nos quais pudemos verificar que se reportavam à 12.ª jornada do campeonato nacional e que haviam le-

vado um carimbo sobreposto com o preço de «saldo»: 140 escudos.

Diz-se-ia, a propósito, que a grande afluência de público ao reduto poveiro se ficou a dever em grande parte à redução espectacular do preço dos bilhetes. Redução essa, aliás, resultante de um pedido expresso da direcção do FC Porto, «para minimizar os prejuízos dos associados», como nos disse ainda Teles Roxo. Houve, também quem dissesse que a invasão se ficou a dever à falta de controlo das entradas e ao deficiente policiamento. Não nos parece legítimo pensar-se isso uma vez que, pelas várias portas por onde passámos, o controlo era rigoroso. Por outro lado, sabemos também que a PSP dispunha de um número de efectivos em tudo semelhante ao de outros jogos considerados «grandes», quicá, até, um pouco mais reforçado, como nos disse o comissário Alcino, que comandava a referida força.

Falou-se, ainda, na hipótese de os responsáveis pela emissão de bilhetes se terem esquecido dos associados varzinistas, cujo acesso era gratuito. Esta hipótese também não colhe, uma vez que o número de pessoas afectas à colectividade proprietária do recinto não é (infelizmente) tão significativo como muitos pretendiam. Julgamos que o mal está, de facto, na emissão de bilhetes a mais (o que não é caso virgem, infelizmente) ou na emissão de bilhe-

tes falsos. Seja como for, uma coisa é evidente: andam a brincar com o futebol. As dezenas de milhares de entusiastas que se deslocaram ontem, à tarde à Póvoa de Varzim, suportando sacrifícios de várias ordens, desde os custos inerentes à deslocação até ao adquirir do bilhete que, em muitos casos, foi rasgado e deixado fora, essas pessoas, diziamos, não vão esquecer tão cedo esta desfeita...

E agora? Pergunta o leitor e com razão. Bem, agora, muita coisa pode acontecer. Se o regulamento fosse cumprido, como fez questão de salientar o árbitro Mário Luís, o jogo teria lugar esta tarde a partir das 15 horas.

Acontece, porém, que o Portimonense, a 600 quilómetros de «casa» manifestou, ontem mesmo, o propósito de não comparecer hoje na Póvoa: **Só voltaremos aqui quando a Federação marcar a dada,** disse o presidente Manuel João, ao mesmo tempo que adiantavam: **Há sempre a possibilidade de um acordo com o FC Porto. Se as pessoas se entenderem, julgo que encontraremos o dia ideal para ambas as partes.**

Opinião diferente foi expandida por Teles Roxo, delegado do FC Porto: «Tentou-se pela via do diálogo chegar a um acordo com os dirigentes do Portimonense, mas em vão. Julgo, aliás, que o jogo se devia ter efectuado, seria uma forma de se provar que o público do Norte é ordeiro, mesmo nas mais difíceis condições.

Sintetizando o que se passou ontem, à tarde, no estádio da Póvoa de Varzim, diremos que 45 minutos antes da hora marcada para o início do jogo, e já com o anfiteatro a reboar pelas costuras, deu-se a invasão do público, pelo topo norte, que viria

a prolongar-se e a atingir tais proporções que logo se aventou a hipótese da não realização da partida. Mário Luís e os seus auxiliares subiram ao relvado pelas 14,40 horas e «porta-a-porta» pediram aos invasores para respeitarem as marcações. Os jogadores de ambas as equipas efectuaram, entretanto, os exercícios de aquecimento, misturados com largas centenas de pessoas que enchiam o rectângulo. Mário Luís recolheu aos balneários para dialogar com os dirigentes das partes em confronto e, à hora certa, o F.C. Porto, todo equipado de branco, dava entrada no palco de jogo, então já devidamente «limpo». Os jogadores do Portimonense não chegaram a aparecer. O «suspense» iria prolongar-se por mais 40 minutos, mais precisamente até ao momento em que Mário Luís voltou ao relvado para analisar de novo as condições e decidir que não podia haver jogo, até porque, frisou, «o Portimonense mantinha o seu protesto».

Em face de tal decisão e devido a avaria na instalação sonora, danificada aquando da invasão, as pessoas foram sendo informadas de que o jogo ficava para o dia seguinte e de que podiam reaver o seu dinheiro. Como e quando, é que não foi explicado. Mas isso são contas de outro «rosário» que ainda gostaríamos de desfiar: será que as bilheteiras da Póvoa dispunham do dinheiro necessário para «cobrir» todos os ingressos apresentados a desconto? Duvidamos...

Manuel Neto

NOTA: entretanto a FPF marcou a realização do jogo para 5.ª feira (dia 3) às 15 horas.



Mas era neste ambiente que queriam um jogo de futebol?



O triste espectáculo

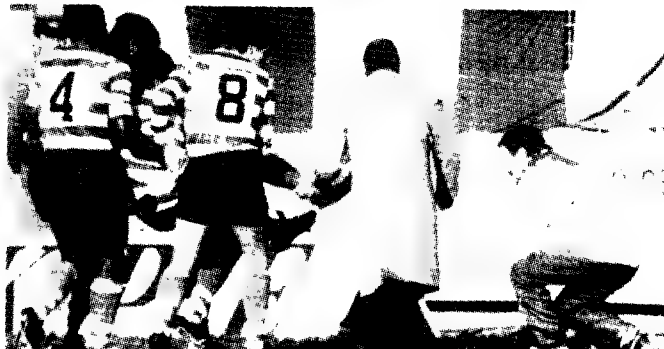


Mário Luís (mesmo apertado pelos dirigentes dos dois clubes) limita-se a cumprir a regulamentação

Pedroto: estado crítico

O técnico de futebol José Maria Pedroto há mais de um mês que é alimentado a soro, pesando actualmente 38 quilos — afirma fonte clínica autorizada. Esta fonte definiu como «processo agónico» o estado de José Maria Pedroto.

O ex-técnico da selecção nacional e do FC do Porto sofre de uma neoplasia do colon e na sua primeira deslocação a Londres, foi-lhe retirado um rim, informou a mesma fonte, acrescentando que quando do internamento de Pedroto no Porto, já se verificava um derrame pleural atingindo os pulmões.



Sporting com duas baixas: Litos (contusão no joelho direito) e Oliveira (lesão mais grave) tiveram de ser substituídos

Setúbal, 0-Sporting, 4

Leões «devoram» laranjas

O Sporting venceu, no Estádio do Bonfim, o Vitória de Setúbal por 4-0 no intervalo. Os golos foram marcados por Litos (42 minutos), Jordão (58), Eldon (78) e Sousa (88). Sob arbitragem de Rosa Santos (Beja) as equipas alinharam:

SETÚBAL: Jorge; Mota, Edmundo (Jorge Plácido, 46), Artur (Teixeira, 60) e Sobrinho; Vicente, Vitinha, Cerdeira e Formosinho; Freire e César.

SPORTING: Katzirz; Gabriel, Oceano, Morato, Mário Jorge; Carlos Xavier, Litos (Kostov, 61) e Sousa; Manuel Fernandes, Oliveira (Eldon, 14) e Jordão.

Rosa Santos mostrou o cartão amarelo a Mota e Jordão. Oliveira lesionou-se: Contactado pelo nosso jornal, declarou: creio que tenho ruptura de ligamentos e entorse no pé direito. Foi num lance com Cerdeira. Estou com o pé engessado mas espero, dentro de quatro ou cinco dias, poder começar a recuperação.

- **Roadas (suspensão) recebe total solidariedade dos colegas**
- **Demite-se o director do futebol profissional**
- **Profissionais da Rádio corridos do seu lugar para alguns ministros poderem ver o jogo**

O presidente do Vitória de Setúbal (Fernando Pedrosa) garante não ter havido nenhuma suspensão formal do futebolista Roadas, em virtude de declarações daquele jogador ao trisemanário desportivo «A Bola». O jogador não alinhou frente ao Sporting no Bonfim, tendo um grupo de 17 futebolistas sadinos emitido um comunicado aos Órgãos de Comunicação Social no qual se solidarizava com o colega de equipa. O comunicado aos jogadores refere que «Roadas foi suspenso três horas antes do confronto com o Sporting, como represália pelas suas declarações polémicas a um jornal desportivo».

Segundo diz Fernando Pedrosa, Roadas não foi alvo de nenhuma suspensão formal nem de perda de quaisquer regalias, pois o presidente sadino apenas informou o técnico Manuel de Oliveira de que não contasse com o jogador para o jogo de ontem, pois desejava ter «uma conversa particular com o atleta». Para o presidente do Vitória de Setúbal, é importante esclarecer com o jogador certas afirmações, nomeadamente aquela em que o atleta diz que «com gente desta não continuo para o ano em Setúbal. Julgo que deveria haver uma conversa com Roadas para esclarecer melhor o significado das suas palavras» — acrescentou Pedrosa.

Quanto ao comunicado, o mesmo dirigente afirma ter tido uma conversa com os futebolistas no

final da partida «para desfazer alguns equívocos e dúvidas».

Para o presidente sadino o comunicado traz uma «injustificada desestabilização» à equipa, que poderá vir a ser prejudicial. Em relação ao facto de o jogo não ter sido relatado pela Rádio, Pedrosa destacou que os jornalistas se recusaram a fazê-lo de umas cadeiras colocadas na pista. «Nas cabines onde se efectuam os relatos a visibilidade não é a melhor e depois da recusa dos jornalistas já não havia camarotes livres». Esta é a explicação (que não convence) e que os radialistas (logicamente) não aceitaram.

Salas demite-se

Entretanto, o principal responsável do futebol sadino, Rui Bento

Salas, pediu a demissão do elenco directivo do clube e já não se sentou no banco no jogo com o Sporting. A direcção sadina termina hoje o seu mandato, mas vai gerir o clube até novas eleições, no fim de Janeiro ou princípio de Fevereiro. Rui Salas demitiu-se para integrar uma lista afectada ao ex-presidente sadino Fernando Oliveira.

Rádio corrida do Bonfim

O jogo Vitória de Setúbal-Sporting não foi transmitido pela Rádio. As equipas das três estações de Rádio em serviço no Estádio do Vitória de Setúbal recusaram-se a efectuar a transmissão de

um dos mais importantes encontros da jornada do campeonato nacional, quando lhes foram vedadas as cabinas que habitualmente utilizam. Aos repórteres foi destinado um local junto à linha lateral do rectângulo, sem qualquer visibilidade e possibilidade de isenção para um relato adequado do encontro, segundo declarações dos profissionais da Rádio que se recusaram a trabalhar em tais condições «por respeito pelo público». As cabinas normalmente utilizadas pelos jornalistas da Rádio foram cedidas pela direcção do Vitória sadino «a ministros que hoje mesmo disseram querer assistir ao encontro», segundo o mesmo profissional.

As turmas radiotónicas deslocadas para o Bonfim, que eram chefiadas por Ribeiro Cristóvão (Rádio Renascença), Abel de Figueiredo (Rádio Comercial) e António Pedro (Antena Um) receberam imediatamente a solidariedade de todos os demais colegas da imprensa que se encontravam no estádio sadino. Em reunião que pode processar-se ainda hoje, parece propósito das secções desportivas das três emissoras não mencionarem o nome ou qualquer actividade do Vitória de Setúbal sem que, no Bonfim, lhes sejam conferidos os lugares a que têm direito, especialmente para poderem ser úteis a quem é simpatizante do clube setubalense e labuta em terras longínquas.



Rádio faz a trouxa: para onde a desterravam não podia ter o mínimo de isenção no julgamento dos lances de um Vitória-Setúbal que ninguém relatou

DESPORTO

A propósito do Benfica-Belenenses (4-1)

«Nasceu» um jogador: salvé, Nené!

Neves de Sousa

O Sol estava a fugir. Milhares procuravam autocarro, o «metro» fica à porta da macacada, a gente tem de se safar de qualquer maneira quando termina um grande espectáculo e a multidão, sem se deter nas barracas de comes-e-bebes, sem mais querer saber os bandeirinhas ou cachecóis, nada ligando a castanhas assadas (que estão pelo preço da lagosta) mas muito satisfeita porque continua a assistir ao rasgão para o céu do magnífico e imponente parque benfiquista, a dispersar-se, cheirinho já da janta na ponta pinoquiana do olfato. Os arrumadores e os vendedores de bebidas acabaram as contas. As portas gemem nos ferrolhos. O estádio é (agora) um teatro fechado, sem câr nem alegria.

Álvaro versus Csernai

Cá fora comprime-se a malta: muitos querem saber que belo «recado» enviou Álvaro para Csernai quando foi substituído: e até o sereno e diplomata Júlio Borges teve de ficar longo calendário a tentar, junto ao túnel, impedir o pior. Todos querem vitoriar as «estrelas» do Benfica, o Belenenses passa, paulatinamente resignado, a caminho do seu autocarro. Sobre a relva, cara comprometida deste tamanho, Toni, aquele que até há pouco era um legítimo adjunto dos comandantes da Luz, debita palavras de circunstância, talvez «escamoteando» o papel ao intérprete de Csernai, que a mais não está autorizado. Mera figura de corpo presente, submetido a um fogo frio que enerva quem acredita nas suas pontualidades, ali está, para todo o serviço. Engolindo em seco às palavras do José (TV), precisamente quando tem na mão a carta de alforria para se impor como técnico de fina água.

Setúbal na berlinda

Chega o meu amigo automobilista, que teria tempo de correr meia Lisboa enquanto se jogava no Estádio da Luz. Regressa triste e com queixa fundamentada:

— Indecente. Vocês (Rádio) não deram o jogo em Setúbal e, lá pela Póvoa de Varzim, também népia.

Cautelosamente (não tenho carta de condução e sou obediente à manipulação do volante por quem sabe) foi tentando explicar. Que um, dois, três, quatro, cinco ministros (ou meros aneaços) valem muito mais, para o Vitória de Setúbal, que uma larga fatia dos órgãos de Comunicação Social (Rádio Comercial, Rádio Renascença e Antena Um) que foram escorraçados para a beirinha do relvado onde, para além de estarem no ponto de alvo de qualquer distraído atirador de engenho mais ou menos parecido com garrafa, ainda se submetiam a um palmo de visão, incapaz de pronunciar uma palavra abalada naquilo que poderia entender-se junto das linhas de demarcação do rectângulo. Entretanto, chegava às mãos do pagode a notícia de que Roçadas (Jorge Manuel Teixeira Roçadas, nascido a 31 de Dezembro de 58, em Leiria: que feliz aniversário meu caro!) estava suspenso pelo clube porque ousara dizer que esse primoroso dirigente que é Fernando Pedrosa, personalidade de alto relevo na vida setubalense e (pelo menos até ontem) um bom colaborante com os companheiros de João Lúcio, copiara Pinheiro de Azevedo naquela saudosa mensagem em que remetia o pagode para certo sítio. Pois o presidente vitoriano não gostou que a verdade, já aflorada (e confessada pelo próprio autor da frase-vergonha) na edição dominical do «Record», tivesse sido propagada por um jogador não acomodado à chibata e ao conformismo. E, se nem todos podem chamar-se de corpo inteiro, Roçadas assumiu posição de tal modo frontal que todos os companheiros se apressaram a rubricar um comunicado de solidariedade, e naquele jogo em que os membros do ilustre Governo deste País foram beneficiados com os lugares que costumavam ser doados quase em esmola aos radialistas, no mesmo embate em que (previamente) Manuel Oliveira anunciava que o Sporting estava perfeitamente ao alcance, os «leões» (de Toshac/Pedro Gomes) embarrilaram os laranjas sadios com quatro golos sem resposta: a melhor réplica a quem necessita mais do Governo que dos miseros divulgadores das suas proezas, quando ainda o bingo não era fonte necessária



Nené jogou 15 minutos: atirou uma bola à trave e fez (aqui) um golo...

de riqueza e mais valia conquistar dois pontos sobre a relva que muitos contos no camarote.

Turbulências da ronda

Vinha a pensar nisto, também meio aturrido pelo facto de Porto e Portimonense não terem chegado a acordo com a marcação de nova data para o seu embate, quando o meu amigo condutor resolveu rumar por Monsanto, «que é mais perto» dizia ele, para chegar a tempo de jantar em família. Já a Rádio divulgava que, por decisão federativa (via César Grácio) a repetição do duelo em palco varzinista vai ocorrer pelas 15 de 5.ª-feira, chega também a informação de que Rui Bento Salas (dirigente do Departamento de Futebol do Vitória de Setúbal) se demitira, abrindo o caminho a mais gente de acordo com o seu próprio modo de respeitar a vida. Mas o meu amigo condutor (posso dizer o nome? Chama-se Manuel de Sá, mora para o fim da linha e faz-me sempre companhia nas corridas, porque é louco pelo Benfica) volta à carga: «Já viste que não fiz o dez da praxe no Totobola? Então quem ia acreditar no empate conseguido pelo Vizela, no nulo do Varzim em Coimbra, que a «chicotada» resultava tão bem no Rio Ave? E hoje, para cúmulo, até o Salgueiros foi brincar com o Fernando Barata, o Espinho fica nas covas, o Peres perde a roleta estorilista na Tapadinha, o Medeiros dá um banho ao Meirim (no Barreiro) e, na Évora do Fernando Emílio, o Lusitano bate o pé ao Marítimo?»

Tristonho, estava a ver que ainda batíamos num candeeiro, acrescentou:

— Desta vez nem o dez consigo...

Álvaro: bem, Vando: o trivial...

Bem: por alturas da tangente ao Jamor, a conversa estava apenas centrada no que se passara na Luz, sem que eu pudesse explicar ao amigo Sá o que saíra daqueles jogos florais em que Álvaro, ao ser rendido, brindara Csernai, o tático e hermético. «Palhaço» ainda se escutou na bancada, o resto terá ficado para segundas núpcias, a partir do instante em que Júlio Borges, debruçado para o túnel que conduzia às

cabinas, ia tentando sufocar a mágoa do jogador pela troca com Veloso (já previamente estabelecida antes do jogo sabendo-se que a culpa daquele falhanço continúo do esquerdino flanco benfiquista minimamente lhe pertence: trata-se, apenas e só, de Álvaro estar habituado a ter ligação com um jogador e agora surgir-lhe um sambista de quinta apanha. Antes, havia esse pequeno genial que se chama Chalan: agora, acontece que deambula por ali um esquisito contornista que se chama Geovânio Bonfim Sobrinho e dá pelo nome de Vando. Verdade que é novinho (entrou agora na maioridade), mas ninguém, muito menos a massa associativa do Benfica, tem obrigação de andar a dar-lhe um soco no queixo, menosprezando o mocetão Álvaro, que foi orgulho de Lamego e de Coimbra e, de lágrimas nos olhos, tem de ir aceitando (em prol da família que constituiu) tudo quanto o arrivista que se sabe resolver ir atirando sobre a sua pele.

Estava eu nesta sábia explicação ao navegador que me levava a casa quando tivemos de travar: havia um magote de gente e outros carros em procissão. Algés, desembarcador de milhares, tinha no ar o cântico: «Olé, olé, Csernai ouça: com o Nené é outra louça».

Da Luz à Póvoa

Manuel de Sá sorriu: e tive de explicar como acontecera esse fenómeno in-«extremis» de apelo a Nené, na hora do vale-tudo. Evidentemente que nunca esteve em equação o êxito do Benfica, com aquela cabeça de Manniche a dar o tom do sucesso-salvação do hermético vindo (sabe Deus como) da corrida Bayerniana. Isto, enquanto (pasme-se!) na Póvoa de Varzim, surgiam bilhetes da ronda 12 com carimbo falsificado para transformar os 400 escudos da entrada nos 140 que davam acesso a um espreitar (maquiavélico) daquilo que poderia ter sido um espectáculo do melhor quilate. E as vedações despedaçadas. E o bom padre Manuel Vaz certamente triste por ter a alma de padre Américo.

Desculpem: voltemos à Luz. Estava a rir do 1-0: o sinal da

partida aparentemente definido, até porque os azuis tinham mais receio de entrar no terreno contrário que em aspostar dez escudos na carta encarquilhada que os miúdos sabidões manuseiam na nocturna vermelhinha, no Bairro Alto. O Belenenses defendia-se com o maior afã, mas limitava-se (na vanguarda) a colocar mensagem nos pés de Norton na espera de um «livre» que o gorduchinho Dudu pudesse voltar a arrojar contra a madeira do cenáculo de Bento, como aconteceu naquela vez em que todo o banco do Benfica ficou a tremer, excepto o sonambulo húngaro que parece sempre acabado de sair da lavanderia, inteiriçado e rígido como colarinho em goma.

Nené: finalmente

A sorte do Benfica é, porém, ancestral: dispõe sempre de um tal quantitativo de valores que, mesmo desprezando este ou aquele (calhou ontem a vez de Nivaldo e Nunes) tem ao dispor artistas de primeira. E, mesmo que Justino e seus pares de reino restilhanismo, era imparável a marcha vermelha, acicatada por aquele tento de Ronnie que só a defesa caseira poderá explicar em dia de juízo.

Como tudo o que é saboroso, foi necessário virar o bico ao prego, emendar a mão, dar o braço a torcer: e, como deve ter sido doloroso, para o arrogante sujeito de Budapeste, autorizar a entrada de Nené, não apenas a pedido de várias famílias mas (muito especialmente) de um milhão de benfiquistas que, não sendo toscos de inteligência e, pelo contrário, aferindo correctamente dos valores que possuem no seu erário, estavam preparados para, em marcha cerrada, despedir Csernai com um chute bem aplicado na rampa de lançamento. Só que, certamente indutido pelo tradutor, o malquisto da Luz lá deu entrada a Tamagnini Manuel Baptista Nené: o rapazinho que, para além de nos ter possibilitado a presença na luta pelo 3.º lugar europeu, ainda tem a desfaçatez de ser o nosso futebolista mais internacional e, depois de Eusébio, o atirador de melhor calibragem neste reino de ver a Deus.

Claro, o leitor já adivinhou a conversa entre Paço de Arcos e Oeiras, o sábio aproveitamento de Pietra da falha dupla de amigos do antigo patrão, aquele raide (primoroso) de José Luis a traçar a bola para a cabeça de Manniche e, para cúmulo, o 4-1 saído do toque malandro de Nené, a serpente que espreita o passarinho. Nesse golo, um pouco de cada um de nós, todos, da bancada, vingávamos a louca abdicação de Csernai ao seu melhor atirador ao tento.

Uma quase excelente arbitragem de José Guedes (Porto), bem auxiliado por Aldino Monteiro e António Capela (que, obviamente, nada tem a ver com o repórter fotográfico do mesmo nome, nosso estimado colaborador). As turmas:

BENFICA: Bento; Pietra, Oliveira, Samuel e Álvaro (Veloso, aos 64 minutos); José Luis; Diamantino, Carlos Manuel e Vando; Jorge Silva (Nené, 75) e Manniche. Suplentes não utilizados: Delgado, Shéu e Bastos Lopes.

BELENENSES: Justino; Pereirinha, José António, Hélder e Artur (Djão, 84); Paulo Meneses; Dudu, Ruben e Jaime; Norton de Matos (Jorge, 88) e Nené. No banco dos suplentes: Mello, Sambinha e Murça.

Golos por Manniche (26 m), Ronnie (59), Pietra (80), Manniche (85) e Nené (87). Cartão amarelo para José António e Diamantino.

Destaque maior: «3.º anel»

Acabou-se. Depois de termos visto José Luis reconduzido à condição de extremo direito (iniciativa própria), de Nené ter recebido telegrama para vir salvar o Benfica dos seus amores (Csernai passa, o português de Leça da Palmeira ficará para sempre no nosso olhar) falta somente voltar Shéu para o miolo benfiquista e o saltitante brasileiro não continuar atrofiando um rapagão de alma pura (e branca) que se chama Álvaro Monteiro Magalhães e, ontem, no esplendoroso tapete verde da Luz, nunca merecia ter saído (por asneira do técnico) sob a ovação de uma plateia que respeita o trabalhador que é espelho do coração e alma benfiquistas. Estávamos a travar em Oeiras, quando Manuel de Sá me perguntou: «e ouve gente para vinte valores?».

Encabulei um pouco. Bem: não exageremos, porque seria mais fácil dizer que muito mal esteve até à entrada de Nené o tal de Csernai e muito bem tem estado a direcção de Fernando Martins, esperando uma 2.ª volta que melhor atape o seu calendário para o êxito. Porém, vendo bem as coisas, houve realmente gente para se lhe tirar o capéu: e, enquanto o vimarense Da Silva não acarreta na bagagem os Vandos que vamos suportando por cá, fiquemos (com toda a paixão) entregues a Carlos Manuel e Pietra, Norton de Matos e Jaime, Diamantino e Nené, Dudu e Hélder, José Luis e o mano Jorge Silva, Ronnie e José António, a atenção de Bento a conjugar-se com o labor de Justino, o belíssimo exemplo dado pelo público benfiquista do abnegado «3.º anel» que, erguendo-se para ovacionar a entrada de Nené, quase pareceu indicar que a Csernai resta apenas uma dupla: acertar o passo com os cidadãos do País onde encontrou emprego ou, rapidamente, mesmo traído a confiança que Fernando Martins nele continua a depositar e a subalternidade que Toni teima em aceitar, rectificar processos de apreciação de valores e colocar os melhores jogadores no cadrezco com que o Benfica precisa de revalidar o título. Nenhum adepto do clube da água (como o meu amigo Manuel de Sá) vai deixar de dizer que um húngaro, banido de Munique, veio a Portugal cavar sepulcro arrasando um «team» que Eriksson colocara como menino bonito da Europa. Nem o futebol português, por muitas almas boas que existam ao lado de Toni, lhe vai esquecer isso. Mas, vá lá que esta ainda a tempo: peça lição ao mestre-escola e seja, realmente, um comandante de homens adultos. É o último conselho antes de um ano mais feliz.



Diamantino versus José António

Zeca Afonso, uma voz que já não canta

«O que me tem valido é a sociedade dos amigos anónimos»

Zeca Afonso: a sua voz já não canta e os seus dedos já não dedilham a viola que o acompanhou ao longo de uma vida que é também, um pouco de todos nós. Gravemente doente, Zeca tem consciência total da sua situação. Foi ele quem, na tarde de sábado último, em sua casa, no Azeitão — onde vive com dois dos seus quatro filhos e com Zélia, essa espantosa companheira de há longos anos — nos falou cruamente do que tem vivido, do seu dia-a-dia, do amanhã que chegará. Lúcido, mas irónico, deu logo o tom da conversa ao responder a Eugénio Alves — que assistiu e participou no diálogo — com um pequeno sorriso:

«Estou com um aspecto porreiro, não estou? Sou uma espécie de bomba de neutrões: por fora, corda de viola; por dentro, pão bolorento».

Os médicos — e tantos já consultou — dizem que Zeca sofre de esclerose lateral amiotrófica. E ele explica para os amigos: é uma doença que afecta todo o sistema nervoso, que avança a pouco e pouco e vai provocando a paralisia gradual, através dos nervos.

Os primeiros sintomas apareceram quase há quatro anos. Zeca já recorreu praticamente a tudo o que era possível recorrer. Gastou o que tinha e o que não tinha. O que lhe tem valido — diz sem rodeios — «é a sociedade dos amigos anónimos» que tem provado, na verdade, que «os amigos são para as ocasiões».

E o Governo, Zeca? Ou melhor: e o Estado? Tem ajudado nos tratamentos, caros, que és obrigado a fazer?

«O Governo? O Estado? Estou-me... para eles» — responde sem hesitar.

A verdade

Foi difícil convencer Zeca Afonso a falar para o «DL». Ele receava — receia — que as suas palavras possam ser mal interpretadas. Falar agora das dificuldades por que tem passado poderia fazer parecer que estaria a pedir alguma coisa a alguém. E Zeca, vertical como sempre o foi ao longo de toda a sua vida, não suporta essa ideia. Insiste:

«A única coisa que exijo é que sejam dadas condições para que todos os indivíduos que têm a minha doença possam ser tratados. Afinal, eu até nem me posso queixar... Agora conheci muita gente na minha situação que já deixou de fazer os tratamentos de que necessita porque não tem dinheiro, não tem possibilidades financeiras. É revoltante!»

Um exemplo: um dos medicamentos fundamentais para o tratamento desta doença — pelo menos para retardar o seu avanço — é o Interferon, que vem directamente da Dinamarca. Cada ampola custa cerca de cinco mil escudos. Zeca Afonso esteve quase um ano a tomar uma ampola por dia. Agora, é de dois em dois dias. Fácil, portanto, fazer as contas. E só desde Junho é que a ADSE, a que tem direito, uma vez que foi reintegrado no ensino, de onde havia sido expulso no tempo do fascismo, lhe paga 50 por cento do preço do medicamento...

Mas não é só o Interferon. Zeca já foi a França, Inglaterra, aos EUA, à Roménia, sempre em busca de um remédio, de um tratamento, de algo que o pudesse curar. Sempre à sua custa, com duas excepções de permissão: as viagens a Nova Iorque e a Paris foram arrançadas por dois amigos, o Manuel Beça Múrias e o Joaquim Calhau, este da CGTP.

Em Portugal, obviamente, já percorreu todos os caminhos

possíveis. Recorreu a hemioplastias vários, e recorda um, em Lisboa, que lhe ia arrancando couro e cabelo, o que não aconteceu com Serge Jurasunas e o japonês Tsushia, que o trataram gratuitamente. Hoje, ou melhor, há mais de um ano, está a ser tratado, também gratuitamente, pelo dr. Montezuma de Carvalho e pelo analista Mário Canelas, tendo reencontrado a esperança. Psicologicamente, melhorou muito. Mas faz questão de frisar:

• **Este poder honra-me ao ignorar-me**

• **Sasseti e Arnaldo Trindade: contas por ajustar**

• **O que me custa é não poder lutar para atirar com este sistema todo abaixo**

• **O meu caso pessoal não interessa. Revoltante é ver doentes que não se podem tratar**

«Posso parecer psicologicamente bem, mas para os desabafos quem me tem aturado é a família».

Zeca tem passado períodos de grande depressão. Habitado a uma vida de grande actividade — associativa, musical, política — sente-se preso em casa. Custa-lhe não se poder mover por esse País fora.

«Gostaria de poder intervir mais no que se passa no meu País. O que me custa é, no período de crise em que vivemos, não poder regressar à estaca zero e andar de terra em terra a lutar, nos limites que me cabem, para atirar com este sistema todo abaixo».

A solidariedade

Na ampla sala de estar da casa de Zeca Afonso — cheia de livros e quadros, onde sobressai a figura de Che Guevara — a conversa foi-se dilatando pela tarde até entrar na noite. Muitos foram os pormenores, muitas foram as pequenas histórias que preencheram o diálogo em que Zélia teve papel de relevo. Regular-

mente, era o próprio Zeca Afonso quem pedia à sua companheira para explicar este ou aquele episódio — porque, na verdade, Zélia está por dentro de tudo. É ela quem o veste, quem lhe dá de comer, quem o ajuda em todos os pequenos nada que um homem precisa. Quem, por exemplo, conduziu o carro que percorreu, repetidas vezes, a estrada Azeitão-Lisboa, nas idas ao médico. Um carro comprado em segunda mão com a ajuda de cantores amigos cujos nomes Zeca não sabe. Foi o José Mário Branco quem, um dia, reparou que o velho «Peugeot» do Zeca Afonso era quase uma peça de museu. Deitava fumo por todos os lados, precisava de ser empurrado para pegar, «era uma máquina diabólica» — diz, sorrindo, Zeca, que recordou os muitos milhares de quilómetros feitos por esse País fora nessa velha viatura para cantar em tudo, o que era sítio. Pois bem, o Zé Mário, com outros cantores, alguns dos quais nada

«Como se fora seu Filho», que teve «uma publicidade fraca». Mas em contrapartida a editora fez dois outros discos, com base no espectáculo de homenagem no Coliseu. Zeca sublinha que, em termos humanos, tem as melhores relações com o pessoal da Sasseti. Não entende é o comportamento da editora em si, «de profundo esquecimento», «como se eu não existisse».

«Não tem dinheiro?» — pergunta Zeca Afonso antes de dar ele próprio a resposta. «Então ao menos um telefonema a dizer qualquer coisa. Quando eu vivia em Coimbra, no Beco da Carqueja, eu não tinha dinheiro para pagar as minhas dívidas — mas empenhava tudo, chegando a ficar apenas com a cama e uma mesa. Mas paguei tudo, que diabo... A verdade é que a insolvência entrou nos hábitos deste país. Deve impunemente quem pode...» — desabafa, deixando a Sasseti em paz para falar então da Arnaldo Trindade.

que chegou. Por isso muitos cantores — além de mim o Sérgio Godinho, o Fausto, o Vitorino, por exemplo — foram saindo de lá. É curioso: no tempo do fascismo a AT estava interessada em gravar a nossa música... Mas agora... olha, não nos podemos esquecer que há toda uma situação político-social que protege o calote unilateral. Isto é: os patrões a não pagarem aos empregados.»

A combatividade

A situação político-social, aqui e no estrangeiro (como é o caso, por exemplo, de Timor-Leste) é uma permanente preocupação para Zeca Afonso. Fala novamente da sua vontade de intervir no que se passa no seu-nosso país. Lembra mais uma vez que não pode pegar na viola e ir por aí fora. E acrescenta sem revolta:

«Olha, se calhar morri como cantor na altura própria. Não há que prolongar artificialmente

deste país. Quando volto ao assunto, Zeca Afonso dá-lhe a volta. Diz, por exemplo:

«Não vale a pena falar disso. O meu caso pessoal não interessa. Aceito apenas que possa servir para chamar a atenção para o que se passa com todos os portugueses que têm doenças e não se podem tratar. Eu até sou um privilegiado: a Secretaria de Estado da Cultura dá-me um subsídio, ou lá o que é, de 15 contos mensais. Ou melhor, de quinze contos menos 45 escudos, pois tenho que pagar um selo qualquer... O que eu não aceito é que, por exemplo, os arquivos sonoros do Jacometi estejam a apodrecer, isto quando o Ministério da Cultura, que ainda não os adquiriu, acabou agora de dar 6000 contos ao Rui Guedes por uns manuscritos da Florbela Espanca, que esse senhor comprou a um familiar da poetisa por 45 contos... Uma vergonha. Esses manuscritos deviam ter sido confiscados pura e simplesmente... E o trabalho da Jacometi, um trabalho de anos, militante, pessoal, recolhendo parte do nosso passado colectivo, está a perder-se irremediavelmente, como parece ter já acontecido com a parte relativa ao Minho e Trás-os-Montes. Só há dinheiro para comitivas asiáticas como a que foi ao Japão, com cronistas mundanos e tudo. Isso é que é importante. Como o são as jornadas destinadas a genuflexões junto da CEE... Coitado do Ernâni Lopes: o que ele precisava era de um genuflectório especial...»

E pondo a ironia um pouco de parte, Zeca falou de seguida com ar sério:

«Já que insistes nessa questão da ajuda que o Poder me deveria proporcionar... Olha, por natureza estou sempre fora do poder — e muito especialmente de um poder como este. Sabes, um poder que apoiasse os trabalhadores; que apoiasse, defendesse, estimulasse a Reforma Agrária e os pequenos proprietários; que dignificasse todas as formas de associativismo de base, das Comissões de Trabalhadores às Comissões de Moradores; que defendesse aquilo a que chamamos independência nacional — ah! bom, eu estaria com um poder desses e não me sentiria envergonhado de ser apoiado por ele. Agora este poder é a antítese do que eu defendo. Honra-me ao não me apoiar e ao ignorar-me. Se quiseres saber, é isso mesmo o que eu sinto.»

E depois de mais alguns episódios que Zeca arrancou à memória — vieram à baila nomes de algumas pessoas hoje no poder, mas que Zeca entendeu não querer ver publicados — o autor dos «Vampiros» terminou assim:

«Não estou de forma alguma empobrecido na minha combatividade. Não me sinto «desencantado», como agora se diz. Nem frustrado. Entendo que para uma revolução muito pouco se trabalhou. Mas acho que é este precisamente o momento em que devemos voltar a ser combativos. Em suma: devemos pôr em prática aquilo que o Brecht dizia na «Excepção e a Regra»: «Nunca digas é natural». Onde houver injustiças, irregularidades, prepotências, devemos estar sempre prontos a denunciá-las. Sobre tudo se temos autoridade para o fazer».

Ribeiro Cardoso



têm a ver ideologicamente com o Zeca, ajudou na compra do Renault que funciona agora «como as minhas pernas», no dizer do autor de «Grândola, Vila Morena». E foi então o longo desfile de histórias de solidariedade, como é o caso da iniciativa das serigrafias (ideia do António Inverno e do Sérgio), e da Sociedade Portuguesa de Autores, onde, por decisão dos seus camaradas das cantigas, Zeca pode recorrer sempre que precisa, numa espécie de adiantamento, ao que ele próprio tem a receber.

A impunidade

E por falar em receber: é com azedume que Zeca Afonso fala das duas editoras para quem trabalhou. A Sasseti, com quem tem um contrato ainda em vigor, nem os seus telefonemas atende. Desde Setembro que deixou de pagar aquilo a que, mensalmente, o cantor tem direito... É certo que Zeca Afonso, segundo o contrato, deveria ter feito três LP's. Só fez um, o

«Pois é. O Arnaldinho... Desde 82 que não faz contas comigo. E quanto às cassetes do Arnaldo Trindade: nem um chavo! Ele já disse que enquanto a Sociedade Portuguesa de Autores não resolver a questão das cassetes piratas ele não paga os direitos de autor das cassetes que ele faz. Olha, convidado-te a pensar quem é que promove as cassetes piratas...»

Quem é?

«Eu não sei. Ninguém sabe...»

Nem suspeitas?

«É que interessam as suspeitas? A verdade é que neste país deve impunemente quem pode...»

E chegou aqui Zeca fez questão de sublinhar que Arnaldo Trindade nem sempre teve, para com ele e para com outros cantores, o comportamento que agora tem.

«Há uns belos anos atrás a Arnaldo Trindade foi a primeira editora a dar-me condições para viver do disco. Mas os métodos de trabalho da editora foram-se degradando até que chegou ao

uma actividade que só se justifica num dado período. Agora tenho aqui — faz um gesto indicando os seus livros — muitos calhambeaços que nunca tive tempo para ler. Ao menos a doença dá-me essa possibilidade. É o que eu tenho feito: ler e estudar».

Zeca Afonso pára por momentos de falar. Sente-se um pouco cansado. Levanta-se para um pouco depois se sentar de novo. Olha o pôr do Sol, magnífico, nos pinhais que ficam nas traseiras de sua casa. Um pôr-do-sol que lhe faz lembrar África. Diz com o olhar no longe:

«Tenho África no meu subconsciente. Esse, sim, é um grande desgosto que vive comigo: não poder voltar a África.»

Mas Zeca Afonso volta rapidamente a pensar em Portugal. Da luta do povo que é o seu. Recusa falar da falta de apoio — escandaloso, do meu ponto de vista — que tem tido por parte das estruturas de saúde deste país. Isto é: por parte dos governantes

Maria Zilda (Vânia) esclarece**«Se não fosse actriz seria política»**

Chegou numa manhã fria, sol nublado, mas com um sorriso nos lábios. Chama-se Maria Zilda, mas a televisão popularizou-a como Vânia, a mulher antipreconceito e rebelde que em «Guerra dos Sexos» ignora as convenções e estimula a revolta. Recusa o estatuto de vedeta e confessou que, se «não fosse actriz, seria política».

«Sempre participei na vida política do Brasil, apesar de todas as restrições, de vivermos há 20 anos num regime de totalitarismo». Esta frase, dita sincopadamente, revela a personalidade de uma mulher que, para os portugueses, se resume a um bem desenhado para de pernas, a uma voz sensual e a uma intranquila vida afectiva, características afirmadas, dia a dia, nos episódios da telenovela da Rede Globo.

Como sempre acontece, a personagem da ficção não é um decaque do actor. E assim, em comum, Maria Zilda e Vânia têm a rebeldia, uma lucidez adulta de ver o mundo e encarar a sociedade. «O actor tem uma grande função social a desempenhar na sociedade; em todos os trabalhos de televisão tentei agarrar personagens que tenham mensagens para as pessoas».

E, a mensagem de Vânia, é a rebeldia, a luta contra o preconceito, embora Maria Zilda tenha família e filhos, e não recuse o casamento. «O grande sucesso de Vânia é acabar com os tabus... mas a vida não é assim e há várias formas de realização, incluindo o casamento, mas não obrigatoriamente».

O princípio do prazer

Os cabelos descem pelo blusão vermelho. Aos «jeans» azuis estão coladas umas pernas coloridas. Os decotes profundos e as saias curtas não aparecem na indumentária de Maria Zilda que recusa o vedetismo e encontra-se em Portugal numa acção promocional de uma «boite» algarvia. O paradoxo parece existir, mas a actriz acentua que as «coisas chatas, o preço do sucesso, entrar em campanhas comerciais» não são do seu



estilo. Aceitou o convite para vir até ao nosso país, pois esteve aqui há muitos anos e porque Fernando Guarany, no Brasil a preparar um série de corridas, a convenceu a dar um pulo de cinco dias à Europa.

Veio para cantar. Não por ser cantora, mas porque, na telenovela que está a rodar no Brasil — «Vereda Tropical» — teve que cantar. Daí, preparou um mini-show, «um roteiro com poucas músicas» de que espera que gostem. Só faz do que gosta e proclama que «o que me comanda na vida é o princípio do prazer». O mesmo princípio aplica-se à sua militância política, e Maria Zilda confessa: «não quero fazer carreira política, mas a política dá prazer... tudo o que vai por luta dá prazer».

Assim, a lutar e por prazer, «participei na campanha das Directas Já!... que não deu em nada, e tenho feito a campanha do Tancredo». Para ela, não se trata de uma descoberta pois, «mesmo na época da repressão, tive grande acção política, com todos os riscos que isso comportava».

Fernando Guarany, por seu lado, garantiu ao «DL» que a presença de Maria Zilda nas manifestações e comícios não se resume apenas ao apoio. «Ela fala, e tem muita popularidade».

Este é o outro lado de uma mulher encantadora, bonita, passional, mas adulta. E, que falou de coisas sérias, coisas que a preocupam e que a motivam. E, por bênção da sua personalidade, nunca veio à baila um avô português ou uma aldeia de Trás-os-Montes.

NR

Na foto: «Tudo que vai por luta dá prazer, mesmo a política»

Descentralização cultural e defesa do património**O «Arquivo de Beja»**

Publicado pela Câmara Municipal de Beja, o «Arquivo de Beja» (Volume I, 2.ª série, Outubro de 1984), apresenta-se como um repositório de investigações e de estudos arqueológicos, etnográficos, bibliográficos, históricos, de arquitectura e urbanismo, de economia agrária. A parte dedicada às pesquisas nos campos da arqueologia pré-histórica, romana e medieval, são dominantes no conjunto das 270 páginas deste volume.

Como, na «Introdução» deste Volume I (2.ª série) do «Arquivo de Beja», escreveu José Reis Cabaço, após o 25 de Abril desenvolveram-se por iniciativa

das autarquias, ou com o seu apoio, actividades que reflectem a consciência da necessidade da descentralização cultural e da conservação e defesa do património cultural e artístico. Nem sempre os órgãos de Comunicação Social dedicam à informação relativa a estas actividades, o relevo que merecem.

Do que no distrito de Beja se realizou, ou está em curso, pode estabelecer-se a seguinte listagem: Plano de Salvaguarda do Núcleo Central Histórico da Cidade de Beja; Estudo Urbanístico para Recuperação do Troço da Muralha da Rua Capitão João Francisco de Sousa; Recupera-

ção de um Troço da Arcada da Praça da República em Beja; Criação de um Grupo de Estudo e Inventariação dos Museus da Assembleia Distrital de Beja; Criação da Associação de Defesa do Património da Região de Beja; Vedação da Área Arqueológica de Pisões; Recuperação de Imóveis de Interesse Público existentes no Concelho de Beja; Iniciação dos Trabalhos de Levantamento da Carta Arqueológica do Concelho de Beja; Restauro da Capela dos Túmulos nos Antigos Conventos de S. Francisco; Recuperação da Muralha e Arranjo Urbanístico da Capela de Nossa Senhora da Piedade (Hospital da Misericórdia, Beja). Actividades e obras análogas foram realizadas em Aljustrel, Barrancos, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Mértola, Moura, Serpa e Vidigueira.

O «Arquivo de Beja» publica os relatórios de pesquisas arqueológicas: Estação Romana da Ilha do Pessegueiro, Sines (Carlos Tavares da Silva, Joaquina Tavares da Silva, Luísa Lener Dias e Antónia Coelho-Soares); Campo Arqueológico de Mértola (Jorge Pulido Valente); Povoado Mineiro Romano de Vidasca, Aljustrel (Rui Parreira); Cidade Romana de Mirobriga, Santiago do Cacém (William Biers, José Caeiro, Albert Leonard, David

A MELHOR ASSISTÊNCIA AO SEU TELEVISOR E VIDEO
GARANTIMOS RAPIDEZ E EFICIENCIA
ESTAÇÃO DE SERVIÇO PERMANENTE
88 27 86 - 89 98 26
Av. S. João de Deus, 13B • R. de Macau, 8-1 • LISBOA

Hoje

A RTP-1 apresenta «Isto é Espectáculo».

- 15.47 «Trovão» — 7.º episódio.
- 16.05 Pequenos Cantores de Coimbra — 2.º programa.
- 16.35 «Yakari» — «A Flecha Infalível».
- 16.40 Férias em Ritmo
- 17.15 Três Tons
- 17.40 Pare, Escute e Olhe — «Nos Limites do Bairro Alto».
- 18.20 Notícias
- 18.25 Rock Line
- 19.15 Cem Grandes Quadros — «A Ilha de Cítara».
- 19.25 Practical English in Practice
- 20.00 Telejornal — e o Tempo.
- 20.30 Direito de Antena
- 21.00 Revista do Ano/1984
- 00.45 «Isto é Espectáculo II»



Poderemos ver esta noite, na RTP-2, o bailado «A Silfide»



- 19.32 Notícias
- 19.37 Desenhos Animados
- 20.00 «Um Táxi na Cidade» — último episódio.
- 20.55 Animação
- 21.25 «Guerra dos Sexos» — episódio n.º 182.
- 22.15 Jornal da Noite
- 22.40 ... Da Música

Amanhã

08.52: Eurovisão; 11.15: Infantil; 13.20: Notícias; 13.25: Desenhos Animados; 13.50: A Procura do Ano Novo; 14.40: Sequim d'Ouro; 16.35: 10.º Festival de Circo de Monte Carlo; 17.35: Dire Straits; 18.35: Concerto de Ano Novo; 20.00: Telejornal; 20.30: Mensagem de Ano Novo de Sua Excelência o Presidente da República; 20.50: «Don Quixote»; 22.20: «Brilhantina»

19.32: Notícias; 19.40: Desenhos Animados; 20.00: «Amor em Tempo de Guerra»; 21.05: Encontro com...; 21.30: «Guerra dos Sexos»; 22.15: Jornal da Noite; 22.40: Alexandre Bachtine Band.

GRUNDIG

a segurança de um grande nome seleccionou para si...



«Isto é Espectáculo» (00.45)



«A Silfide» (22.40)

Desorientadas, Charló e Olívia descobrem que Nando e Octávio entraram num circo de nome «o bigode preto» cujas entradas são grátis; a surpresa é maior quando o mestre de cerimónias anuncia os palhaços Bimbo e Nandinho. Humilhada e naquele ambiente infernal, Carolina pede a Felipe que se vá embora do restaurante. Kiko insiste com a mãe para que esta volte a sair mais vezes com Felipe. No fundo, o coração de Charló sempre pertenceu a Octávio e muito comovida ela assiste ao número de palhaços sem compreender porque motivo ele nunca lhe contou aquele segredo da sua vida e conclui que o «Tavinho» não é o monstro que ela sempre imaginou.

Assistência Técnica Grundig NACIONAL RÁDIO

Rua Bento Jesus Caraca 17 - Cruz Quebrada - Telef. 2112871

FUMO**NÃO FUME****EM RECINTOS****FECHADOS**

comunicação social

Direito de resposta

CI reprova conduta do

«Semanário»

O Conselho de Imprensa reprovou a conduta do jornal «Semanário» a propósito de incumprimento do direito de exercício de resposta que assistia a uma empresa referida numa notícia.

A notícia em questão, publicada na edição de 28 de Julho sob o título «Hotel Atlântico demarca-se», foi posteriormente desmentida pela empresa proprietária do hotel em carta dirigida ao director do «Semanário», na qual invocava o direito de resposta.

Após diligências do Conselho de Imprensa, o jornal veio a publicar o desmentido em 7 de Dezembro, o qual continua «deturpações que se admitem não intencionais», segundo o Conselho de Imprensa, que agora recomenda nova publicação.

O Conselho de Imprensa diz assistir «com apreensão aos expedientes que alguns órgãos de informação utilizam para não garantirem o direito de resposta».

Lembra o CI que o exercício do direito de resposta «tem um certo tempo para ser eficaz», pelo que, ao protelá-lo, o órgão de informação «anula na prática os efeitos úteis da resposta».

«Deste modo — conclui — fica viciado o debate democrático de que os órgãos de informação devem inquestionavelmente ser veículo».

Em Beirute

Jornalistas estrangeiros sequestrados e ameaçados

Homens amados sequestraram três jornalistas estrangeiros num restaurante de Beirute, levaram-nos, roubaram-nos e ameaçaram-nos de morte antes de os libertarem algumas horas depois — disseram os próprios visados.

Os correspondentes estrangeiros — dois norte-americanos e um canadiano — foram raptados na noite de sábado.

Steve Hagey, 31 anos, responsável do escritório da agência noticiosa norte-americana UPI, foi mantido sequestrado durante a maior parte da noite, de-

pois do canadiano William Maclean, 29 anos, da agência britânica Reuter e a repórter Frelance Maggie Fox, 25 anos, terem sido deixados atados no apartamento de Maclean.

Os correspondentes disseram que quatro homens armados e mascarados saltaram ao seu caminho quando entravam num restaurante próximo do Hotel Commodore, na parte Ocidental de Beirute, predominantemente muçulmana.

Levaram-nos depois para um carro e ameaçaram-nos várias vezes de morte, enquanto percorriam a cidade.

Os sequestradores forçaram-nos a abrir os respectivos apartamentos e roubaram-lhes dinheiro, aparelhagens estereofónicas, máquinas fotográficas e anéis.

Maclean disse que, três horas depois, os atacantes ataram-no e a Maggie Fox com fio eléctrico, vendaram-nos e deixaram-nos assim, levando Hagey consigo.

Hagey, que foi deixado junto do seu apartamento sábado de manhã, disse ter sido socado e esbofetado pelos sequestradores, mas que não estava ferido com gravidade. Maclean e Fox ficaram ilesos.

Um milhão de pesetas para melhor reportagem sobre Espanha

A Secretaria Geral de Turismo de Madrid instituiu um prémio de um milhão de pesetas (cerca de mil contos) para a melhor reportagem sobre Espanha publicada em 1984 na imprensa estrangeira — foi anunciado no Porto.

O prémio destina-se a galardoar o jornalista ou escritor que melhor tenha cooperado, através dos seus trabalhos, no desenvolvimento e propagação do turismo espanhol.

Os candidatos ao prémio deverão fazer chegar à Secretaria Geral de Turismo de Madrid, até ao fim do mês de Janeiro, três exemplares de jornais ou revistas onde o trabalho concorrente foi publicado.

Todas as reportagens serão apreciadas durante o primeiro trimestre de 1985 por um júri que será presidido pelo secretário-geral de Turismo de Espanha.

«Madrid»: história de um jornal franquista

O governo espanhol aprovou o pagamento de 580 milhões de pesetas como indemnização pelo encerramento do jornal «Madrid» decretado pelo governo franquista há treze anos.

O jornal «Madrid» foi fechado em 25 de Novembro de 1971 por ordem do então ministro de Informação e Turismo, Sanchez Bella, que baseou a sua decisão em supostas irregularidades de financiamento e anomalias na distribuição das acções, apesar de serem publicamente reconhecidas implicações políticas.

Os proprietários do jornal recorreram para os Tribunais pela decisão governamental que foi judicialmente declarada ilegal. Em 1982, o presidente do Conselho de Administração da em-

presa proprietária, Rafael Calvo Serer, apresentou uma acção em que solicitava a indemnização de 3644 milhões de pesetas pelos prejuízos causados pela decisão do governo franquista por fechar ilegalmente o jornal.

Em 8 de Julho de 1983, o Supremo Tribunal, por falta de acordo entre as partes, fixou a indemnização em 518 271 506 pesetas.

A sentença estabeleceu 8 por cento mais de juros pelo tempo de demora no pagamento desta importância, que se aproxima agora dos 580 milhões de pesetas, que o governo socialista se decidiu finalmente a pagar.

Ainda está pendente um recurso perante a Comissão Europeia dos Direitos Humanos, pois Calvo Serer não se dá por satis-

feito com os 580 milhões de pesetas.

O caso do jornal «Madrid» pode ser considerado o exemplo das lutas internas nos últimos anos do franquismo e as tentativas de abertura política.

Rafael Calvo Serer, membro numerário da «Opus Dei», controlava o jornal «Madrid», que contava com uma das Redacções mais jovens de então, integrada pela maior parte dos actuais jornalistas espanhóis mais destacados. Nomeado presidente do Conselho de Administração em 1966, Rafael Calvo Serer iniciou uma etapa de liberalização informativa que não agradava ao governo, que processou o jornal em três ocasiões e suspendeu-o por quatro meses a partir de Maio de 1968.

Jornalista sequestrada no centro de Buenos Aires

Uma jornalista foi interrogada e ferida por desconhecidos que a sequestraram no centro de Buenos Aires — denunciou a Associação de Jornalistas da capital argentina.

Patricia Martin, delegada sindical da «Editorial La Ley», foi interceptada por quatro desconhecidos numa esquina no centro de Buenos Aires no momento em que abandonava uma manifestação frente ao Ministério argentino do Trabalho convocada por aquela Associação em protesto pelo despedimento de jor-

nalistas do jornal «La Prensa». A jornalista foi encapuçada e obrigada a entrar para um automóvel, em que a levaram para uma habitação desconhecida, onde foi interrogada acerca das suas actividades sindicais e sobre os trabalhadores do jornal que apoiaram a sua actividade na «Editorial La Ley».

Depois de cinco horas de interrogatório e de ter sido ferida em várias partes do corpo, Patricia Martin foi levada pelos seus captores para a zona portuária de Buenos Aires, onde foi libertada.



Loures



EUGÉNIA ROSA BALICO

Missa 7.º Dia e Agradecimento

Seu marido, filhos, noras, netos, sobrinhos e restantes familiares, comunicam que se realiza na Igreja de St.º António dos Cavaleiros, dia 2/1/85 pelas 18 horas missa de 7.º Dia de falecimento, pedindo paz à sua alma. Agradecendo a todas as pessoas que a acompanharam à sua última morada.

COTACÕES CREDITO PREDIAL PORTUGUÊS

COTACÕES DE NOTAS

(Por unidade) COMPRA VENDA

ÁFRICA DO SUL (rand)	75880	81980
ALEMANHA FED (marco)	53820	54330
AUSTRIA (xelim)	7850	7870
BÉLGICA (franco)	25480	25680
BRASIL (cruzeiro)	8036	8066
CANADA (dólar — notas de 1 a 2)	126960	128960
(notas de 5 a 1000)	127810	129810
DINAMARCA (coroa)	14885	15285
ESPAÑA (peseta)	8913	10033
EUA (dólar — notas de 1 a 2)	167335	169335
(notas de 5 a 1000)	167885	169885
FINLÂNDIA (marka)	25860	26260
FRANÇA (franco)	17830	18000
HOLANDA (florim)	47310	48610
IRLÂNDIA (libra)	166865	170865
ITALIA (lira)	8079	8089
JAPÃO (lêne)	6641	6676
NORUEGA (coroa)	18840	18990
REINO UNIDO (libra)	195825	199825
SUECIA (coroa)	18860	19820
SUIÇA (franco)	64855	65865
VENEZUELA (bolivar)	10825	11825

Observações:
1 - No respeitante a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo.
2 - Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 6 por mil.

rádio

Antena Um

16.00: Musicomania; 18.00: A gaita dos sete foles; 19.00: Informação e música; 20.00: Musical; 20.20: No estúdio e no estúdio; 20.35: Música portuguesa; 21.00: Emissão especial de ano novo. Notícias intercalares às 16.00, 17.00, 18.00, 21.00 e 22.00 horas.

Programa 2

15.45: Música concertante, para instrumentos de sopro, de Debussy; 16.10: Partita n.º 6, em mi menor, de Bach; 16.35: Seleção da ópera «Os Palhaços», de Leoncavallo; 17.17: Concerto, em si menor, para violoncelo e orquestra, de Dvorak; 18.05: Aberturas; 18.35: Sonata, em re maior, K. 448, de Mozart; 19.00: Terra viva, planície azul; 19.30: Exceções da suite «Peer Gynt», de Grieg; 20.10: Seleção do bailado «O Lago dos Cisnes», de Tchaikovsky; 21.00: O canto e os seus intérpretes; 22.00: Intercâmbio musical; 23.40: «Gigas e Rondas da Primavera», da suite «Imagens», de Debussy; 23.58: Concerto de ano novo; 01.00: Fecho. Notícias de hora a hora.

RÁDIO COMERCIAL
Onda Média (283, 290 e 397m)

14.00: Matiné; 17.00: Rápido das cinco; 19.00: Cabo da Boa Esperança; 20.00: Conta corrente; 21.00: Quando o telefone toca; 22.00: Portugal e a CEE; 22.15: Programas religiosos; 22.30: Tempo de desporto; 23.00: 24.º hora; 01.00: O passageiro da noite; 02.00: No calor da noite. Notícias de hora a hora.

RC-FM-Estéreo (97,4 MHz)

15.00: O vapor; 16.00: O som da frente; 17.00: Ondas lusitanas; 18.00: Circulo em FM; 19.00: Em órbita; 20.00: Nova geração; 21.00: Jazzofone; 22.00: Café concerto; 24.00: Pé de vento; 02.00: No calor da noite. Notícias de hora a hora.

RÁDIO RENASCENÇA

16.00: Rua Capelo; 18.00: Jornal das regiões; 18.30: Transmissão do tempo; 19.30: Memorando; 20.00: Horizonte; 21.00: Programa da LAR; 21.30: Textos e pretextos; 22.00: Quando o telefone toca; 22.30: Desporto; 23.00: Sessão da meia-noite; 23.55: Meditando; 02.00: Estação de serviço

FM-Estéreo

16.00: A cor do som; 18.00: O estafeté do ritmo; 19.30: Memorando; 20.00: Transmissão do tempo; 20.30: A Universidade na Rádio; 21.00: Paju; 21.30: Pentagrama; 22.00: Oceano Pacífico; 24.00: Contracapas; 02.00: Estação de serviço. Notícias a todas as horas.

palavras cruzadas

COM PROVERBIO PROBLEMA N.º 14 217

HORIZONTAIS:

- 1 Bandulho. Compare.
- 2 Fileira. Despejada.
- 3 Cidade de Espanha. Calotes.
- 4 Espetara o arpe em. Elemento que entra em algumas palavras com a significação de ar.
- 5 Gálio (s.q.). Época. Acrescentando uma vogal é gundaste.
- 6 Recusa. Possui. Baíraquio.
- 7 Rebento. Agarrei (inv).
- 8 Equipo. Mamífero roedor.
- 9 Solitário. Duna na Suécia. Atomo.
- 10 Nota musical. Nota musical. Bário (s.q.). Compaixão.
- 11 Restos mortais. Planta bulbosa utilizada em culinária (pl).

VERTICAIS:

- 1 Molha com baba. Nome de dois rios da Polónia.
- 2 Aumenta. Primeira das três palavras que formam o nome de uma freguesia do concelho de Anadia.
- 3 Escoriação.
- 4 Autores. Engulo (fig).
- 5 Quarto. Reconquistais.
- 6 Louvaremos.
- 7 Ocasão. Patrão. Bário (s.q).
- 8 Tempo do verbo ir. Efectivo.
- 9 Satisfação.
- 10 Conduzido à força.
- 11 Colocou-se em posição conveniente para ser pintado ou fotografado. Macacos americanos.

Resolveu completamente este problema? Procure agora, em segundo passatempo, o provérbio nele inscrito.

NOVA MODALIDADE PROBLEMA N.º 14 068

HORIZONTAIS:

- 1 Cidade da Turquia Oriental. Cidade da Alemanha.
- 2 Salientes. Laço.
- 3 Medos.
- 4 Esqueço.
- 5 Filtrarei. Arsénio (s.q).
- 6 Pau-ferro. O lado do vento. Túlio (s.q).
- 7 Autores. Título do dicionário eclesiástico logo abaixo do bispo ou arcebispo, e que preside ao cabido.
- 8 Diz em voz baixa, ou por entre os dentes.
- 9 Vendas sem dinheiro. Apupara.
- 10 Ratava. Cair à cama.
- 11 Adicionam. Juízo.

VERTICAIS:

- 1 Parte setentrional da Grã-Bretanha, separada da Inglaterra pelos montes Cheviot. França (s.q).
- 2 Rádio (s.q.). Género de crustáceos (pl).
- 3 Cidade da República Democrática Alemã. Rio dos Estados Unidos.
- 4 Cidade do SO da Nigéria. Tostam.
- 5 Marechal alemão, comandante do quartel-general de Hitler em 1939.
- 6 Hábito. Cobriam de iodo.
- 7 Letra grega. Antes de Cristo.
- 8 Acabarias.
- 9 Tremor de terra. Amio.
- 10 Manganês (s.q). Grandes.
- 11 Auxílio. Anel.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 14 216

HORIZONTAIS:

- 1 CAPRICHOS. Ru.
- 2 Árias. Iena.
- 3 Braga. Azo.
- 4 Usaras. São.
- 5 Tal. Damas. Os.
- 6 Erra. Br.
- 7 Ião. Palmela.
- 8 Asi. Dás.
- 9 Ornar. Kiev.
- 10 Suária. Au.
- 11 Oiros. Soara.

VERTICAIS:

- 1 Cab. TEIMOSO.
- 2 Acatarei. Ru.
- 3 Pias. Rosnar.
- 4 Ragada. An.
- 5 Isara. Paris.
- 6 Ambas.
- 7 Hissalik.
- 8 Oé. Imo.
- 9 NAO. CEDE A.
- 10 RAZAO. Lavar.
- 11 Osseas. Ua.

PROVERBIO: Capricho teimoso não cede à razão.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 14 067

HORIZONTAIS:

- 1 Maremetro.
- 2 Acolá. Ostra.
- 3 Rolares. Ter.
- 4 Ela. Opere.
- 5 Marfar. Emas.
- 6 Anisco.
- 7 Toar. Suária.
- 8 Ossa. An.
- 9 Tio. Dá.
- 10 Ura. Vassalo.
- 11 Má. Nós. Moio.

VERTICAIS:

- 1 Maremoto. Um.
- 2 Acolá. Ostra.
- 3 Ralar. Ásia.
- 4 Ela. Farão.
- 5 Marear. V.º.
- 6 Era. Risadas.
- 7 Teso. Suras.
- 8 Ri. Pecai. SM.
- 9 Temor. Cão.
- 10 Cera. Ir. LI.
- 11 Maresia. Soo.

cartaz de cinemas e teatros

ALVALADE 897480

Av. de Roma

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
- Para Todos
ROBIN DOS BOSQUES
2.ª Semana

ÁVILA 539930

Av. Duque d'Ávila, 92A

Às 15, 17, 19.10, 21.45 e 23.45
- M. 12 a
A ACADEMIA DA POLÍCIA

AVIS 547153

Av. Duque de Ávila, 45

Às 14.30, 16.45, 19 e 21.30
- M. 6 a
QUATRO PUNHOS CONTRA RIO
2.ª Semana

BERNA 776098

Av. Marquês de Tomar

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
- M. 6 a
A CORRIDA MAIS LOUCA DO MUNDO (II Parte)
2.ª Semana

CALEIDOSCÓPIO 795093

Campo Grande

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
- Para Todos
ROBIN DOS BOSQUES
2.ª Semana

CASTIL 530194

R. Castilho

Às 15.30, 18.30 e 21.30
- M. 12 a
O LUGAR DO MORTO
9.ª Semana

CINE BLOCO 55682

R. Pinheiro Chagas, 10

Às 14.30, 16.45, 19 e 21.30
- M. 12 a
OS MARGINAIS

CINE CAMÕES 324194

R. do Loreto, 15

Às 14, 16.30 e 21.15
- N. ac. men. 13 a
DOIS AMORES UM DESTINO

CINE 222 579460

Av. P. da Vitória, 37 (ao Saldanha)

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
- M. 12 a
MEUS PROBLEMAS COM AS MULHERES

CINESTÚDIO LIDO 936593

P. D. João I, Amadora

Às 15.30, 18.30 e 21.30
- M. 6 a
QUATRO PUNHOS CONTRA RIO

CINE-PLAZA 930119

Av. Santos Matos, 2 - Amadora

Às 15.30 e 21.30 - M. 6 a
SPLASH, A SÉRIE

CONDES 322523

Av. da Liberdade, 2

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
- M. 12 a
Finalmente! O filme! A música!
Canções de Stevie Wonder
A MULHER DE VERMELHO
O filme de Gene Wilder

2000 2100055

Av. B. Voluntários Its, 113/4

Às 15.30, 18.30 e 21.30
- M. 13 a
INDIANA JONES E O TEMPLO PERDIDO

EDEN 320768

P. Restauradores, 21

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
- M. 6 a
CONAN, O DESTRUIDOR

ESTÚDIO 555134

Al. Alfonso Henriques, 35

Às 15, 17, 19 e 21.30
- N. ac. men. 13 a
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS

ESTÚDIO 444 779095

Av. Defensores de Chaves, 83-B

Às 15, 17, 19, 21.30 e 24
- M. 6 a
PRISIONEIRO DO UNIVERSO PERDIDO

HOLLYWOOD 802859

Centro Comercial Alvalade

SALA 1

Às 14.30, 16.45, 19, 21.30 e 24
- M. 12 a
A MULHER DE VERMELHO

SALA 2

Às 14.15, 16.30, 18.45, 21.30 e 23.45
- M. 6 a
EM BUSCA DA ESMERALDA PERDIDA

IMPÉRIO 555134/5

Al. Alfonso Henriques, 35

Às 15.15, 18.30 e 21.30
- M. 6 a
OS CAÇA-FANTASMAS
2.ª Semana

LIDO 936593

P. D. João I, Amadora

Às 15.30 e 21.30 - M. 6 a
QUATRO PUNHOS CONTRA RIO

MONTECARLO 681117

Av. Pedro Álvares Cabral, 37

Às 14.15 e 16.30 - N. ac. men. 12 a
O MOMENTO DA VERDADE
Às 21.30
Reveillon

NIMAS 574362

Av. 5 de Outubro, 42-B

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
- M. 12 a
OS COMPADRES

ODEON 326283

R. dos Condes, 12 a 20

Às 15.15, 18.15 e 21.30
- M. 16 a
O ÚLTIMO EXECUTOR

PATHE 821933

R. Francisco Sanches, 122

Às 14, 17.30 e 21.30
- M. 6 a
MÚSICA NO CORAÇÃO



PRISIONEIRO DO UNIVERSO PERDIDO em exibição no XENON e no ESTÚDIO 444

POLITEAMA 326716

R. Portas S. Antão, 109

Às 14.15, 16.30, 19 e 21.30
- M. 12 a
QUATRO PUNHOS CONTRA RIO
2.ª Semana

QUARTETO 771378

R. Flores de Lima, 16

SALA 1
Às 14, 16.30, 19 e 21
- M. 16
AOS NOSSOS AMORES
Em complemento
JUNQUEIRA

SALA 2
Às 14.30, 16.45, 19 e 21
- M. 12 a
GREMLINS, O PEQUENO MONSTRO

SALA 3
Às 14.30, 16.45, 19 e 21
- M. 12 a
DIÁRIO ÍNTIMO

SALA 4
Às 14.30, 16.45, 19 e 21
- Int. men. 13 a
MEMÓRIA DE UMA SOBREVIVENTE

QUINTETO 573407

R. Actor Taborda, 27-B

Às 14.30, 16.45, 19 e 21.30
- M. 12 a
GREMLINS

ROMA TEL. 727778

Av. de Roma, 14-M-N

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
- M. 12 a
GREMLINS, O PEQUENO MONSTRO

ROXY 548560

Av. Almirante Reis, 20

Às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30
- M. 12 a
JOÃO BRONCAS AVANÇADO
"PURA-REDES"

SÃO JORGE 579144/579344

Av. da Liberdade, 175

SALA 1

Às 15.30, 18.30 e 21.30
- M. 6 a
OS CAÇA-FANTASMAS

SALA 2
Às 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15
- M. 12 a
VIDAS EM JOGO
25.ª Semana

SALA 3
Às 14.30, 16.45, 19 e 21.45
- M. 12 a
OS BATOTEIROS

7.ª ARTE 730715

Av. República à E. Entre Campos junto ao n.º 63

Às 14.45, 17, 19.10, 21.45 e 23.45
- M. 6 a
OS CAÇA-FANTASMAS

STAR 804210

Av. Guerra Junqueiro, 14-C

Às 15, 18.15 e 21.30
- M. 12 a
GENTE GIRA

TURIM 706666

E. de Benfica, 723-A

Às 15, 17.30 e 21.45
- M. 6 a
UMA HISTÓRIA DE NATAL
Às 24 - Int. men. 13 a
BRUCE LEE E EU

VOX 880808

Av. Fr. Miguel, Contreras, lote 8-9

Às 15, 18.15 e 21.30
- M. 12 a
O LUGAR DO MORTO
4.ª Semana

XENON 368480

Av. da Liberdade, 11

Às 14.15, 16.30, 19 e 21.30
- M. 18 a
PRISIONEIRO DO UNIVERSO PERDIDO

outros cinemas

Lisboa

ALFA-1 - "A Corrida Mais Louca do Mundo", às 21.30 (6 anos)
ALFA-2 - "Conan, o Destruidor", às 21.30 (6 anos)
ALFA-3 - "Ao Serviço de Sua Majestade", às 21.30 (12 anos)

ALFA-CLUBE - "Frances", às 21.15 (12 anos)

ESTÚDIO ACS - "Megaforce", às 21.30 (6 anos)

APOLLO 70 - "Ao Serviço de Sua Majestade", às 21.30 (12 anos)

MUNDIAL - "A Corrida Mais Louca do Mundo", às 21.30 (6 anos)

LONDRES - "Paris, Texas", às 18.15 (12 anos)

TERMINAL - "Gremlins, o Pequeno Monstro", às 21.30 (12 anos)

CITY-CINE - "Os Amigos de Alex", às 21.30 (16 anos)

TIVOLI - "Robin dos Bosques", às 21.30 (6 anos)

PROMOTORA - "O Templo de Shaolin", às 21.30 (16 anos)

OLIMPIA - "Sexo Exótico", sessões permanentes, (18 anos)

CAPITOLIO - "O Templo de Shaolin", às 21.30 (16 anos)

RESTELO - "Conan, o Destruidor", às 21.30 (12 anos)

ZODIACO - "Vidas", às 17.00 (18 anos)

Linha de Cascais

ESTORIL-Casino - "Indiana Jones e o Templo Perdido", às 21.15 (12 anos)

CASCAIS - Oxford - "Indiana Jones e o Templo Perdido", às 21.30 (12 anos)

Outra Banda

ALMADA - Inerivel - "O Regresso de Jedi", às 21.30 (6 anos)
ALMADA - Academia - "Em Busca da Esmeralda Perdida", às 21.30 (6 anos)

ALMADA - Cine-Estúdio - "Gremlins, o Pequeno Monstro", às 21.15 (12 anos)
COSTA DE CAPARICA - Oceano - Sala 1 - "Splash, a Sereia", às 21.30 (Todos)
COSTA DE CAPARICA - Oceano - Sala 2 - "Os Comandos da Noite", às 21.45 (6 anos)

Linha de Sintra

MEM MARTINS - Cine-CHABY - "Cortina de Fumo", às 21.30 (13 anos)

CACÉM - Estúdio Flores - "Annie", às 21.30 (6 anos)

Porto

BATALHA - "Solteiros e Tarados", às 21.45 (12 anos)

PASSOS MANUEL - "A Corrida Mais Louca do Mundo", às 21.45 (12 anos)

CHAPLIN - "O Império Contra-Ataca", às 21.30 (12 anos)

OLIMPIA - "O Teu Olho é a Minha Desgraça", às 21.30 (12 anos)

TERÇO - "O Diabo Seja Surdo", às 21.30 (13 anos)

BEBÊ - "Identificação de uma Mulher", às 21.30 (16 anos)

SÃO JOÃO - "Ao Serviço de Sua Majestade", às 21.45 (12 anos)

CHARLOT - "Beat Street", às 21.30 (6 anos)

ÁGUA - "Robin dos Bosques", às 21.30 (13 anos)

RIVOLI - "Crônica dos Bons Malandros", às 21.30 (12 anos)

NUNO ALVARES - "Robin dos Bosques", às 21.45 (6 anos)

FOCO - "A Corrida Mais Louca do Mundo", às 21.30 (6 anos)

VALE FORMOSO - "Breakdance", às 21.30 (6 anos)

PEDRO CEM - "Gente Gira", às 21.30 (12 anos)

LUMIÈRE - Sala A - "O Lugar do Morto", às 21.30 (13 anos)

LUMIÈRE - Sala L - "Gremlins", às 21.45 (12 anos)

Lisboa

PERMANENTE

ALCANTARA: Proibido, R. de Alcântara, 15-A-B (T. 638589); **ALMIRANTE GAGO COUTINHO: Estados Unidos**, Av. dos Estados Unidos da América, 16-B (T. 885859); **AMOREIRAS - ESTACÃO DA CARRIS: Ivone**, R. Silva Carvalho, 232-C (T. 650760); **CAMÕES - SANTA CATARINA: Combro**, C. do Combro, 82 (T. 326059); **CHILE - ARCO DO CEGO: São Jorge**, L. do Leão, 3-A-B (T. 534027); **ENCARNAÇÃO: Ascensão**, P. do Norte, 11-A (T. 311216); **GALINHEIRAS - CHARNECA - LUMIAR: São Bartolomeu**, Vila Paulo

teatros

Lisboa

COLISEU - Circo de Natal, às 16.00 e 22.00

D. MARIA II - "Figados de Tigre", às 21.30 (12 anos)

CAMPO PEQUENO - Circo Chen, às 16.00 (6 anos)

PRAÇA DE ESPANHA - Circo Cardenal, às 16.00 (6 anos)

TEATRO IBÉRICO - "Aurora da Minha Vida", às 21.30 (12 anos)

VARIADADES - "Boeing, Boeing", às 21.45 (13 anos)

VILLARET - "O Super-Silva", às 21.30 (12 anos)

BARRACA - "Santa Joana dos Mataduros", às 21.30 (13 anos)

COMUNA - "Para Onde Is?", às 21.30 (13 anos)

MARIA VITÓRIA - "O Bem Tramado", às 20.30 e 22.45 (16 anos)

ABC - "E a Lata Continua", às 20.30 e 23.00 (16 anos)

TEATRO ABERTO - "Ubu Português ou 2002, Odisseia no Terreiro do Paço", às 21.30 (13 anos)

Porto

COLISEU - Circo, às 21.30 (6 anos)

CAMPO ALEGRE - "Uma Família do Porto", às 21.45 (13 anos)

TEP - "O Observador", às 21.45 (13 anos)

Jorge, 1 (T. 790969); **GRACA: Almeida Dias**, L. da Graca, 38-39 (T. 862909); **LARGO DO CAMPO PEQUENO: Miranda**, L. do Campo Pequeno, 36-B-C (T. 770776); **OLIVAS VELHO: Olivais**, R. Alves Gouveia, 19 (T. 311237); **PA-LHAVÁ: Curle**, Av. Madame Curie, 15-A (T. 723220); **RESTELO - A AVE-NIDA VASCO DA GAMA - ALGÉS: Ocidental**, R. D. Jerónimo Osório, 18-D (T. 610256); **BRANDÃO - AMADORA: Tavares Matos**, R. 8, lote 308 (T. 993220); **PONTINHA: Cruz Correia**, E. de Santo Elói, 41-A (T. 992453); **QUINTA DO MENDES - Odivelas: Almeida**, PL. à R. Tomás da Anunciação, 38-B

Outra Banda

ALMADA: Magalhães, R. Capitão Leão, 8-B (T. 2750242) Permanente, **COVA DA PIEDADE: Rainha Santa**, R. Sociedade Fua Piedense, 50-A (T. 2294182) Permanente; **COSTA DE CAPARICA: Carlos**, Av. do Mar, 34-A (T. 2401060) Até às 19 horas; **FEIJÓ: Feijó**, R. Borges Rego, 7 (T. 2290911), Até às 22 horas; **SESIMBRA: Lopes**, R. Cândido dos Reis, 21 (T. 2233028), **LAVRADIO: J. Consolado**, Av. Joaquim J. Fernandes, 17-C (T. 2043126), Até às 19 horas; **BARREIRO: Central**, Av. Alfredo da Silva, 48 (T. 2073207) Permanente; **BAIXA DA BANHEIRA: Nova Família**, E. Nacional, 244-A (T. 2040141), Até às 19 horas; **CORROIOS: Abreu Cardoso**, B. Cidade de Setúbal, 1-B (T. 2291192) Até às 19 horas; **AMORA: Nobre Guerreiro**, R. Dr. Emílio G. Mendes, 314 (T. 2212923), Até às 22 horas; **SEIXAL: Soromenho**, R. Paiva Coelho, 38 (T. 2213560), Até às 22 horas; **MONTIJO: São Pedro**, Av. de Camões, 16 (T. 2311133) Até às 22 horas; **MOITA: Silva Rocha**, P. da República, 16 (T. 239029), Até às 19 horas; **ALHOS VEDROS: Guimarães**, R. Cândido dos Reis, 30 (T. 204020) Até às 19 horas; **ALCO-CHETE: Gamello**, L. António Santos Jorge, 15 (T. 234100) Até às 19 horas

Linha de Cascais

ALGÉS: Cabrita, P. de Miraflores, lote 12 (T. 2101486) Permanente, **LINDA-A-VELHA: Melo Almeida**, R. D. Diogo Couto, lote 182 (T. 419697), Até às 19 horas; **TIRES: Guimarães**, L. Duartes, lote A (T. 2441616) Até às 22 horas; **ALCABIDECHÊ: Carvalho**, B. Padre P. Correia, 4 (T. 2690363) Até às 22 horas; **PORTO SALVO: Ferreira Bastos**, R. D. Firmino Rebelo (T. 2421015), Até às 22 horas; **MALVEIRA DA SERRA: Luz**, E. Nacional (T. 2850635) Até às 22 horas; **PAÇO DE ARCOS: Godinho**, Av. Patrão Lopes, 4 (T. 2432039) Permanente; **OEIRAS: Central**, R. Conde Ferreira, 29 (T. 2430058) Até às 22 horas; **CARCAVELOS: Central**, R. 5 de Outubro, 25 (T. 2470037) Permanente; **SÃO DOMINGOS DE RANA: Godinho da Silveira**, Av. de Sabóia, 29 (T. 260085) Até às 22 horas; **PAREDE: Mendes Junqueiro**, R. de Luanda, lote 5 (T. 2477838) Permanente; **MURTAL: Primavera**, R. das Parreiras, 2 (T. 2472278) Até às 22 horas; **SASSOEIROS: Amaral**

Propriedade, Composição e Impressão:
RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.

Administração, Redacção, Publicidade e Serviços Técnicos.
RUA LUZ SORIANO, 44 - 1200 LISBOA
TELEFONES: 321154/5 - 320271/2/3
Publicidade: 366740
Serviço de noite (depois das 21):
Porteiro: 321154 - Redacção: 320271/2/3
Preço do «DL» na Madeira: 40000

Depósito Legal n.º 1426/82

Endereço Telegráfico DIBOA
Telex 12363 LISBOA PORTUGAL

DELEGAÇÃO DO PORTO
Rua do Almada, 30-2.º - 4000 PORTO
Telefones: 20954/5

Distribuição: INTERPRESS
Rua do Norte, 115-1.º - 1200 LISBOA
Telefones: 322100-322204-320784

Quando avós, obrigada pela caixa de envelopes, papel e pelo conjunto de lápis e canetas...

Agora já posso escrever mais cartas.

DETESTO ESCREVER CARTAS!

Mãe, uma vez obrigada. Feliz Ano Novo. Com amor, Sally.

MARES DE HOJE

PREIA-MAR BAIXA-MAR				
9.41	3,3 m	2.59	2,0 m	
22.24	3,2 m	15.43	1,9 m	
Dia 1				
1.38	3,9 m	7.26	1,3 m	
14.03	3,8 m	19.40	1,3 m	

TEMPERATURAS DO AR AS 6 HORAS:

VIANA DO CASTELO	4°
BRAGANÇA	1°
VILA REAL	1°
PORTO	5°
COIMBRA	7°
CABO CARVOEIRO	7°
PORTALEGRE	7°
LISBOA	5°
ÉVORA	3°
BEJA	7°
FARO	5°
SAGRES	16°
PONTA DELGADA	16°
FUNCHAL	—

tempo

PREVISÃO DO TEMPO PARA AMANHÃ

Céu geralmente pouco nublado. Vento fraco predominando de leste. Nebulosa matinal nas regiões do litoral, norte e centro. Acentuado arrefecimento nocturno com formação de geada.

Entra em vigor em 1 de Março

Loteamentos urbanos têm novo regime jurídico

● Especuladores e «clandestinos» com reduzida margem de manobra

Um novo regime jurídico das operações de loteamento urbano entrará em vigor dentro de dois meses, por força de um diploma hoje publicado no «Diário da República» que, sem atender a todas as exigências dos principais municípios à volta de Lisboa, Porto e Setúbal, contempla algumas das suas reivindicações, muitas delas formuladas por ocasião do I Seminário sobre Loteamento Clandestino, que decorreu em Azeitão, no ano passado.

Uma delas é a chamada venda dos loteamentos em avós. O diploma hoje inserto na folha oficial fixa como necessário, para contrariar essa operação, o parecer favorável das Câmaras Municipais na celebração ou registo de quaisquer actos ou negócios jurídicos que impliquem a constituição de propriedades ou a ampliação do número de compartimentos de prédios rústicos, concedendo-lhes, nas transmissões onerosas, o direito de preferência. Diz a este propósito o Governo que assim se responde positivamente às recomendações formuladas pelo alto comissário

contra a corrupção.

O diploma visa a descentralização e desconcentração da actividade do licenciado de loteamentos urbanos e define nesse sentido as atribuições que cabem às administrações central e local nesta matéria. Para uma maior rapidez na apreciação dos diferentes pedidos, o diploma fixa três formas de processos, de acordo com a sua complexidade, estabelecendo para cada um deles a respectiva tramitação: especial, ordinária e simples.

Ao introduzir alterações de fundo na legislação em vigor sobre o regime jurídico dos loteamentos urbanos, o Governo fá-lo por entender, segundo os Ministérios da Administração Interna, do Equipamento Social e da Qualidade de Vida, que em matéria de ordenamento do território e de transformações urbanísticas de inactividade dos particulares, designadamente quanto estes atijam grande dimensão ou especial impacto ambiental, «a autonomia municipal só será pélena com a aprovação e ratificação dos instrumentos de planeamento e em espe-

cial do plano director municipal, cuja normativa cobre todo o território municipal».

Por isso, diz o Governo não pode deixar de exercer, na ausência de planeamento municipal, uma «prudente intervenção que visa a salvaguardar de valores patrimoniais ou ambientais, a qual apenas se reveste de carácter vinculativo nos casos em que se afectam directa ou indirectamente competências estatais legalmente estabelecidas».

O diploma cria ainda, e agora de forma explícita, uma taxa compensando o Município pela realização de novas infra-estruturas ou pela alteração das existentes, e torna obrigatória a cedência à Câmara Municipal dos terrenos necessários aos equipamentos públicos e, bem assim, dos espaços e redes públicas, a prever na respectiva proposta de loteamento.

O principal instrumento inovador a favor das Câmaras Municipais e dos seus planos de urbanização é, de facto, a exigência do seu parecer favorável na celebração ou registo de quaisquer

actos ou negócios jurídicos implicando a constituição de propriedades. A para disso avulta, no diploma hoje publicado no «Diário da República» A par disso avulta, no diploma hoje publicado no «Diário da República» e que em 2 de Março entrará em vigor, o facto de constituir ilícito penal, — também de forma expressa — o prosseguimento de trabalhos cuja suspensão haja sido ordenada e, bem assim, a cedência de prédios ou parte deles em violação ao que o diploma dispõe. Para além de penas de multa, o presente decreto-lei anuncia penas de prisão de sete meses a dois anos.

«Problema dos avós é medida correcta» — disse-nos Helder Madeira

«A nova disposição contrariando a venda em avós é uma medida correcta e uma das principais inovações do diploma. No entanto, além dessa, fizemos

outras exigências durante as Primeiras Jornadas sobre Loteamentos Clandestinos, efectuadas o ano passado em Azeitão», disse o presidente da Câmara Municipal do Barreiro, esta manhã, ao «DL».

«Trata-se — acrescentou Helder Madeira — de uma medida que travará inevitavelmente a especulação e a construção ilegal, podendo assim pôr cobro aos principais problemas que neste aspecto se defrontam aos Municípios à volta das grandes cidades e no nosso distrito».

«Há na nova lei algum paternalismo» — diz vereador de Vila Franca

No Executivo da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, o problema dos loteamentos clandestinos compete ao vereador José António Luz Carmo, também esta manhã ouvido pelo «DL».

«A venda em avós — disse-nos aquele vereador — era a grande preocupação de Municípios como o nosso, confrontado com o aumento dos clandestinos. Ora, pelo que o presente diploma consagra, a inovação é bastante positiva. Só é pena que não contemple, como parece, uma descentralização política em matéria de solos».

O vereador vilafranquense não tinha ainda conhecimento do diploma, como de resto o presidente da Câmara Municipal do Barreiro, razão por que se eximiu a fazer comentários de fundo sobre o novo regime jurídico das operações de loteamento urbano. No entanto, sublinhou que a presente lei se mostra ainda eivada de algum paternalismo em relação à administração local, tendo em conta que durante os três próximos anos o licenciamento das operações — conforme diz a lei — está sujeito a parecer vinculativo da Direcção-Geral do Ordenamento, e noutros casos da DGPU (Direcção-Geral do Planeamento Urbanístico).

Preço dos «reveillons» não afasta clientela

Os hotéis, casinos e discotecas têm já desde ontem a lotação quase esgotada para o «reveillon» com preços que variam entre 2500 e 12 500 escudos.

Em contacto efectuado junto dos principais casinos, a NP apurou que os preços de entrada vão desde 5 mil escudos a 7500 escudos e segundo afirmaram os responsáveis «está tudo quase esgotado».

Comparativamente ao ano passado, os preços aumentaram cerca de mil escudos em média «mas nem por isso houve uma quebra de procura» — referiram.

Desde o Norte ao Sul do País nenhuma das unidades hoteleiras contactadas registou baixa de reservas.

Na região de Lisboa, o Hotel do Guincho, que realiza pela primeira vez um «reveillon», o preço para a passagem do ano atinge os 12 500 escudos mas nem por isso a procura é menor em relação a outras casas de espectáculos com preços bastante inferiores.

No Casino Estoril, que no ano passado cobrou cinco mil escudos por pessoa e conseguiu uma casa esgotada, aumentou este ano cerca de 50 por cento o preço dos bilhetes e um responsável da empresa disse à NP que «também vamos esgotar».

No Algarve, o Casino de Monte Gordo que cobra o preço mais elevado, cinco mil escudos com jantar completo e espumante, tem ainda várias atracções para animar os festejos.

Até às 6 horas de hoje

Nove mortos e 237 feridos em 298 acidentes

— Na Marginal, quatro mortos junto a Paço de Arcos

Nove mortos e 237 feridos, 77 dos quais em estado grave, é o resultado, até às 6 horas de hoje, dos 298 acidentes registados pelas 6659 patrulhas da GNR espalhadas por todo o País, no âmbito da operação «Conduzir com Segurança/84». No mesmo período foram ainda registados 342 manobras perigosas e detectados 97 condutores com excesso de álcool.

De registar que num dos acidentes, um atropelamento mortal no Porto, o carro pôs-se em fuga, estando as autoridades a proceder à busca do veículo.

Quatro mortos na Marginal

Quatro jovens morreram, um ficou gravemente ferido e um adulto com alguns ferimentos, ontem à tarde, cerca das 16 horas, na Estrada Marginal, junto a Paço de Arcos. De acordo com testemunhas oculares, um Fiat Uno, ocupado por cinco jovens, entrou na marginal em direcção a Cascais, vindo de Paço de Arcos, tendo, de imediato, galgado a placa separadora das faixas para mudar de direcção. Um táxi que rumava no sentido Cascais-Lisboa, conduzi-

do por Joaquim Augusto Marques, não teve possibilidade de evitar o embate. O Fiat foi então projectado contra o gradeamento do viaduto.

Do aparatoso acidente resultou a morte, quando eram conduzi-dos ao Hospital de Cascais, de Eurico Paulo de Oliveira, de 21 anos, residente nos Olivais a cumprir o serviço militar, Duarte Maria Salgado Oliveira Nunes, de 21 anos, militar na Força Aérea, também morador nos Olivais, e Carlos Fernando Reis Gonçalves, de 28, natural de Angola, que se admite seja igualmente residente nos Olivais.

No Banco de São José deram entrada Maria Margarida Giestas Fernandes Amaral, de 20 anos, que chegou já sem vida ao hospital, o seu marido Pedro Nunes Amaral Calha, de 29 anos, que foi operado de urgência, e o motorista do táxi que, depois de assistido, regressou a casa.

Motorista carbonizado em Penamacor

O motorista de um camião TIR morreu carbonizado depois do

veículo que conduzia se ter despedido próximo da povoação da Senhora da Hora, Penamacor, quando se dirigia para a fronteira de Vilar Formoso.

De acordo com a GNR, o acidente deveu-se ao facto da direcção do veículo se ter partido. Depois de ter saído da estrada, o camião incendiou-se e o motorista, Jorge Manuel Lagarto Marmelo, de 35 anos, casado, não conseguiu fugir às chamas.

Apesar do ajudante, António Augusto Carvalho, tudo ter tentado para libertar o seu companheiro do interior da cabine, esta operação foi impossível pois António Carvalho foi há tempos amputado de uma mão, num acidente registado com o mesmo camião, de que na ocasião era condutor.

Também os populares que assistiram ao desastre não puderam socorrer os dois homens com medo de uma explosão. Parte da carga do veículo, constituída por componentes de computador, livros e peças de roupa seria no entanto, salva pelos Bombeiros Voluntários de Penamacor.

Cidade chegou a ser coberta pelo fumo

Incêndio no Funchal levou um quarteirão

O incêndio que no sábado à noite deflagrou na parte velha da cidade do Funchal (Ruas da Alfândega e do Sabão) provocou a destruição de parte de um quarteirão da zona e prejuízos materiais avultados.

O fogo foi combatido por cem bombeiros com o apoio de pessoal da Câmara do Funchal, PSP e Cruz Vermelha, coordenados pelo Serviço Regional de Protecção Civil.

O comandante dos Bombeiros Voluntários, Vaz Camado, pleviu logo no começo que «apesar do fogo estar sob controlo, a zona é bastante velha, e há sempre hipóteses de alastrar a outros prédios».

O incêndio iniciou-se num se-

gundo piso de um prédio de quatro andares onde estavam instalados escritórios e armazéns de mobília e estendeu-se depois a duas lojas de ferragens.

Vários comerciantes da zona estão a transferir parte dos recheios das lojas e armazéns para outros lugares.

A origem do fogo é por enquanto desconhecida. No local havia instalados vários armazéns de produtos inflamáveis.

A parte da cidade do Funchal ficou coberta por intenso fumo e o vento forte prejudizou a acção dos bombeiros.

Os prejuízos deverão ascender a dezenas de milhares de contos.

Chamas consumiram parte de prédio antigo do Porto

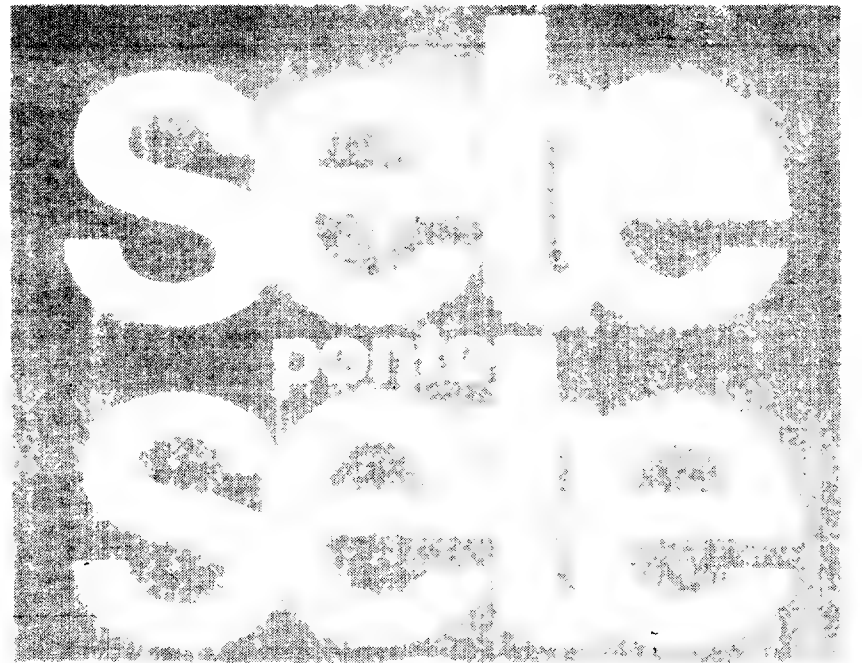
Um incêndio destruiu ontem parte de um prédio antigo situado na Avenida Rodrigues de Freitas, n.º 14, no Porto — informaram os bombeiros da cidade. O chefe de serviço do Batalhão de Sapadores Bombeiros (BSB), José Arandas, disse que quando chegaram ao local o primeiro andar estava quase todo tomado pelas chamas.

No combate ao fogo os bombeiros utilizaram cinco agulhas de alta pressão que impediram

que o fogo se propagasse às restantes dependências do prédio.

José Arandas disse que se desconhece a origem do incêndio, que provocou prejuízos elevados, mas presume-se que ele tenha sido provocado por um curto-circuito.

As três corporações da cidade, BSB, Voluntários Portuenses e Voluntários do Porto estiveram empenhadas no combate ao incêndio.



Há muitas maneiras de festejar o Natal. A outra, é a maneira punk.

Pág. 7

PENSANDO EM 1985

BIO

TECNOLOGIA

Págs. 4 e 5

CAPITAL -RISCO

*O segredo de polichinelo do
relançamento económico
americano será viável
... na Europa?*

Págs. 2 e 3



PINTURAS RECENTES DE FRANCIS BACON

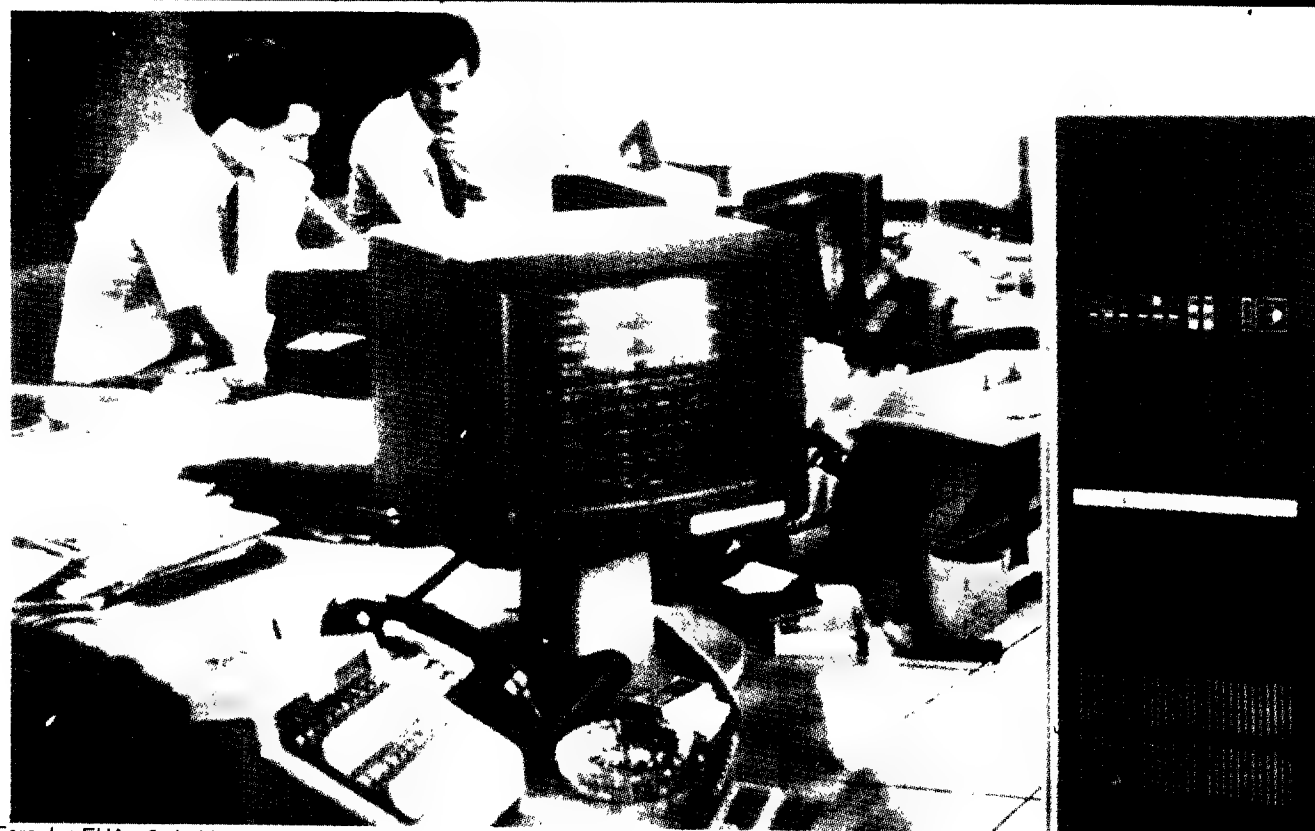
Pág. 8

Silicon Valley, na Califórnia, ou a Estrada n.º 128, em Boston, deverão a sua existência ao capital-risco? Por outras palavras, a capacidade de a economia dos Estados Unidos criar pequenas empresas dinâmicas será consequência dessa actividade de intervenção financeira tipicamente americana?

Apple, Atari, Computervision, Rolm, Microsoft, Digital Research, Personal Software, VLSI Technology... são alguns nomes ilustres entre dúzias deles. Traço comum: trata-se de empresas criadas desde meados dos anos 70 à volta das tecnologias de informação (material ou logicial). Consequência dessa dinâmica industrial: realização de novos bens e serviços, baixa contínua dos preços, diversificação das aplicações das novas tecnologias.

CAPITAL

Ingrediente de base para a criação de empresas



Fora dos EUA, são habitualmente as grandes empresas que lideram a inovação...

O RA este papel representado por pequenas empresas inovadoras é especificamente americano. Nos outros países da OCDE, a maioria das iniciativas tecnológicas, industriais e comerciais é o produto de grandes empresas. As excepções existentes só confirmam a regra — Sinclair (Reino Unido), Nixdorf (Alemanha), Norksdara (Noruega), DEA (Itália), Sord (Japão), Mitel (Canadá).

Dicotomia incontestável entre os Estados Unidos e os outros países. Será preocupante? Ao ver a experiência americana, dirigentes governamentais e economistas têm tendência para considerar que, pelo menos no domínio das tecnologias da informação, a criação de empresas especializadas é um factor indispensável, e que a capacidade que os Estados Unidos têm neste ponto explicaria em grande parte o seu *leadership*. Se a forma organizacional da grande firma está bem adaptada para produzir em massa estas tecnologias e difundi-las, ela é por vezes menos eficaz em as introduzir no mercado ou em as adaptar para usos particulares. É, no entanto, certo que os êxitos dos grandes grupos japoneses no domínio das tecnologias da informação podiam fazer pensar que o modelo americano não é o único válido.

Se aceitarmos a ideia de que as pequenas empresas são uma necessidade nos sectores de ponta, torna-se importante ver como elas podem ser financiadas. O capital-risco, encarado como o meio de financiamento mais adaptado às jovens empresas, uma das vantagens principais da economia americana, suscita, no quadro dessa reflexão, um interesse crescente nos outros países que, na melhor das hipóteses, só têm um esboço de tal sistema.

O que é?

O termo de capital-risco é hoje utilizado em dois sentidos diferentes. O primeiro designa os capitais em busca de oportunidades de investimento de alto risco com ganhos potenciais elevados. Ele cobre consequentemente todos os investimentos que apresentem essas características, sejam quais forem a origem dos fundos e as suas modalidades de créditos. Por exemplo, os fundos concedidos por um *pool* de investimento para a compra de terrenos de exploração petrolífera

entram nessa definição de capital-risco.

O segundo sentido, claramente mais restrito, será utilizado aqui. Ele designa os capitais metidos por um accionista importante na criação e no lançamento de pequenas empresas especializadas em novas ideias ou novas tecnologias. Trata-se portanto muito mais do que de uma injeção de recursos financeiros: uma entrada de competências necessárias ao estabelecimento, à organização, à gestão e à actividade comercial da empresa. Assim definido o capital-risco cobre quatro tipos de financiamento diferentes, que correspondem às quatro fases de desenvolvimento de uma nova empresa.

O financiamento de «sementeira» (seeding)

A empresa ainda não está criada. O empresário tem uma ideia mas esta ainda não tem uma forma técnica e comercial clara. O capitalista-risco intervém financiando o empresário e, eventualmente, uma pequena equipa de prospecção encarregada da especificação concreta do novo produto ou do novo serviço e do estabelecimento de um plano de acção (*business plan*). Esta fase pode durar um ano e exigir uns 300 000 dólares de investimento. É a fase mais arriscada e difícil para o capitalista-risco: ele dispõe de muito poucos elementos de apreciação e o projecto pode vir a revelar-se irrealizável (segundo um cálculo, 70% dos projectos de empresa são abandonados no fim dessa fase).

O financiamento de criação (start-up)

É a fase em que o capitalista-risco intervém mais frequentemente. Trata-se de pôr de pé uma empresa, a fim de produzir os bens ou o serviço já concebido, e realizar o plano de acção preparado. A viabilidade da operação ainda é incerta mas o capitalista-risco pode avaliá-la através de um plano técnico e comercial preciso. Se se empenhar no negócio, mobilizará as suas competências de «gestor» de uma nova empresa para contribuir para o êxito da operação. Essa fase dura à volta de um ano e pode exigir investimentos que podem atingir um

milhão de dólares. Os riscos são elevados e os capitalistas-risco preferem muitas vezes compartilhá-los fazendo uma sociedade.

O financiamento de «juventude»

A empresa oferece um produto ou um serviço no mercado mas não dispõe nem de uma imagem de marca nem de uma rede comercial, nem, a maior parte do tempo, de um verdadeiro sistema de produção. Organizar estes elementos pode levar vários anos e custar vários milhões de dólares. Durante essa fase a empresa sofre a concorrência de sociedades já estabelecidas. A intervenção do capitalista-risco será necessária, porque a empresa não tem margens de autofinanciamento suficientes para enfrentar sozinho essa concorrência, nem acesso às outras fontes de financiamento (os seus activos não são suficientemente tangíveis para tranquilizar os bancos, e ela não está cotada na bolsa). Ela ainda não tem, na maior parte dos casos, as competências de gestão necessárias para se tornar um verdadeiro negócio industrial. O principal problema dessa fase — o montante elevado dos fundos pedidos — é geralmente resolvido pelo empenhamento de vários capitalistas-risco.

O financiamento de estabelecimento

Esta fase marca a instalação definitiva da empresa no seu mercado. Ela efectua-se no fim

do período de juventude — no caso de o mercado visado ser um mercado especializado de pequeno tamanho — ou mais tarde — se o mercado em questão é um mercado de massa. Com efeito, neste último caso, o estabelecimento da empresa implica o alargamento das suas capacidades de produção e de comercialização (economias de escala). Isto requer a maior parte das vezes investimentos maciços e pode implicar uma última volta de financiamento por capitalistas-risco.

Esta fase termina, nos Estados Unidos, pela cotação na bolsa. Isto faz-se quase sempre através do mercado sem cotação (*over-the-counter market*) cujas condições de acesso são suficientemente fáceis para permitir às empresas médias emitir acções destinadas ao público. É, para os capitalistas-risco o momento de valorizar a sua entrada inicial (*exit mechanism*): eles vendem as suas acções, realizam as suas mais-valias, e, de novo com capacidade de financiamento, voltam-se para outros «empresários-candidatos» que pedem fundos.

Outro «mecanismo de saída»: a compra da sociedade por um grande grupo. Ele pode intervir desde a fase da juventude e consequentemente permitir que o capitalista-risco recupere o seu dinheiro e realize mais cedo as suas mais-valias.

Segundo os cálculos, o ciclo inteiro — as quatro fases — dura em geral entre cinco e dez anos nos Estados Unidos, quando cada capitalista-risco investiu no total, uma média de 500 000 a 700 000 dólares no negócio.

Como é evidente as coisas nem sempre se desenrolam de acordo com este ciclo-tipo ou

com as antecipações do investidor. A história recente do capitalismo-risco americano é rica de êxitos estrondosos mas também de muitos negócios medíocres e fracassos terríveis. Os cálculos indicam que, em média, em 10 *ventures*, 2 correm muito bem, 5 tornam-se negócios viáveis e 3 acabam em falência. E isto apesar de os capitalistas-risco serem extremamente selectivos nos seus investimentos. Segundo eles, só estudam 10% dos pedidos de financiamento que lhes são feitos, e aceitam uma proporção menor ainda. Os semi-sucessos e os fracassos são depois considerados inevitáveis inerentes à natureza da actividade. A taxa de lucro é muito variável: por ano e em média situa-se entre 30 e 60%. Este número é impressionante, sobretudo como média, mas não devemos esquecer que inclui a remuneração do trabalho muito qualificado destes investidores.

Quem são os «capitalistas-riscos»?

Há dois fundadores reconhecidos dessa actividade: a família Rockefeller que, através de um fundo especial (Venrock) financiou desde os anos 50, a criação de empresas em volta de novas tecnologias; o general Doriot, que criou em 1946, no MIT, a *American Research and Development* (Ard) para financiar a promoção das tecnologias de ponta elaboradas nas grandes universidades americanas.

O verdadeiro arranque do mercado parece ter tido lugar no princípio dos anos 70, mas foi rapidamente confrontado com obstáculos, entre os quais o

considerável aumento do sisco (a taxa sobre as mais-valias da bolsa passou de 15% em 1969 para 49% em 1976). Simetricamente a brusca descida desta taxa para 28% em 1978 e para 20% em 1981 é considerada como o factor desencadeador da vaga de investimentos dos capitalistas-risco no período recente (gráfico A).

Hoje, cinco grandes categorias de agentes operam no mercado do capitalismo-risco americano.

Os capitalistas--risco individuais

Se esta categoria é a mais citada (e mitificada), nem por isso é a mais importante. Ela é composta de indivíduos competentes e bastante ricos para arriscar a sua fortuna individual nesta actividade. Este grupo, que conta com vários antigos chefes de empresa, teria investido neste mercado, até 1981, um total de 500 milhões de dólares.

Os fundos mútuos de alta tecnologia

Estes «*pools* financeiros» especialmente concebidos para agir no mercado do capital-risco têm nele o papel mais importante. Cada um deles é financiado por vários comendatários (com partes individuais de 200 000 a 750 000 dólares em fundos de 6-7 milhões de dólares, ou mais) e é gerido por associados (*partners*) que recebem comissões sobre os lucros. Os comendatários são geralmente instituições financeiras tradicionais (30% das entradas dos fundos provêm das caixas de reforma que, no entanto, só

-RISCO

de ponta

investiram até agora 1% dos seus activos. Os associados que lidam assim com somas muito mais importantes do que as dos capitalistas-risco individuais, são peritos reconhecidos nessa actividade. Eles vêm de horizontes muito diversos — management, engenharia, direito, jornalismo — com uma sub-representação notável e talvez significativa: os banqueiros. Calcula-se que havia em meados de 1983, mais de 400 fundos mútuos de alta tecnologia nos Estados Unidos. Eles teriam investido, até 1981, entre 1,6 e 2,5 mil milhões de dólares em *ventures*.

Uma tendência recente destes fundos e que é consequência do seu êxito: algumas tornam-se, elas próprias, sociedades anónimas cotadas na bolsa. Podem assim colectar capitais mais importantes (de 15 a 100 milhões de dólares) e, investindo em mais negócios, diversificar e reduzir os riscos que correm. **A contrario**, isso diminui as suas possibilidades de rentabilidade espectacular: para além de trinta investimentos diferentes, têm uma taxa de rentabilidade média muito próxima da média das operações de capital-risco nos Estados Unidos. As mais notáveis destas sociedades são a Merrill Lynch Venture Partners (criada em Março de 1983 e que colectou 330 milhões de dólares em poucos meses), a Fidelity Technology Fund (capital: 700 milhões), a Twentieth Century Ultra (500 milhões), a Alliance Technology Fund (180 milhões), a Constellation Growth Trend (165 milhões).

As sociedades de investimento em pequenas empresas (SBICs):

Estas sociedades financeiras, reguladas e autorizadas pela administração federal podem pedir, até três vezes o seu capital, às agências governamentais, e têm por missão apoiar a criação e a competitividade das pequenas empresas. Em número de 350 a 400, teriam investido de 1 a 1,5 mil milhões de dólares nas «*ventures*», até 1981.

Os bancos de investimento

O capitalismo-risco deste tipo ainda parece marginal tanto no total das operações destas instituições, como no próprio mercado de capital-risco. É, no entanto, possível que as dificuldades estruturais dos seus clientes tradicionais e o crescimento das pequenas empresas de alta tecnologia, incitem estes bancos a reforçar progressivamente a sua presença neste domínio.

As filiais dos grandes grupos

Os departamentos e filiais especializadas da General Electric, Xe-

ron, 3M, Exxon, Acme-Cleveland, Olivetti (nos Estados Unidos são particularmente conhecidos. Eles são geralmente concebidos para promover mercados internos de capitais, de tecnologias e de trabalho qualificado a fim de permitir uma entrada de dinheiro mais fácil e eficaz dos seus próprios recursos nas altas tecnologias. No entanto, também investem em projectos de origem externa, desde que estes sejam interessantes para o desenvolvimento e a diversificação tecnológica do grupo. A sua presença é considerável no mercado de capital-risco: teriam investido nele mais de 1,5 mil milhões de dólares, até 1981. As empresas comuns que criam há já algum tempo várias firmas de um mesmo sector a fim de efectuar investigações em associação (Research and Development Partnerships), podiam ser aproximados dessa categoria do investimento em capital-risco.

Quem utiliza o capital-risco?

Os empresários interessados no capital-risco multiplicaram-

mente de 10 000 em 1981, mesmo que a parte dos candidatos «sérios» seja muito mais fraca (em 1981 os 200 maiores capitalistas-risco só apoiaram 800 negócios). (4).

O principal critério de avaliação utilizado pelo capitalista-risco diz respeito aos antecedentes profissionais e às realizações técnicas dos candidatos, muito mais do que ao conteúdo das suas ideias e projectos. Pode pois dizer-se que a parte «pedido efectivo» do mercado de capital-risco é constituído por uma elite universitária e industrial, decerto em crescimento, mas bem concentrada em volta de um número limitado de firmas, de indústrias e de regiões dos Estados Unidos. Essa característica é por vezes colocada no passivo do capitalismo-risco americano. Ela impediria os investidores de avaliar objectivamente as potencialidades das iniciativas provenientes do exterior dessa elite. O caso mais gritante é o de Tele Vídeo,

capital-risco traduziu-se, em fins de 1983 por um stock de investimentos totais em capital-risco de 5 a 10 mil milhões de dólares. Se estes números parecem *a priori* marginais na indústria americana (só os activos de IBM ultrapassavam os 30 mil milhões de dólares em 1983), lembremos que o capital-risco se investe em geral nas empresas de muito alto valor acrescentado, e que o stock acumulado de investimentos — **de valor histórico** — é um critério absolutamente insuficiente para avaliar o valor económico efectivo destas imobilizações.

É por esta razão que, a pedido do Senado americano, o General Accounting Office (GAO) do Congresso tentou medir o impacto macroeconómico destes investimentos. Referindo-se a uma amostra de 72 empresas criadas nos anos 70 com o apoio de capitalistas-risco, o GAO calculou que investimentos em capital-risco de um montante de

- 42 mil milhões de dólares de exportações
- 21 mil milhões de dólares de impostos.

Embora imaginários estes números dão uma indicação das implicações macro-económicas consideráveis da existência e do funcionamento do mercado de capital-risco. Os impactos económicos destes investimentos são, no entanto, muito mais importantes para certos sectores dado que estes dizem por definição respeito às indústrias e aos serviços de alta tecnologia.

Que se passa nos outros países

Para reforçar a capacidade inovadora das suas economias, outros países membros estão a conceber e a aplicar medidas destinadas a desenvolver o seu mercado nacional de capital-risco: vantagens fiscais consideráveis aos investimentos nas empresas em criação, aumento do capital dos fundos e organismos semi-públicos que actuam como capitalistas-riscos (British Technology Group no Reino Unido, Sofinnova em França, por exemplo); maleabilidade na regulamentação nos mercados bolséis em cotação (criação de Unlisted Securities Market, no Reino Unido, do mercado sem cotação em França, nova regulamentação do Over-the-counter Market de Tóquio); garantia de investimentos e empréstimos bancários nas empresas em criação (pelo Center for the Development of New Technology En-

A oferta

O mercado de capital-risco não é um mercado isolado dos outros mercados financeiros: por um lado é essencialmente alimentado por instituições financeiras tradicionais, e por outro pressupõe a existência de mercados comerciais dinâmicos que permitam a difusão (exit) dos capitalistas-risco e a re-injecção dos seus fundos em novos investimentos. Os projectos de apoio aos mercados nacionais de capital-risco devem pois ser concebidos em relação ao desenvolvimento-adaptação paralelo destes outros mercados financeiros, que por sua vez pressupõem uma legislação e uma fiscalização apropriadas, assim como um meio financeiro dinâmico.

A capacidade de avaliar o potencial de uma empresa e de contribuir para a sua gestão é tão importante num capitalista-risco como os capitais que ele oferece e os riscos que aceita tomar na esperança de lucros. A formação, a nível nacional, deste stock de competências é provavelmente um processo mais longo e mais crítico do que a reorientação de uma parte dos capitais nacionais para este tipo de investimentos.

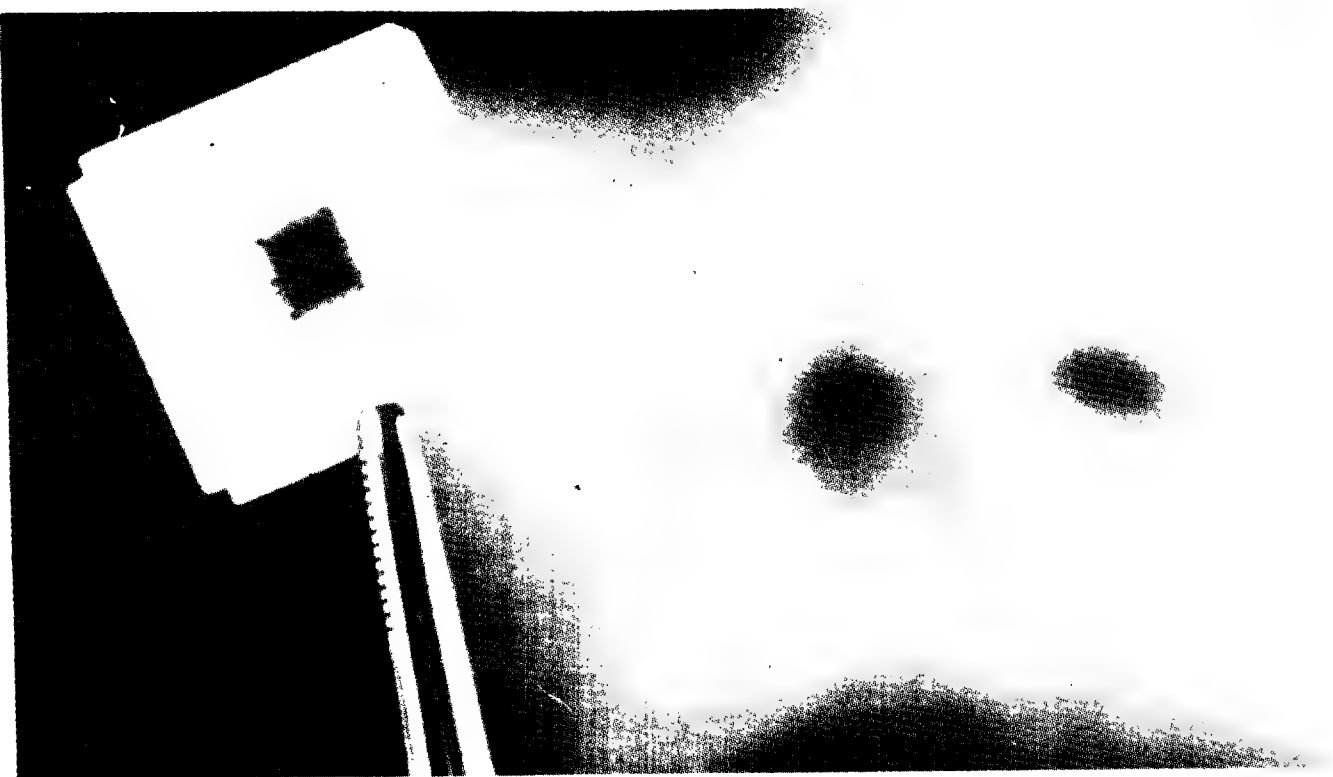
O capitalismo-risco de Estado — a criação de sociedades de capital-risco no sector público — é uma **demarcação** europeia original mas ambígua e difícil. Devido ao seu financiamento, estas sociedades não beneficiam do empenhamento «perante todos os riscos» dos seus gestores que, de resto, não são na sua maioria homens de negócios. Estas sociedades também sofrem a ingerência de critérios não micro-económicos na sua gestão, visto os poderes públicos se sentirem tentados a utilizá-los como instrumentos de política de inovação, de política regional, de política social, etc. É preciso pois olhar a que elas não se tornem canais de financiamento público vulgares, o que, de resto, poderia ter um efeito negativo e perverso nas criações de empresas que não correspondessem aos critérios do apoio público.

A procura

O desenvolvimento do mercado de capital-risco pressupõe, de início, um dinamismo empresarial à escala nacional — um número suficiente de empresários desejosos de criar empresas à volta de novos produtos.

Este dinamismo é antes de mais um fenómeno sociocultural, mas as modalidades de funcionamento dos mercados nacionais de trabalho são igualmente importantes para incitar ou não quadros e engenheiros que tivessem trabalhado em grandes empresas a instalar por sua conta.

Um tal dinamismo empresarial não é bastante para que se desenvolva uma procura nacional de capital-risco. Também é necessário que esses criadores de empresas estejam dispostos e inclinados a recorrer a um co-financiamento participante e a competências extremas em gestão. O desenvolvimento deste tipo de procura também é um caso de «cultura», mas é possível avançar que também contribuem para isso êxitos confirmados do capitalismo-risco.



...Mas há excepções que confirmam a regra: Norskdata na Noruega e Nixdorf na Alemanha

-se, na economia americana, sobretudo durante os anos oitenta, sob o impacto de dois fenómenos.

● O desenvolvimento de toda uma série de novas tecnologias de base (electrónica, informática, novos materiais, biotecnologia, etc.) criou oportunidades inéditas de inovação.

● A crise económica tornou os grupos industriais mais selectivos em matéria de R-D e certos projectos foram suspensos ou abandonados. Por ricochete isto incitou investigadores e engenheiros a valorizar, individualmente ou em equipa, os seus trabalhos, fora da empresa-mãe.

O número de projectos de negócios submetidos aos capitalistas-risco seria aproximada-

criado em 1976 por um engenheiro de origem coreana que acabava de sair da universidade de Utah e que não conseguiu obter apoio de nenhum capitalista-risco. Financiada pela hipoteca do seu próprio carro e dos seus móveis, Tele Vídeo tornou-se hoje, ao lado da IBM, o co-leader mundial dos ecrãs vídeo.

Qual é a importância do capital-risco?

O impressionante crescimento do mercado americano de

209 milhões de dólares, criaram:

- um volume de negócios de 6 mil milhões de dólares.
- 130 000 postos de trabalho
- 900 milhões de dólares de exportações
- 450 milhões de dólares de impostos.

Se, a título de exercício, se aplicassem os mesmos coeficientes ao **stock acumulado dos investimentos** em capital-risco no ano de 1983 (hipótese: 10 mil milhões de dólares) chegar-se-ia a:

- um volume de negócios acumulado de 285 mil milhões de dólares.

terprises do MITI no Japão, pelo ministério da indústria e da investigação em França, pelo Lastenausgleichsbank e pelo ministério da investigação e da tecnologia, na Alemanha). Também se nota uma tendência recente para a internacionalização do capitalismo-risco: sociedades de capital-risco americanas vão exercer a sua actividade nos mercados de capital-risco dos outros países da OCDE e vice-versa.

Ainda experimentais, mais ou menos avançadas e com êxito em vários países, as medidas tomadas pelos outros países da OCDE inspiram — tendo como pano de fundo a experiência americana — cinco observações principais.

D

E

S

A

BIO TEC NOLOGIA



A biotecnologia representa, provavelmente, segundo a maioria dos especialistas, a última revolução tecnológica do século XX e suscita, dadas as suas incidências em matéria de saúde, de alimentação, de ambiente e de energia, vastas mudanças económicas e sociais. Ao mesmo tempo, a biotecnologia é uma das mais antigas actividades manufactureiras. O homem aprendeu, muito cedo, a fazer pão, vinho, cerveja e queijo, sem no entanto compreender o processo da fermentação ou o facto de a levedura, utilizada desde há milhares de anos, ser um organismo vivo. O surto actual desta tecnologia deriva de descobertas científicas que permitem compreender melhor e controlar, não apenas a fermentação, mas igualmente muitos outros fenómenos da vida microbiana, vegetal e animal. O saber da genética, que utiliza o ADN recombinante e outros métodos, é um utensílio novo e poderoso graças ao qual se pode — não às apalpadelas como dantes, mas de modo planificado e científico — modificar os organismos vivos para fins industriais, agrícolas e médicos. Do ponto de vista económico, o que está em jogo também é considerável.

Não se pode negar que as indústrias que trabalham com organismos vivos levantam problemas específicos e lançam desafios diferentes dos das outras. Problemas e desafios a que têm de fazer face todos os países que têm a capacidade ou a possibilidade de empreender actividades no domínio da biotecnologia.

Segurança e regulamentação

A segurança está no centro das preocupações sentidas, a propósito da biotecnologia, quer pela opinião pública quer pelos governos, como demonstram os títulos da Imprensa internacional. Desde 1973, certos sábios lançaram alertas contra os perigos potenciais da biotecnologia, nomeadamente daquele dos seus ramos que é mais íntimo da genética. Dois anos mais tarde, aquando de uma conferência internacional em Asilomar (Califórnia), os cientistas chegaram, eles próprios, a um consenso sobre medidas de segurança a respeitar nas experiências de laboratório com organismos recombinantes. As directrizes precisas então fixadas para conduzir a investigação tornaram-se, desde aí, mais maleáveis, porque o progresso dos

conhecimentos demonstrou que os perigos tinham sido consideravelmente sobrestimados. Isto não quer dizer que os temores iniciais, expressos pelos próprios investigadores, tenham sido totalmente apaziguados. Por outro lado, a compreensão do público não evoluiu, evidentemente, ao ritmo da dos investigadores.

Continuam as rejeições

Três factos recentes mostram que esta tecnologia continua a suscitar vivas preocupações. Em Setembro de 1983, o tribunal do distrito de Columbia, nos EUA, opôs-se à decisão dos Institutos Internacionais de Saúde de libertar, no ambiente, um organismo com ADN recombinante que permite proteger os vegetais contra os estragos provocados pelo gelo. Mais recentemente, foi tentada, igualmente, nos EUA, uma acção de justiça contra experiências que visavam injectar em apimais, com o objectivo de produzir carne mais barata, um gene humano que acelera o trabalho da hormona do crescimento. Em outros países, igualmente, fez-se ouvir a oposição contra este tipo de proces-

sos.

As preocupações actuais já não são provocadas pelas investigações em laboratório, que, ao cabo de dez anos, são geralmente consideradas como tendo lugar em condições de segurança satisfatórias. Elas nascem da utilização de organismos modificados pela indústria ou no ambiente, e também das questões éticas levantadas pelo novo saber genético. A medida que os organismos recombinantes saem dos laboratórios para entrarem em fábricas com vista à sua produção em grande escala, o seu confinamento torna-se um problema de primeira importância. As medidas de segurança que convém tomar, nas indústrias em que os volumes em questão atingem as centenas de milhões de litros, não podem ser extrapoladas a partir das condições laboratoriais, onde as culturas experimentais não ultrapassam, geralmente, um volume de 20 litros. Um acontecimento raro em laboratório toma-se, nessa nova escala, mais provável. O problema consiste em assegurar um confinamento apropriado às diferentes operações do processo de produção, sobretudo quando elas implicam a utilização de toxinas ou de organismos patogénicos perigosos. Por tudo isto, a indústria começa a ter de optar por estritas medidas de segurança nas novas unidades de produção que fazem apelo aos conhecimentos da genética — medidas que, de momento, ultrapassam mesmo largamente o que seria necessário.

A confiança dos industriais

De facto, a indústria confia na segurança da biotecnologia, e isto por diversas razões. Por um lado, as amostras industriais oferecem a vantagem, em relação às utilizadas em laboratório, de serem bem caracterizadas antes de entrarem em produção: por outro lado, elas são, em geral, enfraquecidas. A indústria pode ainda fazer valer, a seu favor, uma longa experiência e um balanço positivo em matéria de segurança, no que toca à utilização de organismos vivos — inofensivos ou patogénicos — para a produção de géneros alimentícios, antibióticos e vacinas. No entanto, duas questões persistem. Quais as recomendações apropriadas, em matéria de segurança? E quais os níveis de

confinamento a fazer respeitar para os diversos organismos? Códigos práticos e claros têm de ser adoptados, em acordo com os governos nacionais.

As aplicações no domínio da agricultura e do ambiente suscitam preocupações de natureza diferente porque, contrariamente ao que se passa na indústria onde se utilizam produtos «enfraquecidos», os organismos são, aqui, deliberadamente modificados para poderem sobreviver e para desempenharem a função requerida. Além disso, eles não estão, evidentemente, confinados a um espaço e a condições de segurança especiais. A avaliação dos riscos deve, consequentemente, ser feita com cuidado particular. A dificuldade advém do facto de a interacção entre organismos vivos e sistema ecológico ser muito complexa, dispondo nós de muito poucas informações

sobre as relações que se estabelecem. A regulamentação, neste domínio, tem necessariamente um alcance internacional: nem os microrganismos nem os conhecimentos científicos respeitam fronteiras, e normas diferentes em matéria de segurança poderiam criar sérios obstáculos às trocas...

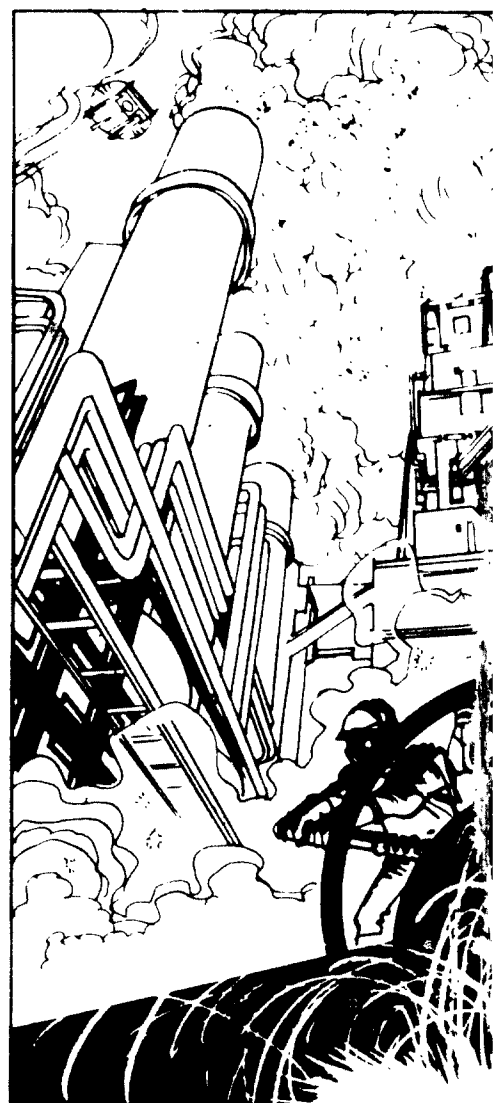
Grupo ad-hoc apoia poderes

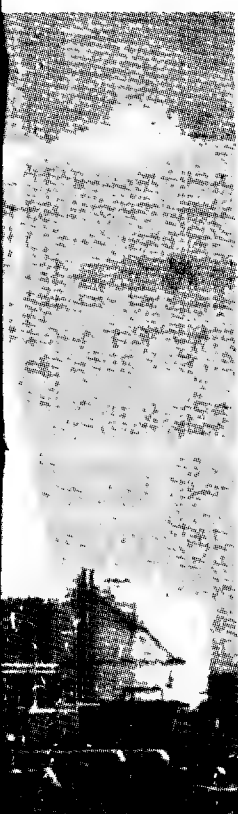
Foi para responder a estas questões que os países da OCDE criaram um grupo especial ad-hoc de especialistas que trabalham junto dos poderes públicos nacionais. Este grupo segue de perto as questões relativas à segurança e examina os problemas da regulamentação, sobretudo visando uma possível harmonização internacional. O mandato deste grupo exerce-se sobre os «organismos», o que engloba, para além dos microrganismos (vegetais e animais), a

aplicação das técnicas da genética aos organismos superiores — que está, actualmente, em rápido desenvolvimento.

Primeira tarefa do grupo: examinar as diferentes medidas nacionais de segurança adoptadas para o emprego de organismos geneticamente modificados na indústria, na agricultura e no meio ambiente. As diferenças entre países tornam este exame particularmente oportuno e necessário. Com efeito, certos governos estão já a rever a sua legislação nestas matérias, enquanto outros ainda nem sequer avaliaram as suas necessidades a tal respeito.

Em segundo lugar, o grupo deve definir os critérios científicos que poderiam servir de base às directrizes sobre regulamentação. Um estudo sobre a segurança dos organismos geneticamente modificados, conduz inevitavelmente a desbravar caminhos ainda parcialmente





sconhecidos. Há todas as ra-
es para se pensar que a utili-
ção de organismos deste tipo
o acarretará riscos diferentes
os que apresentam os organis-
os clássicos, mas é importante
ançar com prudência se pre-
ndemos tomar em considera-
to todos os perigos potenciais.
Em consequência disto, a
entificação e a análise das
omponentes do risco consti-
em um **a priori** indispensável
definição de critérios. Um en-
que comum na avaliação dos
scos permitiria aos governos
guir de perto, sem a travar, a
pida evolução das aplicações
a biotecnologia na indústria e
o meio ambiente.

Mais de metade dos 24 países
embros da OCDE já optaram,
m diversos graus, pelas aplica-
ões industriais da biotecnolo-
a que utilizam organismos ge-
eticamente modificados. Uma
ena deles conforma-se com
directrizes emanadas dos

Institutos Nacionais de Saúde
dos EUA, que incluem um me-
canismo de notificação volun-
tária por parte da indústria.
Dever-se-á considerar sufi-
ciente este mecanismo? Se esta
questão se continua a pôr, é por
outro lado claro, hoje, que os
poderes públicos têm de conti-
nuar a desempenhar um papel
activo, de incitação em matéria
de disposições de segurança,
assegurando-se ao mesmo
tempo de que tais disposições
são suficientemente maleáveis
para poderem adaptar-se à rá-
pida evolução verificada neste
domínio.

A protecção por patente

As patentes podem ser consi-
deradas um instrumento da po-
lítica da inovação, sobretudo
peles governos que preferem as
medidas indirectas às medidas
directas. As patentes são, efec-
tivamente, um factor de encora-
jamento da inovação, na medida
em que oferecem, aos invento-
res, a possibilidade de serem
financeiramente recompensa-
dos. Isto é válido para todas as
invenções, mas mais ain la no
domínio da biotecnologia, por-
que as empresas químicas e
farmacêuticas, que efectua-
tualmente uma grande parte da
I-D (investigação e desenvol-
vimento) no sector, apoiam-se
tradicionalmente em patentes e
têm, portanto, uma grande ex-
periência na matéria.

Mas há razões mais funda-
mentais que explicam porque
são as patentes tão decisivas
para o futuro da biotecnologia.
Duas diferenças essenciais dis-
tinguem as invenções e n mi-
crobologia de todas as tras:
em primeiro lugar, a tr, téria-
prima da maioria dos pro cessos
biotecnológicos — o microorga-
nismo — é matéria viva, e, em
condições apropriadas,
reproduz-se. Em segundo lugar,
um micro-organismo não pode
ser facilmente descrito por pa-
lavras ou por uma fórmula.
como, por exemplo, um com-

posto químico. Dado que a le-
gislação impõe que uma inven-
ção protegida por um pedido de
patente seja divulgada ao pú-
blico, e que essa divulgação visa
permitir que o especialista do
sector possa reproduzir a inven-
ção, a biotecnologia coloca
novos problemas jurídicos e
científicos e repõe em questão
princípios e usos tradicionais
dessa legislação, princípios e
usos que se baseiam amiúde na
ciência e na tecnologia do sé-
culo XIX.

Entregar o próprio microorganismo

Numerosos países encontram
uma solução jurídica inovadora
que representa uma primeira
etapa em direcção à solução do
problema «patentes para maté-
rias vivas». Em vez de se en-
regar ao previsto de patentes uma
descrição da invenção,
entrega-se o próprio microorga-
nismo numa instituição apro-
priada, dependente do registo.

E como uma patente te de ser
reconhecida no mundo inteiro,
um acordo foi já assinado, em
1977, sobre esta matéria, por 15
países: é o «Tratado de Buda-
peste sobre o reconhecimento
internacional do depósito de
microorganismos com vista aos
procedimentos respeitantes e
patentes».

Há, no entanto, diferenças
que subsistem entre países a
propósito da obrigação de de-
pósito: por exemplo quanto ao
momento em que o microorga-
nismo deve ser entregue, e
quanto às pessoas que podem ter
acesso ao seu depósito. As leis e
a regulamentação que regem a
divulgação dos microorganismos,
e sobretudo o momento e
as condições dessa divulgação,
variam fortemente de país para
país, o que já deu origem a im-
portantes debates. Deve o mi-
croorganismo ser posto à disposi-
ção do público em simultâneo
com a primeira publicação obri-
gatória do pedido de patente,
como em certos países, ou ape-
nas quando a patente foi conce-
dida, como em certos outros?

A indústria da biotecnolo-
gia está inquieta, em certos
países, por causa das condi-
ções de depósito e de divulga-
ção das invenções. Ela teme
que um concorrente possa ob-
ter o microorganismo, e repro-
duzi-lo, antes que a patente ten-
ha sido concedida. Este tipo
de temores terão de ser apazi-
guados por ajustamentos da
legislação.

«Inventar» e «descobrir»

Os pedidos de patente para
microorganismos existentes na
Natureza levantam outros
problemas. A lei estipula que
apenas a uma «invenção» se
pode atribuir uma patente, e
não a uma «descoberta». Por
isso, poucos países aceitam
sem restrições os pedidos rela-
tivos a microorganismos «natu-
rais». Ora, vários microorganismos
que foram, por assim di-
zer, «encontrados» na Nature-
za, mostraram ser muito úteis
para a indústria. Convém, a
este respeito, anotar que o
processo de «descoberta»
pode não ser rápido nem fácil,
exigindo, pelo contrário, anos
de trabalho eventualmente

muito caro, em I-D. Isolamen-
to, purificação, ensaios de to-
xicidade, etc. Estes trabalhos
são, do ponto de vista cientifi-
co e técnico, tão qualificados
como os que dão origem a mi-
croorganismos geneticamente
modificados, quer dizer, «in-
ventados». Não justificariam
eles, igualmente, uma protec-
ção através de patente?

Um terceiro problema res-
peita à protecção das varieda-
des vegetais. Na maioria dos
países, as novas variedades
produzidas por especialistas
da selecção vegetal estão pro-
tegidas por legislação espe-
cial. No passado, as novas va-
riedades eram obtidas na se-
quência de um processo fre-
quentemente longo e comple-
xo de tentativas, que dificil-
mente se prestaria a uma des-
crição científica escrita e a
uma repetição. Por isso, não
tinh im patente. Ora, as novas
técnicas do saber genético e os
pro gressos da fitogenética
abriram caminho à reprodu-
ção dos êxitos em matéria de
selecção vegetal. Não se deve-
ria, então, conceder patentes
às variedades agora possíveis
de obter?

Publicar ou morrer

Outro problema, finalmen-
te, é colocado pelo facto de
numerosos inventores do do-
mínio da biotecnologia serem
investigadores universitários,
que têm uma tradição de livre
comunicação dos seus resulta-
dos. Mais: para alguns deles,
trata-se de «publicar ou mor-
rer». Porém, se eles publicam,
a informação entra no domí-
nio público e ninguém pode
pedir uma patente para ela. A
escolha, para os universitá-
rios, passa, assim, a ser entre
«publicar ou obter uma paten-
te». A não ser que exista um
«prazo de favor» que permita
ao inventor publicar primeiro,
e obter depois uma patente
dentro de certo prazo, sem
perda dos direitos de proprie-
dade industrial.

Alguns países criaram esse
«prazo de favor», o que parece
dar-lhes vantagens sobre os
restantes.

Efeitos económicos a longo prazo

Quais serão as incidências
prováveis da «revolução bio-
tecnológica» sobre a econo-
mia e a sociedade? Esta ques-
tão foi uma das primeiras a
tornar-se objecto de debate
público, e deu lugar às mais vi-
vas controvérsias. Para al-
guns, a biotecnologia come-
çou por representar um sim-
ples instrumento técnico, mais
um, para as indústrias química
e farmacêutica, no quadro da
procura permanente e mais
que centenária de novos pro-
cessos e de novos mercados.
Para outros, ela representou
desde o princípio o anúncio da
maior revolução socioeconó-
mica da humanidade, depois
da invenção da agricultura.

Desde há algum tempo, esta
polémica acalmou, e parece
agora que as dúvidas sobre as
perspectivas desta tecnologia
estão, em grande parte, dissipa-
das. Outras questões nasce-

ram: quanto tempo será ne-
cessário para que a «revolução
biotecnológica» — a expres-
são já é maioritariamente acei-
te — tenha incidências econó-
micas importantes? Dez, vin-
te, cinquenta anos? Quais os
sectores onde os seus efeitos
se farão sentir em primeiro lu-
gar e mais intensamente? Saú-
de pública? Indústria farma-
cêutica? Alimentação? Agri-
cultura? A verdade é que al-
guns avanços em biotecnolo-
gia se fizeram muito mais rapi-
damente do que previsto pelos
próprios especialistas. A pe-
netração na indústria, por
exemplo. Centenas de empre-
sas, pequenas ou grandes, uti-
lizam ou produzem hoje molé-
culas biológicas ou microorga-
nismos, representando um
movimento anual de muitos
milhares de milhões de dóla-
res. E isto sem contar com as
indústrias tradicionais que fa-
bricam alimentos e bebidas
fermentadas...

Para podermos avaliar as in-
cidências económicas a longo
prazo, precisaríamos de factos
e de números de que ainda não
dispomos. Ora, a indústria in-
ternacional da biotecnologia
deve estar, brevemente, em
condições de participar nessa
avaliação, visto que nume-
rosos produtos e processos bio-
tecnológicos atingiram o está-
gio da produção industrial.

O carácter internacional da
biotecnologia é muito marca-
do, desde os primeiros anos:
muitas relações, em matéria
de I-D, de produção industrial
e outras, se estabeleceram
sem terem as fronteiras em li-
nha de conta. Por isso mesmo,
os efeitos económicos da bio-
tecnologia deverão ser seme-
lhantes em diversos países. In-
dispensável será, neste domí-
nio, apurar quais serão os efei-
tos em matéria de economia
de capital e de energia, quais
as incidências sobre o empre-
go, se as houver, e quais as

consequências nas trocas in-
ternacionais de produtos agri-
colas e em outros produtos de
origem biotecnológica, e nas
estruturas industriais actual-
mente existentes.

Não perder o comboio

Uma das questões mais inti-
mamente ligadas às incidên-
cias económicas a longo prazo
da biotecnologia, é, hoje, a de
saber que importância atribuem
os diferentes países à in-
vestigação neste domínio. O
certo é que as políticas de
apoio à I-D em biotecnologia
suscitam um interesse cada
vez mais vivo, ao nível nacio-
nal como internacional. Esta
nova tecnologia é extrema-
mente competitiva, e as com-
parações internacionais entre
tais políticas são, hoje, parti-
cularmente preciosas para os
governos interessados.

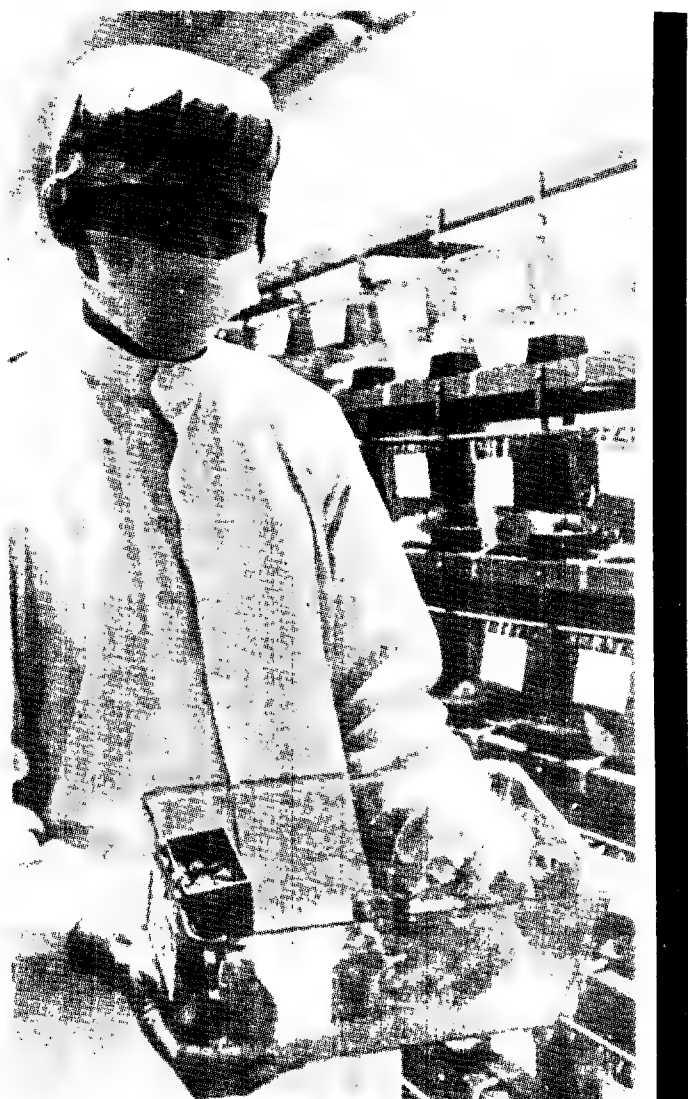
E falamos, não apenas das
políticas de apoio às zonas em
que a indústria está já mais di-
rectamente interessada, mas
também às outras, ditas «or-
fãs», da biotecnologia — e que
por isso mesmo requerem uma
maior ajuda por parte dos po-
deres públicos.

De facto, uma enorme
preocupação, para a maioria
dos países, é hoje, ao nível da
formação em geral e do ensino
superior em particular, a de
acabar com a penúria de espe-
cialistas em biotecnologia.
Esta luta contra a penúria de
especialistas passa pelo refor-
ço da cooperação entre indús-
tria e universidade, sem dúvi-
da, mas, noutros casos, passa
também pela possibilidade de
proteger a independência e o
carácter público da investiga-
ção fundamental contra os
mais poderosos interesses co-
merciais.

Adaptado do Observateur
de l'OCDE de Novembro de 1984



Ao alto: uma fábrica da ICI, em Inglaterra, que fabrica os produtos de
alimentação para gado «Pruteen». À esquerda: como a banda dese-
nhada via a evolução da indústria e da agricultura, em 1973 (Valérien,
de Mézières e Christin). À direita: produção de **interferon** pelo departa-
mento de genética do Instituto Fujisaki, no Japão.



Que são várias as esquerdas, todos os dias temos como evidente. Assim como também sabemos que as suas duas expressões dominantes, a de filiação marxista-leninista e a de motivação socialista democrática ou social-democrata, têm já experiências de Poder, a primeira família desde mesmo o princípio deste século, tendo inclusive sido redefinidas segundo as suas funções de governação e condução do Estado. Outras duas forças de esquerda, nunca responsabilizadas pela gestão pública, parecem adquirir maior importância no mundo contemporâneo quando o que se passa é a descrença generalizada nas práticas do Poder, mesmo quando ele é exercido à esquerda: casos do **libertarismo**, reformuladas que têm as tradições anarquistas, e do **liberalismo de esquerda**, em plena emergência na Europa e nos Estados Unidos. Procurei falar com duas pessoas provenientes dessas áreas com o móbil de lhes equacionar características e posições, formuladas por uma mesma postura de princípio não comprometida no que respeita à visão da nossa modernidade e às alternativas que constituem aos sistemas de pensamento hegemónicos na esquerda. João Carlos Espada, membro do Clube da Esquerda Liberal, e Miguel Serras Pereira, de «A Ideia» — «revista de cultura e pensamento anarquista», responderam a título pessoal às perguntas feitas. É o que segue.

RUI EDUARDO PAES

1 São vários os aspectos em que encontramos uma semelhança ou complementaridade de posições entre o libertarismo e o liberalismo de esquerda, e isso não acontece, mostra a evolução histórica destas duas ideias, por acaso. Tanto Miguel Serras Pereira como João Carlos Espada dizem a dado passo da nossa conversa que a «liberdade de» dos liberais e a «liberdade para» dos libertários são conjugáveis, e esse foi mais um aspecto premeditadamente buscado.

Um e outro passaram pelo mesmo processo de dissidência do marxismo-leninismo primeiro, e do marxismo depois. Serras Pereira algum tempo antes do 25 de Abril, Espada em 79. M.S.P.: «Já desde 73, 74, eu não me considero marxista. Nisso fui muito influenciado por pessoas que tinham rompido com o marxismo depois de verificarem o que se passava com a experiência soviética, como era o caso dos franceses do 'Socialismo ou Barbárie', ou por testemunhos como os de Victor Serge e também por pensadores como Daniel Guérin, um marxista libertário. Isto no plano teórico, pois que a ruptura vem igualmente de observar que a União Soviética, a República Popular da China e outros Estados, longe de serem desvios do marxismo-leninismo são as suas aplicações consequentes.» J.C.P.: «Rompi com o marxismo já tarde: a minha visão ideológica totalista e totalizante impedia-me de aperceber a arbitrariedade e a injustiça que se viviam nos países de Leste e para essa ruptura influenciou-me o trabalho do Fetjô, no campo da história, e filosoficamente o Karl Popper, que me ajudou muito na refutação do historicismo marxista, e depois toda a evolução da esquerda francesa.» Mas é também de ambos a mesma ressalva em relação à obra teórica de Marx — M.S.P.: «Repugna-me acusar Marx de totalitário. Os positivistas, p. ex., tinham exactamente a mesma visão da História: o Bakunine pensava o

mesmo sobre o fim da História e o Adam Smith também, assim como os fisiocratas. Era uma ideia do tempo.»

Após a dissidência ideológica a procura de outras formulações J.C.P.: «A minha postura liberal de esquerda resulta de um percurso em que progressivamente se vai destruindo todo um conjunto de mitologias ligadas ao Estado, ao Estado operário, a colectivação dos meios de produção como chave para a resolução das desigualdades e das injustiças nas sociedades ocidentais. Em dada altura surge a questão — então o que é o socialismo para além daquele que existe? Eu acho que os socialistas democráticos e os socialistas-democratas têm uma certa dificuldade em explicar isso. Com que princípios do velho socialismo é que eles ficam e quais os que rejeitam? Ora, o que distingue os liberais de esquerda da tradição socialista está numa oposição, a nível filosófico, entre uma visão inter-individualista da sociedade, próxima de algumas tradições libertárias, contra uma visão holística, organicista, totalista, que vê a sociedade como um conjunto de estruturas supra-individuais e tem uma concepção do «bem comum» que se expressa no poder, no Estado, tornado este em imagem do bem público. A perspectiva liberal nega a existência de um bem comum como um do adquirido que possa ser representado por uma classe, um governo ou um Estado e nega que o Estado possa ser uma esfera por cima das outras esferas, que não seria atravessado por conflitos ou por interesses individuais.» M.S.P.: «Eu não sou anarquista quando se entende por isso a fidelidade a uma doutrina histórica. Penso que os teóricos do anarquismo histórico, como Bakunine, Kropotkin ou Malatesta, estão francamente ultrapassados, assim como o anarco-sindicalismo. Mas de facto houve sempre uma inspiração destes teóricos que me levou a desconfiar das formas de organização de partido centralizado. O que aconteceu

A equação liberal-libertária

com a primeira internacional, com a dissidência de Bakunine e a acusação que este fez a Marx de autoritarismo, foi profético; dizer que o Estado socialista, o Estado operário ia acabar por ser aquilo que de facto é a União Soviética foi profético. O que eu tento fazer é uma ponte entre a tradição anarquista e uma tradição radical e democrática radical.»

2 Afirma J.C.P.: «O primado da Liberdade é para mim o primado da Lei: a luta pela justiça é uma tensão permanente em que a sociedade está. A condição para um avanço no caminho para a Justiça é a Liberdade e não o contrário: é a Liberdade que supõe a possibilidade dos cidadãos poderem repensar permanentemente aquilo que pensam como Justiça e poderem conflitualmente avançar, ou recuar.» Na mesma sintonia M.S.P. diz que «o ser humano pode ter com a Lei uma relação que não seja de sacralização», de modo que «se por Estado se entende a existência de Lei, evidentemente que o Estado não pode desaparecer», ao contrário do que desejava o anarquismo histórico. J.C.P. vem lembrar que a defesa de um Estado de Direito é um dos princípios básicos do liberalismo, concebendo «a existência da Lei como expressão, como caminho que a sociedade vai percorrer», mas acrescenta: «Desde a Segunda Guerra apareceu um grande perigo do século XX: a centralização excessiva dos poderes nas mãos do Estado, o que não vai implicar só no despotismo, pois cria-se um mecanismo estatal com autoridade sobre várias esferas, desfazendo-lhes assim a pluralidade e a diferença das normas por que se regem. É necessário que se delimitem as esferas de acção em que o governo não pode interferir, preservando-se a sua autonomia e conflitualidade. O facto de haver liberdade de conflito é uma oportunidade para os cidadãos virem a obter aquilo que pretendem. Isto não tem nada a ver com um liberalismo conservador hoje muito em voga que contrapõe ao Es-

tado a defesa exclusiva de automatismos mercantis, note-se.» M.S.P., por sua vez, acha que para enfraquecer este Estado centralizado, erigido «como poder que escapa ao controlo dos cidadãos» serviria a autogestão: «Penso que o terreno da autogestão é um terreno experimental que se devia abrir, e que em Portugal se tem aberto muito pouco. A esquerda passa a vida a defender ou mais nacionalizações ou a conservação das que já existem, e no entanto desde o 25 de Abril não se faz, tanto na agricultura como em outros campos, nenhuma experiência de gestão alternativa: na Reforma Agrária, em que houve de facto uma transferência de propriedade imensa mesmo as cooperativas são quintas do Estado.» J.C.P. aceita igualmente a ideia de autogestão: «Inclusive há um texto de 79 ou 80 da «Commentaire», revista liberal de centro-direita dirigida então pelo Raymond Aron, em que eles defendem que a autogestão pode ser, no plano da economia, a extensão dos princípios liberais. Mas também é preciso ver o que se pretende com a autogestão: se for a extensão do princípio de autonomia do indivíduo e dos grupos e da sua capacidade de autodeterminação, eu acho um princípio muito salutar e que tende a alargar a esfera da liberdade. Quando a ideia é alargar a participação e o controlo, preferencialmente o controlo, dos trabalhadores sobre a empresa, as contas, os rumos que se dão ao investimento, a distribuição dos lucros, etc., estou inteiramente de acordo. Com uma ressalva: não imagino a autogestão como modelo de sociedade futuro ou mesmo como gestão futura das empresas enquanto forma de harmonia em que todos decidem sobre todos e cada um.» M.S.P. junta ainda: «A autogestão tem implícita uma crítica ao modelo de representação parlamentar, ou pelo menos a esse modelo como exclusivo. Não basta eleger os representantes, é preciso aprofundar os critérios de representação — isto vai mais além do que a autogestão das empresas, é preciso pôr ao alcance do cidadão comum a possibilidade de colaborar na elaboração das leis

que lhe dizem respeito e aprofundar a democracia.»

3 J.C.P.: «Aquilo que me afasta do libertarismo individualista, que o colectivista eu refuto, é essencialmente o problema da utopia. A experiência das utopias é preocupante, nomeadamente as utopias operárias levam-nos a perceber que não se pode criticar uma sociedade em função de uma sociedade ideal, imaginária. Há uma ambiguidade na utopia: ela por si só não é perniciosa, não é uma fonte de despotismo, de desastre, antes pelo contrário é uma fonte de mudança nas sociedades, servindo para combater o «status quo» e obrigar as pessoas a confrontarem-se com ideias novas, dando-lhes argumentos para a denúncia. Mas o problema é este: quando se passa à intervenção para corrigir os problemas, a utopia parece-me ter geralmente um papel muito negativo, formando mitos a partir das coisas: é o caso do mito da sociedade igualitária e transparente, que fazia parte de um certo marxismo radical original e que foi sabiamente aproveitado pelo leninismo. Por isso a minha postura liberal de esquerda é não utópica quando se entende por utopia um modelo acabado de uma sociedade outra que vai substituir esta, não obstante ter ideais, valores para onde convém caminhar.»

Não esperava J.C.P. que M.S.P. tivesse uma posição semelhante à sua: «Eu não defendo a utopia no sentido de modelo ideal ou acabado de sociedade, agora utopia como tensão penso evidentemente que nada aconteceria se não houvesse uma certa transcendência, se não houvessem valores que fossem para além do dado. Enfim, tudo depende do que se entende como utopia, pois há de facto uma utopia que é totalitária, a utopia corre sempre o risco de querer fechar a História, já desde Platão.»

Afirma de seguida J.C.P.: «O que está a acontecer na França, nos Estados Unidos, e se revela numa produção intelectual com bastante interes-

se, não necessariamente conservadora, é uma reacção das pessoas àquilo que eu chamaria de hegemonia das ideologias globais e colectivistas ou altruístas, reacção essa contra a hipocrisia da esquerda tradicional, que durante muito tempo se cristalizou em torno de uma ideologia que obriga as pessoas a sujeitarem os seus projectos individuais, a sua realização individual, a pretensos interesses colectivos. As pessoas sentem a necessidade, no dia-a-dia, de fazer coisas, de contribuir para a mudança, o que não tem nada a ver com o governo, com o Estado. Há uma crise nas paixões políticas tradicionais: as pessoas estão fartas de se reduzir a questão do futuro da sua vida, do seu bem-estar, a complicadas discussões entre prerrogativas sindicais e corporativas. Porque há uma revolução tecnológica, porque há um esgotamento dos modelos tradicionais de crescimento económico, porque estamos num momento de grandes mutações, há uma emergência da necessidade de afirmação individual — a candidatura, nos Estados Unidos, de Garry Hart, parece-me corresponder em traços gerais a esta explosão individualista, à esquerda, com valores que não têm nada a ver com as velhas paixões políticas.» M.S.P. vem lembrar que há uma tradição libertária individualista muito forte, e adianta: «Mas evidentemente que não se pode contrapor o indivíduo à sociedade — esse é um dos erros mais grosseiros da esquerda tradicional, dizer que «nós somos pela sociedade logo somos socialistas, os outros são pelo indivíduo logo são individualistas». Marx disse, principalmente nos escritos de juventude, que o fim da exploração dos operários é a condição para os tornar completos seres humanos, e os socialistas antes dele, que foram beber aos teóricos liberais mais radicais, queriam o fim da opressão para os indivíduos se libertarem.» Como já J.C.P. havia dito, «a esquerda no início era liberal e individualista», isto é, libertária.

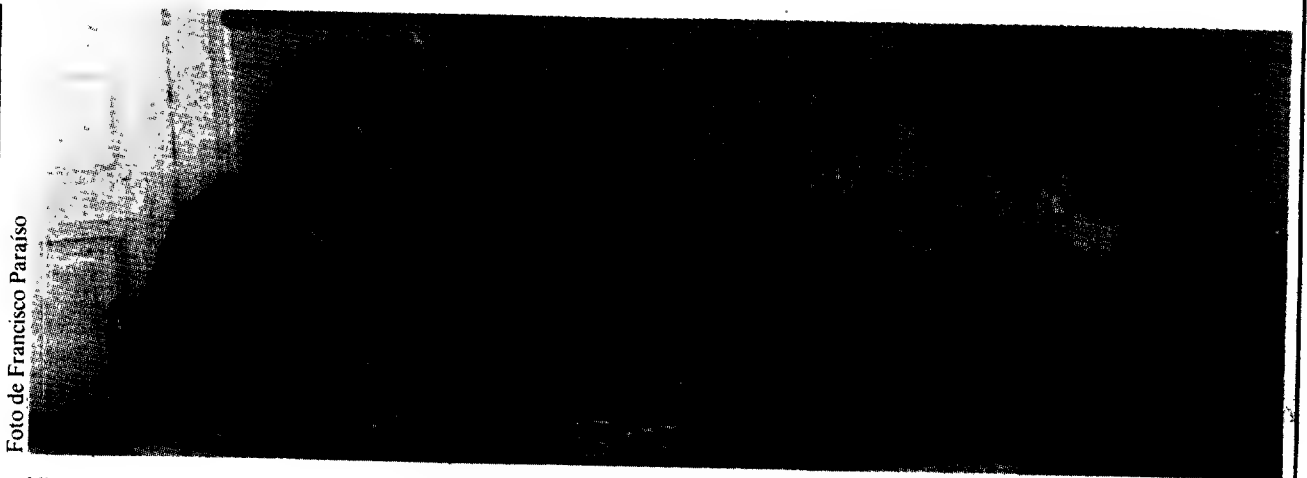


Foto de Francisco Paraíso

Miguel Serras Pereira, João Carlos Espada e o redactor do Sete Ponto Sete

L I M B O S



Xunga

São pouco vistos nas ruas pelo simples facto de serem poucos, e quando aparecem é em pequenos grupos particularmente ruidosos. Muitos pensarão que eles não existem em Portugal ou que, se já existiram, o punk é qualquer coisa já morta entre nós. Não é verdade. Ainda este mês, três dias antes do Natal, eles, os punks, reuniram-se numa manifestação plena de significado: um «Requiem por um dia de Natal», segundo constava nos «cartazes» (tirados a fotocópia) que espalharam pela Baixa lisboeta, logo tapados por colagens de instituições mais fortes. Foi um pequeno festival, um «meeting» quase clandestino numa sala obscura e com nome curioso e muito a propósito: «A Teia», ali na Junqueira. As bandas presentes tinham nomes sugestivos: Fúria Tribal, Napalm Climax, Grito Final e uns Youngsters que estavam lá certamente por engano, pois não tocavam nada de aproximado ao punk. A assistência um «naípe» de cristas ou cabelos ouriçados com sebo, blusões pregados, jeans rasgadas, cervejas e escarros. Móbil da ocasião: acusar a hipocrisia presente na actual quadra festiva em que uns engolem o bacalhau e as filhoses lamentando entre garfadas ou trincadelas a miséria dos que têm salários em atraso ou já nem sequer têm emprego. Sim, os miúdos têm um aspecto asqueroso, um comportamento agressivo, mas para aqueles em que isso não funciona como moda de ocasião existe premeditação assumida. Em capa de um disco do guitarrista e cantor punk Richard Hell de há uns anos atrás, o músico aparecia com um blusão aberto mostrando escritas no peito estas palavras: TU FIZESTE-ME. O movimento punk, cá em Portugal como em outros sítios, é acusativo, logo político. Entre nós é comum a postura anarquista niilista, que acabou por se fechar sobre si própria. Hoje estes grupos, estes punks, ficaram enredados na apologia da destruição de tudo, da afirmação pela negativa. Por isso um processo de dissidência em que estão por exemplo os integrantes dos Napalm Climax, que desejam igualmente a proposta, o enunciado positivo, o que os faz experimentar incursões musicais noutras áreas que não somente o punk. No novelo ainda os Fúria Tribal, com uma música pretendida no seu estado mais instantâneo, ou os Grito Final, com um som caracteristicamente segunda geração. Este minifestival terá sido o segundo ou terceiro do género, e em todos os casos acontecidos por auto-organização, não querendo nenhum deles a promoção. A excepção foram os Crise Total, que tocaram no Rock Rendez-Vous e deram uma entrevista à «Música e Som», afastando-se do meio. Aqui a marginalização é buscada, a sombra procurada: querem-se como um cancro inlocalizável, irrecuperável, algures numa pequena fibra do corpo da sociedade (não por acaso deram os punks ao seu fanzine, ainda com um único número divulgado, o nome de «Subversão»). Intervencionistas e provocadores, não admiram canções como «Sou o que sou», «Revolução» (Grito Final) ou «Virão os dias», «Antigovernamental» (Napalm Climax). O punk é uma música urbana, um movimento de juventude como o foram por exemplo os beatnicks, décadas feitas: um modo mais de como se manifesta a nossa decadência fim de século e de milénio, na vivência como na cultura. Vem aí o século XXI e o terceiro milénio, e lembrem-se: se há punks é porque a rapaziada não é feliz.

RUI EDUARDO PAES



NATAL FELIZ com GUERRA...
 NATAL FELIZ com POBREZA...
 NATAL FELIZ com RACISMO...
 NATAL FELIZ com FOME...

Fotos FRANCISCO PARAÍSO

FRANCIS BACON: PINTURAS RECENTES

FERNANDO GUERREIRO

«Tudo se esquece. O real é aquilo que não se consegue esquecer.»

Jão Bouquet, *La Connaissance du Soir*

COMO se pode, hoje, representar o nu (-moderno) — sobretudo depois da forma como ele foi na/ pela guerra experimentado e vivido? Ou melhor: de que modo é que o o-nu se pode representar e como é que — para lá da Representação — ele hoje em nós ainda se inscreve (de um modo, diríamos, autónomo e cursivo)?⁽¹⁾

O horror e a crueldade que nos vêm, por exemplo, de documentos, filmes e fotografias da última guerra (ou outros já antecipáveis — o holocausto nuclear — ou mais recentes), no que têm sempre de irredutível e de inominável, ultrapassam os cumes, os arquipélagos erógenos onde, ainda segundo Bataille, numa experiência única prazer e dor (hoje escreveríamos «horror») se confundiriam⁽²⁾; qualquer reprodução pictórica, para poder abrir, sequer dar a intuir a existência dessa margem de (ir-)real e de irredutível (que o conhecimento e a História — que só por si não bastam — não explicam nunca), tem hoje que ir mais além, tem que transgredir qualquer representação ainda pseudo-realista («ilustrativa», como diria Bacon) dos fenómenos, única forma, afinal, de não circunscrever, reduzir, o que chegou a ser (e já é de novo) uma **em-piría possível**.

A continuar, a Representação deve procurar dar-nos a ler esse excesso incontrolável que percorreu os corpos (o esgar dos carrascos — ou dos corpos) e os tornou (torna um dia) ainda possíveis. A representação (o «figurativo») será assim o arco (a tensão da corda), o limite que contém ou serve de suporte à deposição desse imaginário tornado físico e que, ao mesmo tempo, através dos seus processos (técnicos: daí a nova importância moral da técnica — das novas técnicas e processos — no estilo), nos comunica o momento de experiência única e irreversível (dado, a partir de hoje, numa situação im-possível de não-retorno) em que se deformam (riem?) ou estragam (explodem?) as figuras.

Referir-nos-emos aqui, em particular, a Francis Bacon — e ao **desequilíbrio** que estraga a sua pintura⁽³⁾.

Fixar-nos-emos sobretudo — do ponto de vista do objecto (material) deste artigo — em algumas pinturas mais recentes do autor, referentes a uma exposição na Galeria Maeght, em Paris, e que descobrimos reproduzidas em «Francis Bacon-pinturas recentes» (Repères, Cahiers d'art contemporain, n.º 10, de janeiro de 1984).

Desenvolvendo um trabalho sobre a representação do rosto (séries de retratos e de auto-retratos, sobretudo dos anos 70⁽⁴⁾) e do corpo (=figura), nestas pinturas (mais recentes: sobretudo de 1982/83) encontramos mais explicitamente elaborados (do ponto de vista dos seus «partis-pris», princípios e consequências) aquilo que designaremos como um **duplo efeito** (e um **efeito duplo**) de explosão da Representação do corpo (e da figura).

Por um lado, um **efeito de conglomeração** (uma aglomeração de elementos que produz um efeito de massa — isto é, um **conglomerado**, uma amálgama, uma massa, do ponto de vista terminal, compacto, do produto — que, todavia, não é totalmente redutor, «uníssono», mas em que, pelo contrário, persistem as diferenças dos **dejecta membra** constituintes do produto); por outro lado, um **efeito de condensação de diferentes elementos** (posicionais: **topologicamente** e **anatomicamente** distantes e diferentes) num resíduo ou tronco único. Podemos ver a evolução introjectiva (i.e., funcionando para dentro de si) deste duplo princípio, comparando o **Triptico de 1983** (menos integrado, mais expositivo: sereno) e os «Estudos», masculino e feminino (este, «segundo um desenho de Ingres»), de 1982 (veja-se também a «Figura em movimento», do mesmo ano).

O primeiro aspecto — **efeito de conglomeração** — é mais propriamente **metonímico** e na sua fórmula mais simples pode traduzir-se pela (des-)multiplicação num mesmo tronco (que adquire o estatuto de suporte. Significante, depósito) de efeitos de **torsão**, assim como de diferentes **posições** (perspectivas e movimentos). Princípio que já conhecíamos de pinturas anteriores (quer de figuras quer do rosto), mas que aqui, devido à acentuação, nelas, de um princípio (elemento) da ordem da **não-antiparadoxalidade** e do **descontínuo**, produz um efeito de **massificação** específico e distinto. Dada a acentuação do carácter de **não correspondência** (do ponto de vista de verosimil: da unidade/ do conjunto) entre os elementos (partes: membros) constituintes (ou seja, do carácter heteróclito — como «assemblage» — e composto do conjunto), podemos dizer que este efeito de massificação é da ordem do **Significante** já que o que nele se produz é sobretudo um **Significante** (e não um «corpo» ou «figura») que funciona ou se reveste do estatuto (brutalizado que foi a mediação — «ilustrativa» — do Signo: e da figura) do **deictico**: com efeito, é que aqui



Estudo do corpo humano. Figura em movimento, 1982

temos e mais um **Significante** (que aponta logo para a questão do referente) ou mais uma **catarse** (do ponto de vista das figuras de estilo: temos não só a parte pelo todo mas só enquanto parte — na base de uma **descontinuidade** — qualquer referência ao todo é unicamente possível) do que uma **metonímia** (o que pressuporia ainda a **continuidade** — sempre declinável — corporal e anatómica do Signo: da Representação e da figura).

A este **efeito de massificação** (compacto, opaco) do **Significante** — que o institui no plano ou com o estatuto de um **deictico** — vem-se acumular também um **efeito de condensação** (dispersante e centrífugo: do ponto de vista da unidade e da homogeneidade do conjunto) que fica sempre **aquém**, i.e., nunca deixa que se produza (dificultando-o) um efeito último (e único) de re-conversão da figura (ou seja, uma nova resolução/síntese do sentido e da figura)⁽⁵⁾.

Teríamos assim, ao mesmo tempo, um **corpo explodido**⁽⁶⁾ e **contido** (ou melhor, **montado** de novo, **re-feito**, mas de modo a que pela constante inscrição de um princípio de **negativização** e **negativo** — detectável no próprio modo como não só não se realiza como se suspende, agride e adia a ideia do **belo** como um **tudo harmonioso** e **uno** — se criticasse simultaneamente toda a metafísica do belo e do uno)⁽⁷⁾. Ou seja, um **corpo implosivo**. Que conteria em si todas as marcas da sua acentuação (contensão e propulsão: para o gesto e o acto) **deictica**.

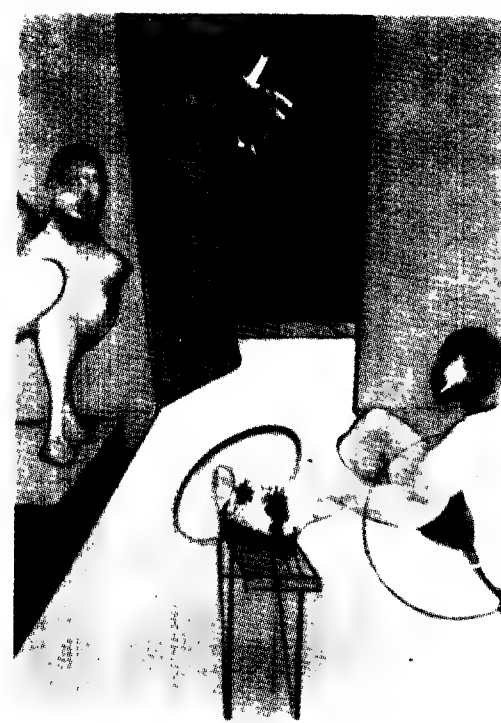
Outros **efeitos** (segundos) teriam ainda por função reforçar essa situação — quase de um **ícone** (do corpo: da situação de representação do corpo) — **deictica**. Referiremos três: os **suportes** (que o expõem, mostram, evidenciam em situação de **ícone**: mesas, linhas de cama, geometrias); a **cor** (ou melhor, os **contrastes de monocromias de cor**, **puras** — e tanto carácter achado, plano, liso de cor como **superfícies**, como a **repetição** de um mesmo tipo de cores enquadradas num sistema de contrastes marcadamente decorativos: lanternas/os/castanholos — ou violetas, etc.); por fim, o recurso a sinas mais explicitamente **deicticas** (as **setas** que constituem como que os índices de um **sistema de modalização segundo**, redundante e na sua função de redundância meta-retórica e crítico: cf., como variante também das setas, o uso de **círculos** — por exemplo em «Édipo e a Esfinge, segundo Ingres», de 1983)⁽⁸⁾.

De qualquer modo, essa **função** (ou estatuto) de **deictico** da Representação do corpo (e da figura) não se esgota no seu próprio estatuto: produzem-se **efeitos segundos**, de derrame, expressivos, dessa situação de contensão (explosiva e implosiva) **deictica** (ou seja, há **mais significação** nestas telas, e nesta pintura, do que determinação de uma problemática e de um sistema de Representação e de produção do sentido)⁽⁹⁾.

Na pintura de Bacon, **deictico** e **expressivo** coexistem como **economias** diferentes (uma mais **económica**, outra mais da ordem da **«dépense»**) dentro de um a situação (de produção: significação) em si não homogênea e irresolúvel.

(as nádegas em «a» e em «b» os seios ponteados) e **inscrita** (elementos **terminais** — em aberto — das duas figuras).

(6) Paulo Varela Gomes: «Uma pintura de esfera da explosão é, por exemplo, a de Bacon: a maneira como os rostos são distorcidos parte de um gesto de amálgama, dispersa-os, enrodilha a matéria; um gesto curto e quase casual que não é retomável» (Explosões, «D. Lisboa», Sup. Ler/Escrever, 25/10/84). Jacques Dupin (introdução ao volume das **Repères** sobre as «pinturas recentes» de Bacon) relaciona também um **estético** (e **ético**) de acumulação das **intensidades** (a pintura de Bacon visaria «um instante de vida intensa», «um acréscimo de intensidade», «o jogo cruel da verdade dos



Édipo e a Esfinge, 1983

corpos», já que «tudo concorre aqui para aumentar, quase até ao ponto de ruptura, a carga de efectividade do corpo, para acentuar o seu peso carnal e acelerar a insurreição do sangue que o irriga» — efeitos que convergiam numa «captação pulsional» e numa «síntese atlética ou em escorços perversos» que tenderiam ao «escultural»: a **tentação da terceira dimensão** e uma situação (sistema), do ponto de vista da produção (representação) **explosiva** («para manifestar e fazer soar as estridências e a selvajaria da sua carne», «o corpo explode (como uma deflagração plástica) e rasga o espaço, nega o tempo e o seu cortejo de aparências enganadoras») (op. cit.).

(7) É essa a noção de belo de S. Tomás de Aquino: «Porque três condições são necessárias ao belo. Em primeiro lugar, é claro, a **integridade** e ou a **perfeição**, uma vez que as coisas incompletas são feias. Depois, a **justa proporção** ou **harmonia**. E em último lugar, a **clareza**, porque das coisas que têm uma cor brilhante diz-se que são belas». Cf. também, para a noção de **Ídeia** em pintura: Erwin Panofsky, **IDEIA — contribution à l'histoire du concept de l'ancienne théorie de l'art**, Idées/Gallimard.

(8) Embora não o pretendamos fazer aqui seria interessante reflectir nesta referência **recorrente**, nas últimas telas, a Ingres (uma prática, por excelência, de **reificação** — dentro do campo da representação e do figurativo — da pintura). O neoclassicismo ou o academismo poder-se-iam constituir como **índices** (com um estatuto mais ou menos forte de indicador, **deictico**) da própria situação da representação na pintura (cf. M. Thévoz, **L'Académisme et ses fantômes**, Ed. Minuit).

(9) Poderíamos ainda dizer que o **designado** (ou o **referente**) **excede** sempre qualquer sua determinação (indicação) na pintura. Que na pintura de Bacon se elabore (constitua) um sistema particularmente económico e tenso (produtivo) da **significação** na pintura, não significa que esse sistema seja permutável (ou substituída) aquele que está na base da própria situação peculiar de significação na pintura. Também aqui o carácter **deictico** da fórmula litúrgica — **hoc est corpus meu** — não resolve a questão da Representação (significação), neste caso, do valor (sentido) de Cristo (cf. Louis Marin, **La Critique du discours**, Ed. Minuit).

(10) **In-figurável** dado numa dupla vertente: a **animal** (o animal não é a representação exteriorizada, «fantástica», do orgânico no homem — vd. a figura volante ao fundo de «Édipo e a Esfinge, segundo Ingres» e no painel da esquerda do «**Triptico segundo a orgânica**» (ou **intra-biológica**: agora o animal dado «en creux», em aberto, no homem — vd. o painel central do «**Triptico segundo a Orestia**»).

(11) Veja-se em «Édipo e a Esfinge», em primeiro plano, o **sangue** na ligadura (derrame marcado como impossibilidade de sutura). O sangue (também enquanto cor) pode ainda ter o valor de **deictico** (cf. a forma esvoaçante, com a seta, na mesma pintura).

(12) O princípio seria este: o **cenário/a arquitectura** serve de suporte a um **excesso/exuberância** (irradiação) figurativa da pintura. Há assim um **excesso** de sentido (uma maior proximidade da referencialidade) que se manifesta e apoia nesses índices mais neutros (da ordem da 3.ª pessoa) da pintura.

(13) Veja-se o que sobre esta tela escreve Jacques Dupin: «Todos os últimos grandes quadros constituem estudos de corpos, mesmo essa «**Dune de sable**» que me parece mais **nua** (nude) que **duna** (dune), de tal modo a palpação da matéria, a modulação das cores, os abcessos e as depressões da sua massa parecem como que calcados sobre figuras. Encontramo-nos em presença de um corpo sem cabeça nem membros — como sucede, aliás, com outros corpos de Bacon —, um derramamento de lava humana que transborda para lá do prisma de ar azul de uma caixa abstracta ou do quarto costumeiro, traído pela presença da lâmpada e do fila-

mento eléctrico. A pulsão de vida que anima essa nude massiva de areia ou de carne não deixa de ter, assim relações com o estremecimento que percorre a relva ou: pele dessa «paisagem deserta» (**Paysage desert**, 1982 em que a figura humana se encontra menos ausente do que escondida» p. 15).

Marcas (segundas) desse **derrame** da pintura (ou da **transubstanciação** do **deictico** no referente ou num «sentido») são tanto o **biológico** (ou o **orgânico**: que é o seu fundo, o **infigurável**, o referente, do ponto de vista da Representação do corpo e da figura) (10) como o **sanguíneo** (estamos ainda dentro da representação do corpo, do «biológico»: como ferida, «carne viva», o sangue é sempre o índice quer de uma situação de **derrame** — uma transbordância, excessiva — quer da **ausência/impossibilidade** da sua sutura) (11), ou até um conjunto de **índices arquitectónicos** (da ordem da 3.ª pessoa, do não-orgânico ou biológico: índices que constituem a cena através da referência às 3.ªs pessoas — **Estatua e personagens numa rua**, 1983 —, à **história ou aos mitos** — quer **Édipo e a Esfinge** quer o **Triptico de acordo com a Orestia** — ou à **arquitectura** — as lâmpadas p. ex., no **Triptico** de 1983, entre outros) (12).

Tela de **confluência** destes diferentes tipos de economias e de efeitos (de intensificação ou dispersantes) da pintura de Bacon (ou da sua fase mais recente) será, talvez, e do nosso ponto de vista, **Dune de Sable** (de 1983). Aqui, por **acumulação** (**reificante**: «Dune») do **inorgânico** («sable»: coificação figurativa — e nominal, no título — do estatuto, para o corpo, de **deictico**) produz-se uma **transmutação** do registo da significação (passagem do inorgânico «sable» ao **orgânico**: o referente analógico do corpo indiciado como **tronco**). Por um lado, há **redução do figurativo** (**catarse** do corpo: dado por um **referente inorgânico**, «sable» e pela acentuação do seu estatuto **Significante de deictico** — vd., também, quer o **contraste das cores vermelho, azul-claro**, gritante e puramente decorativo, quer a inscrição da **seta**, como denotação desse estatuto de **deictico**); por outro lado, há **remotivação**, **transubstanciação do deictico** (mudança de campo de significação e do referente: passagem do inorgânico para o campo da representação da figura, do corpo): uma transmutação transbordante e **excessiva** que, para lá do recorte do corpo (**efeito de mutilação** que reduz o corpo ao seu **Significante-bruto**, o tronco, e acentua o carácter **incompleto da forma**), ultrapassa a própria contensão da **armadura** (da **arquitectura**: abstracta e impessoalizante) da forma — isto é, acentua ainda mais o **orgânico/biológico** (como vimos, o **infra** do figurativo) no que poderia constituir a sua mera recondução à unidade identificada e mensurável (ainda que racionalizada e idealizada como geometria) da figura e da sua estrutura (13).

Convergências (intersticiais e adventícias) do figurativo e do não-figurativo, do referencial (do referente) e do **deictico** que aproximam num mesmo horizonte de dúvidas esta tela de Bacon (**Dune de sable**, 1982), uma tela de Magritte (**La Representation**, de 1932) e o **efeito de corte** utilizado na capa de **NUVENS** (volume editado pelos Quatro Elementos Editores, em fins d. 1984, a cuja capa este texto é dedicado).

(Agosto/Dezembro de 1984)

NOTAS:

- (1) Cf. também o nosso art.º «O Nu, Tal como Pintam IV — O Nu, Hoje» («D. Lisboa», Sup. Ler/Escrever, 4-8-1983).
- (2) «Aquilo que eu via de súbito e que me encerrava a angústia — ao mesmo tempo que, todavia, dela me libertava — era a identidade desses perfeitos contrários que opunham um extremo horror ao êxtase divino. Contudo, unicamente um desvio infernal permitia-me que eu acesse ao instante em que, de uma forma visível, os contrários parecem estar ligados e em que horror religioso-comunicado, como sabemos, no sacrifício — se liga aos abismos do erotismo, aos derrames desfalcimentos que apenas o erotismo ilumina (Le Larmes d'Eros, J. J. Pauvert, p. 235).
- (3) Sobre F. Bacon cf. também o nosso livrinho **Bacon — no irreferível, um auto-retrato** (ed. autor 1977) e o art.º «A elementaridade da forma em Bacon e L. Cremonini: II-F. Bacon, o tracejar «descontínuo»» («D. Lisboa, Sup. Ler/Escrever, 5/82).
- (4) Cf., p. ex., «Francis Bacon-auto-retratos», C. Caixa de Tintas (n.º 2), Quatro Elementos Editores 1982.
- (5) Nas figuras de Picasso, por exemplo, haveria quase sempre — e tendencialmente — essa reconversão a um efeito último de reintegração na unidade (mesmo que «estrannante») da figura. Nas telas de Bacon a que estamos mais directamente a referir — estudos para um nu masculino (a) e para um nu feminino (b) — essa **não-congruência** é ao mesmo tempo dada em abei-



Alto de Santa Catarina: Lídia e Reis desafiam o lírico Adamastor

O ANO DA MORTE DE RICARDO REIS

Lídia, a linguagem do corpo



MEU CARO JOSÉ SARAMAGO: Etérea, era a Lídia de Ricardo Reis. Uma ode de suma medida – e fria. No Hotel Bragança, e pela magia da tua palavra, pelo peso exacto da tua invenção, outra Lídia conheci. Humana de corpo – e senhora de uma linguagem quente, ora de tristezas, ora de arroubos. E tão de mãos, tão de pernas, tão de seios, tão de lábios nos lábios de Reis, tão de sexo no correr dos dias poucos, tão serva e dama, que me disse para mim: «Esta também merece odes». E teu livro lendo vírgula a vírgula, ora dobrando páginas, ora desdobrando-as, fácil me foi descobrir que em tua prosa, entre outras, odes havia à criada do Hotel Bragança. Arrumei-as, verso a verso, e aqui tas ofereço. Que me perdoes o atrevimento, este desvelamento ao longo das páginas. Sabe também que encontrei o filho de Lídia, militante dos dias novos. «Olá» – disse-me. E cobrou-me as quotas que eu tinha em atraso. – Com um abraço. Pedro Alvim.

ODE I

Aberta foi a porta deste quarto
em silêncio, fechada está
um vulto atravessa tentando,
para à beira da cama,
a mão de Ricardo Reis avança
e encontra uma mão gelada,
puxou-a,
Lídia treme,
só sabe dizer,
Tenho frio,
e ele cala-se,
está a pensar se deve
ou não beijá-la na boca,
que triste pensamento.

(pág. 99)

ODE II

Tinha o casaco e as calças,
também o colete,
cuidadosamente pendurados
no cabide,
sem uma ruga,
é o que fazem amorosas
mãos
(...)
ele poeta, ela
por acaso Lídia,
mas outra,
ainda assim afortunada,
porque a dos versos
nunca soube
que gemidos e suspiros
estes são,
não fez mais que estar
sentada à beira dos regatos,
a ouvir dizer,
Sofro, Lídia,
do medo
do destino

(pág. 108)

ODE III

Tens razão, não sei nada de ti,
apenas que vives aqui no hotel
e sais nos teus dias de folga,
que és solteira
e sem compromisso que se veja.
Para o acaso, chegou,
respondeu Lídia
com estas quatro palavras,
quatro palavras mínimas,
discretas,
que apertaram o coração
de Ricardo Reis,
é banal dizê-lo,
mas foi tal qual assim
Que ele as sentiu,
coração apertado,
provavelmente nem a mulher
se deu conta do que dissera,
só queria lastimar-se,
e de quê,
ou nem sequer
tanto,
apenas verificar um facto
indesmentível,
como se declarasse,
Olha,
está a chover.

(pág. 173)

Vem sentar-te comigo, Lídia, à beira do rio.
Sossegadamente fitemos o seu curso e aprendamos
Que a vida passa, e não estamos de mãos enlaçadas.
(Enlacemos as mãos).

Depois pensemos, crianças adultas, que a vida
Passa e não fica, nada deixa e nunca regressa,
Vai para um mar muito longe, para ao pé do Fado,
Mais longe que os deuses.

Desenlacemos as mãos, porque não vale a pena
cansarmo-nos.
Quer gozemos, quer não gozemos, passamos como
o rio.

Mais vale saber passar silenciosamente
E sem desassossegos grandes.

(Excerto de uma Ode de Ricardo Reis)

ODE IV

Que é um bom marido,
para ti,
Não sei,
É difícil de contentar.
Nem por isso,
basta-me o que tenho
agora,
estar aqui deitada,
sem nenhum futuro,
Hei-de ser sempre teu amigo,
Nunca sabemos
o dia de amanhã,
Então duvidas
de que serás sempre minha
amiga
Oh, eu, é outra
coisa,
(...)
Ricardo Reis apertou-a
contra si,
ela abraçou-se a ele,
a conversa aproximara-os
devagarinho
duma indefinível comoção,
quase uma dor,
por isso foi
tão delicadamente feito
o que fizeram
depois...

(pág. 201)

MORALIDADES

O peru e o pavão

José Manuel Jara

NA capoeira de um palacete conversavam o pavão e peru, ocasião única em que o nobre se dignou dirigir algumas palavras ao outro:

— Peru, se eu fosse a ti não andava por aqui...

— Sr. pavão, muito obrigado por me ter dirigido a palavra. V.ª Ex.ª tem toda a razão, este sítio não é para mim, é muito pequeno para todo o espaço de que precisa para si...

— O dono acha que não... De qualquer modo, eu que por aqui esvoaço há longos anos, sem falar no meu real pai, todos temos a opinião de que os perus duram pouco. E ficam sempre por cá até essa altura...

— A sua realeza a juntar à sua beleza ofuscam-me! Só tenho, perdoe-me, o meu péssimo gluglu para lhe prestar homenagem.

— Vem ali um empregado



LUNAR CAU

QUANDO se vive impregnado numa amálgama de ideias imperfeitamente traduzidas por débeis instrumentos da compreensão, há que aplicar sem qualquer hesitação o sentido alquimista do ser. Todo o ensinamento anterior encontra emfim espaço para dominar as transparências do mundo animal consciencializado na ordem do racional.

Uma das experiências realizadas pela alquimia é a ubiquidade, combatida pelas filosofias humanas, as únicas possíveis no domínio do espírito, de uma forma cultural e logicamente breve. Mas não me apresento aqui para falar quer do fogo quer da pedra. Apenas me cabe enunciar criatividades da loucura.

Um pensamento subtil, i.e., aquele que recorre às estrelas para compreender a linguagem que dissipa as impossibilidades formais, escrupulosamente chamada linguagem última, cria em toda a sua zona de actuação uma esmagadora constelação de sinais que informa qualquer oráculo. A multiplicidade de hipóteses de uma escola desta natureza progride paralela e contrariamente a todos os sentidos. A arbitrariedade que é a única regra que reconheço ao universo que me assiste tem no culto dos deuses ou em outras manifestações mais abstractas a crença no seu infinito. Basicamente a tentação do número, supera a subtilidade que afirma o juízo e a sua negação, sem qualquer preocupação que caiba dentro ou fora do mesmo.

A História, exemplo acabado da ética, fomenta exércitos e bata-

da casa para te homenagear a ti numa baixela digna do teu melhor sabor. Não vale a pena fugires porque, no fundo, é uma grande honra para ti...

— Faço o que V.ª Ex.ª me diz, com todo o respeito; se todos pensassem como a sua realeza, então o meu sabor ainda tinha cotação, mas parece que não...

— Os convidados, segundo fontes seguras, são da plebe endinheirada que até merece tanto!

O peru foi honrado pela sua dignidade. O pavão, num golpe de asa, poisou num alto pilar de onde se via mais longe tudo.

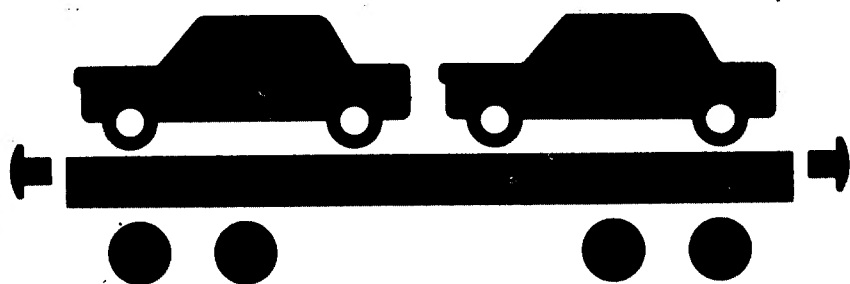
Nuvens sulfú



AutoExpresso

AutoAcompanhado

diariamente



Lisboa - Porto - Lisboa

Guarda - Porto - Guarda

Castelo Branco - Lisboa - Castelo Branco

Guarda - Lisboa - Guarda

Faro - Lisboa - Faro*

Faro - Porto - Faro*

Informações Telefónicas
87 75 09 - das 9.00 h às 18.00 h
(c. int. 13.00 h / 14.00 h)

* só se efectua no verão



Caminhos de Ferro
Portugueses

FILIPE

José do Carmo Francisco

«Habitamos um corpo em perigo»
diria o João Miguel Fernandes Jorge
que tu não sabes sequer quem é
preso ainda à tua vida de criança
os bolsos cheios de miniaturas
as cantigas do colégio na tua voz

E, contudo poderias ter ficado ali
como já em São Bernardino no Verão
quando vias o mar para ti sem fim

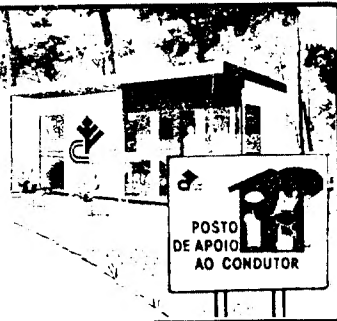
Esse mesmo mar que com os castelos
forma um dos campos ricos do teu vocabulário
que te enche a voz quando vês água
e chamas mar pequeno às minúsculas lagoas
breves como a chuva neste mês de Maio
breves como o grito de quem te viu
quase a ficar debaixo de um automóvel
em Algés - a fugir da pastelaria

E esse automóvel não era como tu
uma miniatura - era real e estava ali
como o amor e os castelos que quase perdeste

EVITE A FADIGA AO VOLANTE!



Divida a viagem em etapas
Pare nos postos de apoio
nas estradas. Eles existem
para sua segurança.



POUPE COMBUSTÍVEL

Partilhe o seu automóvel
com outras pessoas
que façam habitualmente
o mesmo percurso.



DIRECÇÃO-GERAL DE VIAÇÃO

USTIC

L. Miranda
Rodrigues

com nomes e cruzes de gerações por aí a fora. A Alquimia, ao contrário, cultiva a ausência de memória ou de uma forma mais sorreita desimpede um mundo tripartido.

Ante a sombra obscura os olhos penetram o objecto com auidez própria aos seres iluminados. Depois de ter cegado eu teria dormecido e tudo não teria passado de um maldito sonho fiquei impressionado por várias culturas de mundos diferentes. O sentimento alquimista como qualquer outra operação básica da minha estrutura cimentava-se sob o silêncio da luz e da noite. Em determinado momento observava-me nas remotas feiras do Próximo-Oriente debruçado sobre estranhas iluminuras, ou de outra forma assistia a um diálogo entre mim e a minha imagem reflectida num espelho numa língua completamente desconhecida.

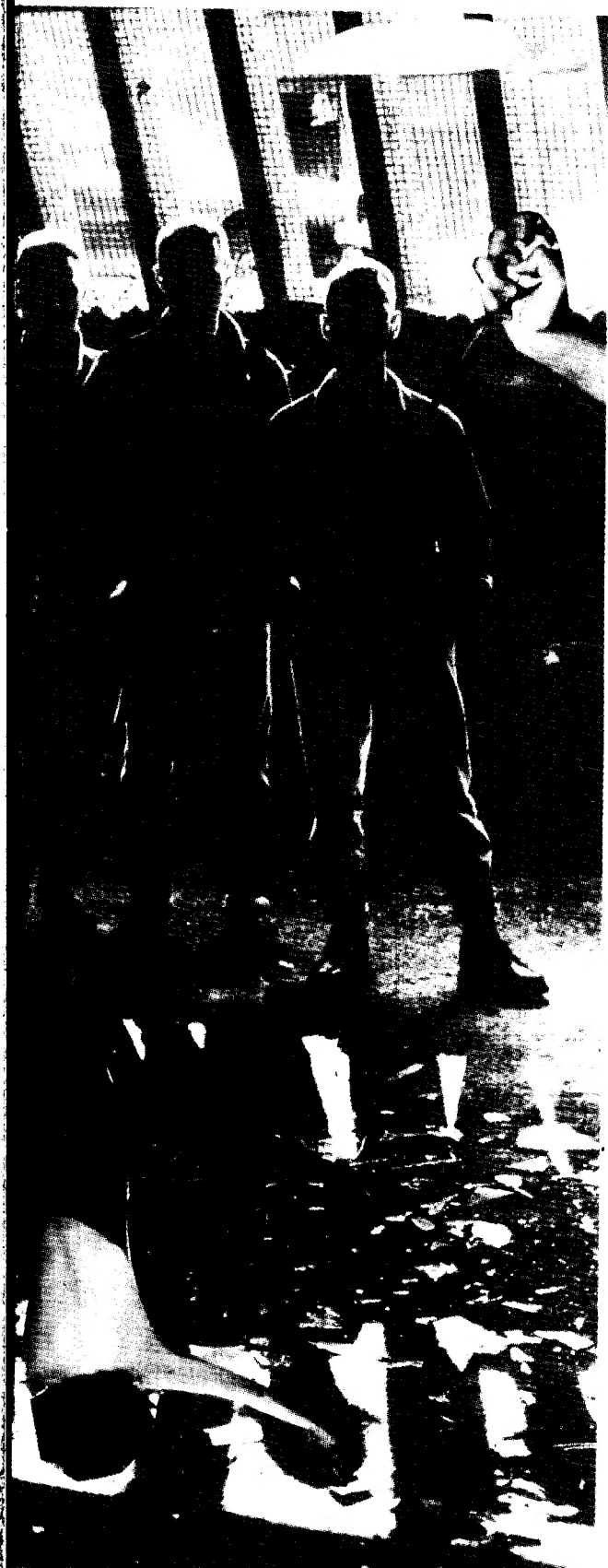
A minha mente comandada por algo errante e arbitrário transformava o meu quadro de percepções de uma forma tênue mas suficientemente sensível. A arquitectura e a harmonia dos conceitos, que até então suportavam os meus desejos, revelaram-se-me mesquinhas e pobres quando idealizadas do outro lado do fanal, que admito que é o mesmo que este. Ousei, contudo, riscar da capital o obelisco da importância das suas descobertas.

Tive mais tarde de confessar a minha loucura ao mesmo tempo de vez me desfazia das suas cabeças. Quando me vieram buscar apenas encontraram um bocado de estrela.



icas («Too much blood»)

Jacob Lenz *



LIGADO o gravador, a conversa por assuntos e com tema revelou-se impossível desde logo. «No Porto é assim, podes falar do que quiseres (ou souberes), as contas são sempre em separado, ninguém te pedirá que justifiques o que dizes» — dizem e riem-se sem que eu perceba de quê ou porquê ou ainda de quem. Vim expressamente de Hamburgo fazer este trabalho e mais me valera ter-me limitado a enviar a estes **Quatro Elementos Editores** um questionário escrito e, a partir das respostas (mas haveria respostas? A incerteza quanto a isto é que me trouxe a Portugal — como qualquer bom detective de série B —, ao Porto mais precisamente), construir um texto (ficção?) equilibrado, imparcial, mas minimamente informado (ou enganado?) para o leitor alemão (já que o nosso país — para lá de uma terra queimada de homens à procura da sua sombra, diz-se tratar-se de uma terra de homens à procura de nuvens...).

A mesa não era redonda e nada do que ouço acrescenta (ou tira) notas em relação ao rock and roll da estereocaligrafia, que acabou por me parecer (agora, ao fim de três dias de escuta esforçada tentando dar forma escrita ao material radio-armazenado na cassette da entrevista) misturado às declarações dos meus entrevistados. Uma voz que nunca mais conseguirei identificar diz, por exemplo, isto: «Sim, esquecemo-nos, louve-nos Júpiter, **de tomar** — e de incluir a frase no livro — **a novem por Juno**. Tanto pior, já que somos megalómanos. Pergunto: «Megalómanos, os 4 Elementos?» (corrigem-me: megalómanos. Isto é, **mega** com as **manus** — ou os **melus**, se no caso se tratar de ritmo, 4 música). Fico na minha, não percebo...

Da leitura deste último número dos **4 Elementos Editores**, NUVENS, sem textos individualmente assinados pelos autores/colaboradores da revista, ficam-me sbretudo os 40 (?) anos de loucura de Hölderlin, aquelas vozes impessoais e neutras que incubam em todos os visionários precoces a quem, depois, só faltou viver, simplesmente viver. É-me difícil ver (apreender) a massa (o volume, a forma) destes textos: parece-me que, a cada nova leitura, novas massas de cor vermelha (manchas gráficas, carregadas linhas de leitura que parecem conformar-se — e ao todo — de novas maneiras) emergem inchando, desenvolvendo-se como na-

quele filme duma explosão em que a velocidade de projecção das imagens fi (inadvertidamente?, propositadamente?) acelera-da. (Lembre-se o leitor de filmes sobre as fases de crescimento/desabrochar de flores, ou ainda aqueles outros filmes de laboratório com que se estuda a programação de uma mancha colorida no interior do líquido incolor).

Tenho também ocasião de estudar o efeito Zelig em mim mesmo. A certa altura desta conversa impossível identifico-me com o grupo: lembro-me de ter perguntado (ficou registado na cassette) pela cidade de **Aveiro** (nome ausente das NUVENS e nome duma cidade da costa portuguesa que figura num dos últimos poemas de Hölderlin) e o que me respondeu é que todos os comboios que passam por Espinho param também em Aveiro. Decididamente não compreendo este humor. Também aqui em Portugal (Porto) o som não coincide com a imagem — esta imagem peço-a a Burroughs —, estamos longe, muito longe do tempo parado em que as frases coincidiam com as caras e estas com as vozes e estas com as próprias frases que as mãos escreviam — longe, longe do tempo em que era necessário cortar as frases, cortar às vezes para que, finalmente, todos os diálogos fossem filmicos, de filme (não, estamos é num tempo **música** de vídeo).

Digo, as NUVENS são o último número do vosso projecto, um por cada elemento — a água, a terra, o fogo, o ar — e, porque detectei alguma apreensão nos meus interlocutores, disparo: «E o **quinto**»? Depois, emendo: «Como se situam no espectro da poesia actual portuguesa?».

«Desocupando o espaço. Isto é, e uma vez que os espaços já estão todos distribuídos, ocupados, **desocupando o nosso próprio espaço**... Ninguém se riu e, contudo, na sala não se ouvia senão um imenso riso (estava-se, aliás, no intervalo entre duas faixas de um, que era sempre o mesmo, disco: **Too much blood**, dos Rolling Stones. É claro, a referência à capa do disco. Julgo ainda ter ouvido a voz da própria Ann Brontë (**The North Wind**) recitando: «Não é o mundo que está mudado mas, tu que sofres, encerrado numa masmorra» e depois, em fuga, outra voz, como de autómato (EINSTURZENDE NEWBAUTEN?), que agora atribuo, inexplicavelmente, a uma reminiscência em mim dum poster (1) que estava na sala e que ab-

sortamente eu nesse momento lia:

«Procure o sr. Cabral do Nascimento ter sempre este facto tão presente, que não saiba que o tem presente — que uma obra de arte, por dispersa que seja a sua realização detalhada, deve ser sempre uma cousa una e orgânica, em que cada parte é essencial tanto ao todo, como às outras que lhe são anexas, e em que o todo existe syntheticamente em cada uma das partes, e na ligação dessas partes umas às outras. Compreenda isto até à inconsciência. Sinta isto até não o sentir. E, sentido e compreendido isto até com o corpo, despreze todo o resto. Salte por cima de todas as lógicas. Rasgue e queime todas as gramáticas. Reduza a pó todas as coerências, todas as decências, e todas as convicções. Feita sua aquela, a única regra de arte, pode desvairar à vontade que nunca desvairará; pode exceder-se, que nunca poderá exceder-se; pode dar ao seu espírito todas as liberdades, que ele nunca tomará a de o tornar um mau poeta.

«O resto é literatura portuguesa». Assinava este poster Fernando Pessoa, sensacionista...

Depois disto só me restava fazer as outras perguntas, as do costume: «Não acham estas NUVENS demasiado opacas? Correm o risco de se tornarem pesadas... «Não acharam, embora da cassette se possa concluir que, se tivessem feito vários 45 rotações (por minuto?), que desafio para a poesia...» em vez de um long-play, também não teria sido mau. Proponho-lhes um **quinto** elemento, chamado «**Bonjour Mafia/Adio Mafio**» (Logo um transleu: **Bye Bye Love/Farewell Angelina**?). Mas como disse (e me disseram eles) logo a abrir este texto, nada nem ninguém me obriga a justificar o que digo ou a precisar melhor o que entendo por esta proposta. Trata-se apenas de uma frase ouvida (lida) num filme de Godard, «Passion». Talvez eu, na altura, quando formulei esta proposta, pensasse em qualquer coisa política, uma tentativa de apresentar ao leitor (europeu e aos portugueses) algumas palavras, sinais, indícios, etc., do que actualmente pode ser **aquilo que no (s) discurso (s) vigentes/ estabelecidos é o proibido**. Não sei. Quem sabe?

(*) Jacob Lenz trabalha frequentemente como «free-lancer» para a agência alemã DPA.

(1) «Prédios novos em demolição».

Nota por escrito

Funestos para a cultura correm os ventos no nosso país.

De todos os lados rompem as queixas, os protestos, as reclamações. A imprensa não tem os apoios de que urgentemente necessita, os livros estão em vias de receber novos agravamentos na sua circulação, as colectividades recusam os matraquilhos e as máquinas americanas vêm-se confrontadas com sacrifícios de toda a ordem. E quanto ao teatro nem é bom falar...

Mas é bom falar. Aos muitos casos de indiferença ou desprezo oficiais tiveram há pouco tempo os portugueses conhecimento da situação em que vive um grupo prestigiado: o BANDO.

Souberam-no pela televisão, através do programa JÁ AGORA. Souberam que aquele grupo não tem casa própria, que (como parece condenação neste país de todos os que têm talento...) vive de amigos. Que muito e muito mais poderia fazer, se. Se encontrasse compreensão, apoio, uma aceno de confirmada simpatia. Se encontrasse um eco oficial do seu valimento como elemento difusor da cultura. Se, para tudo dizer, tivesse oficina própria para desenvolver a sua indústria. pede tão pouco e, pelos modos, parece que pede demasiado. Parece que pede o impossível, dado que, em 10 anos (!) de actividade tudo tem sido pedir em vão...

Com a agravante de ser um grupo de teatro totalmente dedicado às crianças. Teremos aqui de recorrer ao estafado lugar-comum de que as crianças são o futuro para entendermos a gravidade da situação em toda a sua plenitude.

O amor pelo teatro deve nascer na infância, sem o que poderá ser irremediavelmente tarde. Não vale a pena demonstrar. Ou se não, teríamos de admitir que aprender a ler logo de pequenino era uma tolice, deixava-se para mais tarde e depois logo veríamos...

O BANDO prepara a sementeira do amor pelo teatro em trabalhos de excelente qualidade, alguns já premiados pela crítica e vistos na televisão. Mas o carinho oficial vai todo, ou na maior parte, para as bandadas e relva dos futebolistas. Como se costuma dizer: são critérios...

Talvez um dia, desiludido e cansado, o BANDO debande. Costuma acontecer a quem não tem casa próp. A bola continuará a girar. No universo e no campo de futebol...

M. C.



Maria Alberta Meneres

rias no estrangeiro, o mais longe possível de onde me conheçam.

— Onde nasceu?

Nasci em Vila Nova de Gaia, na freguesia de Mafamude. (Digo sempre a freguesia porque gosto do nome!)

— Isso teve (ou tem) alguma influência na sua obra?

Ter nascido no Norte de Portugal, e vivido escasso tempo em Trás-os-Montes (de onde é vagamente natural a minha família paterna) teve uma certa influência na minha vida e portanto na minha obra, na medida em que sinto que tenho muito a ver com a maneira de ser das gentes do Norte. Porém, essa maneira de ser vai entrar em contacto com o característico campo ribatejano (lugar de origem e vida da minha família materna), que conheci aos 8 anos de idade, o qual, este sim, me marcou de uma forma incrível: julgo mesmo que nunca esgotarei o que ele me deu de aventura, de descoberta, de amor à Natureza, de mistério.

O que ainda me dá.

— Considera-se justamente remunerado no conjunto dos factores de produção e circulação de um livro?

Considero-me incrivelmente mal remunerado no conjunto dos factores de produção e circulação dos meus livros.

Com tantos livros publicados, distinguidos, premiados; citados em quase todas as selectas de estudo; de grandes tiragens alguns, quer no campo da Poesia, Antologia, quer no campo da Literatura Infantil, e livros escolares, etc., o certo é que considero não ter tido nunca uma justa remuneração.

Com os livros que aqui tenho publicado, as acções de índole cultural que por eles e com eles tenho vindo a exercer junto de milhares de alunos e professores, se fosse em certos países estrangeiros, decerto me poderia dedicar unicamente à escrita, com o maior desafogo!

— Na feira da literatura há sempre nomes mais ou menos esquecidos. Cito alguns.

Cesário Verde (nunca demais lembrado); Gonçalves Crespo; Augusto de Santa-Rita.

Não estão esquecidos. Mas não estão suficientemente lembrados e divulgados hoje.

— Quando espera publicar o seu próximo livro?

Neste Natal e tempos mais próximos, serão publicados: 2 livros (escritos em colaboração com outros escritores, e de que é prematuro falar); 1 livro intitulado «O retrato em escadinha», nos livros Horizonte; e 1 livro intitulado «Aventuras da Engrácia», na ASA juvenil.

— Escrever é a sua profissão?

— Escrever não é a minha profissão. Ou seja: não vivo só do que escrevo. Mas também vivo de escrever...

— Gostaria de ser escritor profissional?

— Adorava ser escritora profissional, dedicar-me à escrita intensamente, sem pensar em ganhar de outro modo o dia-a-dia, sem ter de conceder à escrita apenas aqueles pedaços irregulares que faço por sobra de um dia cansado.

— Como emprega os seus tempos livres?

A olhar. Olhar principalmente a Natureza que escasseia na cidade e é exuberante no campo. Muitas vezes a recordá-la. Procurando não pensar em nada. Nos meus tempos livres procuro muitas vezes apenas ouvir os meus

passos, quando ando a pé (o que faço sempre que posso).

— Foi difícil publicar o seu primeiro livro?

Lembro-me de ter sido agradavelmente difícil. Foi em 1952, edição de autor. Chamava-se «Intervalo».

— Encontra-se regularmente com outros escritores?

Regularmente, não. Por acaso. Encontro-me principalmente, com maior regularidade e não tanto por acaso, sobretudo com escritores que escrevem para crianças e jovens.

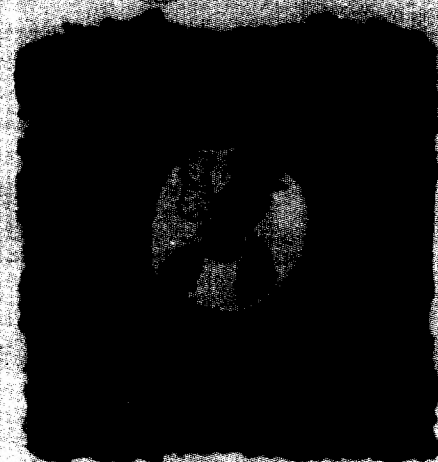
— Viaja muito? Porquê?

Não viajo muito porque o meu trabalho profissional não o proporciona. No entanto, sempre que posso, vou a caminho da província, pois Lisboa asfixia-me e atordoia-me em sua confusão. E todos os anos passo o meu mês de fe-



ESTANTE INFANTIL

ISTO É QUE FOI SER!



Alvaro Magalhães
escritor

José de Guimarães
ilustrador

TÍTULO — Isto é que foi ser!

AUTOR — Alvaro Magalhães

ILUSTRADOR — José de Guimarães

MÚSICA — Susana Rolha

EDITOR — Edições Afrontamento

QUANDO acontece um livro assim, é uma festa. Vamos supor que eu era rico ou que possuía uma dessas varinhas de condão que tudo podem (não me digam que não existem, vocês querem saber melhor do que as fadas?). Se tal acontecesse, a primeira coisa que eu fazia era oferecer um exemplar deste livro (ou mesmo dois!) a todas as crianças do meu país. E não só, e não só: aos adultos também, para que eles pudessem desadular-se e voltar ao tempo em que estavam vivos.

Algumas editoras portuguesas (Afrontamento é uma delas) estão lançadas no colossal esforço para que o livro não seja esse animal em vias de extinção como alguns temem, para que seja antes um animal em vias de extensão. A única maneira de conseguir tal é trazer as crianças para a leitura, é fazer-lhes nascer o gosto pela palavra, levá-las à descoberta de si próprias, que outro fim não tem a literatura, seja para adultos ou para crianças.

A literatura para crianças tem suas imensas dificuldades, seus grandes perigos, o menor dos quais não será a tendência para o moralismo, para a prática do bom-senso e do equilíbrio na vida da sociedade. Não recuso o mérito de tantas obras literárias que se orientaram nesse caminho. Mas a praga dos moralistas acabou por desvalorizar o processo, as crianças tornaram-se malhadas. A literatura moralizante é hoje quase sinónimo de literatura medíocre.

Alvaro Magalhães traz-nos uma literatura antimoralizante. Não é, porém, o facto de ser uma atitude oposta que lhe confere interesse. O essencial desta literatura consiste nessa moral de raiz forte e folha perene que é a estética, o encaminhamento da inteligência e da sensibilidade para uma forma superior de relacionamento. Diga-se, porém, que quando se fala na ausência de uma atitude moralizante é disso mesmo que se trata: de ausência de atitude, de pose. A filosofia lá está: a recusa da rotina, da ferrugem dos dias, do esclerosamento da memória, da imaginação, da alma. Dela se embebe o jogo das palavras, tudo se dá em forma de vida, de pensamento, de discussão. As palavras que entram no jogo brincam, desenvolvem-se, transformam-se: são seres vivos a brincar à cabra-cega com a inteligência dos leitores.

Esse mesmo ambiente se reflecte nas ilustrações de grande qualidade de José Guimarães que, ao pintar para crianças, não teve de efectuar nenhuma tradução de si próprio. Pela qualidade da palavra e da ilustração, gostaria eu muito de ver este livro de Alvaro Magalhães nas mãos dos professores que consideram importante o encaminhamento das crianças para a literatura.

**CP Caminhos de Ferro
Portugueses - E. P.**

PASSE SOCIAL

Uma mão cheia de **VANTAGENS**
Uma mão cheia de **TRANSPORTES**

A venda nas bilheteiras da CP

O Passe Social representa inúmeras vantagens para o seu titular. É uma das mais importantes e, sem dúvida, a sua validade para os mais variados meios de transporte — o comboio, o eléctrico, o autocarro, o metropolitano, a camioneta, os barcos cacilheiros. Muitos milhares de portugueses conhecem-no já. Por isso, não perca tempo. Compre, a tempo e horas, o seu Passe Social.

A venda nas bilheteiras da CP.
Linha de Cascais, Sintra,
Azambuja e Barreiro.

AS LETRAS EM DIA

«Cabra
imagem de deus
vivo animal»

«Devastações»: a voz é de Luís de Miranda Rocha. Vem de Mira, onde há muito está. Poesia — e no final do livro esta nota: «Fizeram este livro, além do autor, Ivone Santos, Alberto Sarilho, João Cruz e Vítor Prina». Livro que se integra numa colecção (que ora se inicia) que dá pelo nome de «Sete-Estrela». E Luís: «Vastas, proliferam, as imagens, numa errância, devastada, de signos, de sinais. Na penumbra, na sombra, da terra, caindo, o dia, a sua luz, de tarde ardendo». E mais adiante, explodindo na nossa atenção: «Cabra imagem de deus vivo animal/ Alado terrestre destruído esplendor./ Lenta imagem, fortíssima, odorífera, obsessiva, atroz.» — A este livro voltaremos, tão de sons feito, tão de luz e sombra.